UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
LINHA DE PESQUISA: ESPAÇOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

FINANÇAS SOLIDÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL? Uma análise comparativa de experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

SHESBY ANDRÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO

NATAL/RN

2021

SHESBY ANDRÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO

FINANÇAS SOLIDÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL? Uma análise comparativa de experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Joana Tereza Vaz de Moura.

NATAL

2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Nascimento, Shesby André Medeiros do.
Finanças solidárias para o desenvolvimento local? Uma análise comparativa de experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte / Shesby André Medeiros do Nascimento. - 2021.
163 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Joana Tereza Vaz de Moura.

1. Bancos Comunitários de Desenvolvimento - Dissertação. 2. Finanças Solidárias - Dissertação. 3. Desenvolvimento local sustentável e solidário - Dissertação. I. Moura, Joana Tereza Vaz de. II. Título.

Elaborado por Ana Luísa Lincka de Sousa - CRB-15/748

SHESBY ANDRÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO

FINANÇAS SOLIDÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL? Uma análise comparativa de experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte

Dissertação apresentada a banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento as exigências para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em 30 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof(a). Dra. Joana Tereza Vaz de Moura (Orientadora)

_____

Prof(a). Dra. Winifred Knox (UFRN)

_____

Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro (UFPB)

“Iê!
Quando eu olho o meu sertão.
Quando eu olho meu sertão,
Eu vejo que tá tudo mudado.
Vaqueiro anda de moto, deixa o cavalo de lado.
Onde era grande a fartura, não vejo nada plantado.
Seu Zequinha, cantador
Hoje só vive calado.

Onde tinha uma fazenda, ai meu Deus
Hoje passa uma estrada.
Só vejo carro passando,
Onde está minha boiada?
Cadê meu chapéu de couro?
Aonde está o meu gibão?
Não vejo mais nada disso,
Por conta da tal evolução.
O mundo tá se acabando,
E ninguém presta atenção.
Camaradinha, viva meu Deus!”

Ladainha da capoeira angola: Meu sertão (Cm Gildásio e Cm Barata).

“Ninguém supera a pobreza sozinho.”
In memoriam dos professores Paul Singer (1932-2018) e Fernando Bastos (1948-2021).

GRATIDÃO!

Baseado em uma educação afro-centrada, admito que agradecer é mais do que um dever, é exercício de continuidade, reconhecendo quem veio antes para saber chegar em qualquer lugar. Dito isso, saúdo a memória de minhas ancestrais em nome da minha avó Altair Câmara de Medeiros, a quem reverencio, mesmo sem tê-la conhecido em vida. Espiritualmente, ela é conservada e preservada em minha memória e estará sempre em minhas orações. Bebo em sua fonte de saber e de carinho por meio das histórias e práticas presentes nos valores repassados a mim por minha mãe, Andréa Câmara de Medeiros, sua filha.

A partir do acesso possibilitado pelo trabalho dessas mulheres, hoje tenho a oportunidade de estudar. Mesmo em circunstâncias de ameaças a nossas existências, enquanto pessoas indígenas e negras, continuo com esse objetivo porque sei que é o que planejaram para mim. Além do passado, agradeço ao presente, pelo estímulo e pela dedicação, ao longo da melhor parte da minha vida, dentro e fora da universidade, da minha colega de Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) e namorada, a Mestra Karoline de Oliveira, que me incentivou em momentos cruciais da caminhada, sendo, agora, concretizada com este trabalho que voz apresento.

Sou grato também ao meu irmão Sylas, por sua paciência, e ao meu padrinho Ailson Alexandre Câmara de Medeiros, por sua atenção. Estendo o meu reconhecimento a meus amigos de jornada acadêmica, em especial a Carine Santos e a Jenair Alves, assim como ao quadro docente do Programa de Estudos Urbanos e Regionais, que me acolheu e que, hoje, forma-me Mestre. Com muita vontade de permanecer na universidade, quando não me imaginava mais na vida acadêmica desde a graduação. Estou convicto de que me formo com colegas e referências de pessoas e docentes que carregarei por toda a vida, inspirado pela prática atenta, sensível e dedicada, com compromisso de profissionais que me fizeram repensar, em vários sentidos, a universidade, provocado por todos os professores, em especial por Joana Moura e Sandra Gomes, que são, para mim, motivo de inspiração nesse universo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que me possibilitou viver exclusivamente do meu estudo no decorrer desses dois anos, à Capoeira Angola Comunidade e ao cantor Robert Nesta Marley (*in Memorian*), cujas músicas, em meio ao cenário de pandemia mundial em que escrevi e consolidei este trabalho, acalentaram-me nos momentos de pesadelos sociais provocada pela pandemia do Covid-19. Dedico-o à vida, que ela seja motivo de luta e de descanso diários, com muito prazer. Gratidão!

RESUMO

Considerando que o sistema financeiro opera sob uma dinâmica social e territorialmente excludente, uma parcela significativa da sociedade mundial tem buscado estabelecer outros circuitos econômicos, a fim de suprir as suas necessidades locais (RIGO et al., 2015). A ressignificação de práticas econômicas no início do século XXI vem aliada à disseminação da economia popular solidária por meio do segmento das finanças solidárias no Brasil, em que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) acendem uma alternativa real e viável de soluções socioeconômicas (COELHO, 2003; PASSOS, 2007 e CARVALHO, 2016). Atualmente presente em torno de 114 municípios, os primeiros BCDs implementados pelo Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD - SENAES/MTE) utilizaram uma metodologia inicialmente aplicada no estado do Ceará, depois difundida em todo o Brasil, tendo como objetivo comum a promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário. Na região Nordeste, onde está concentrada 51 destas iniciativas, foram implementados seis BCDs pelo PESD, sendo, somente um em comunidade periférica urbana e os cinco demais em espaços rurais. Desse modo, surge a premissa comparativa em torno da seguinte pergunta de pesquisa: como os Agentes envolvidos nas práticas de finanças solidárias atuam para o desenvolvimento local sustentável e solidário de suas respectivas comunidades? Na busca por resposta a essa indagação, utilizam-se como recorte de pesquisa: o Banco Comunitário Jardim Botânico, localizado na comunidade periférica urbana de João Pessoa/PB; e o Banco Solidário de Gostoso, presente em comunidade rural do município de São Miguel do Gostoso/RN. O objetivo geral da investigação é compreender as ações que norteiam as práticas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento em busca do desenvolvimento local sustentável e solidário nestas duas comunidades com diferentes contextos. Para tanto, tem como objetivos específicos: I) Caracterizar as especificidades dos contextos comunitários; II) Descrever as atividades que os BCDs desempenham; III) Analisar as condições de sustentabilidade dos BCDs; e IV) Comparar como os BCDs praticam o desenvolvimento local sustentável e solidário dessas experiências. Os caminhos metodológicos estão fundamentados no método comparativo orientado ao caso (RAGIN, 1987) e na técnica de Pesquisa Ação (BORDA, 1981), alinhada à diversidade de fontes de evidências teóricas e de campo (CORTÊS, 1998; YIN, 2001), com onze entrevistas semiestruturadas realizadas com agentes envolvidos diretamente nas operações das experiências, investigando dois eixos de análise: Dimensões solidárias e Perspectivas de desenvolvimento. Os resultados apontam que as experiências diferem significativamente daqueles propostos enquanto objetivo comum implantado. As conclusões obtidas sugerem que, na prática, o desenvolvimento local sustentável e solidário é marcado por distinções, principalmente, em relação ao objetivo local e sustentável: enquanto no contexto rural a ação tende a ser mais exógena, no urbano é mais endógena.

Palavras-chave: Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Finanças Solidárias; Programa Economia Solidária em Desenvolvimento; Desenvolvimento local; Desenvolvimento local sustentável e solidário.

RESUMEN

Considerando que el sistema financiero opera bajo una dinámica social y territorialmente excluyente, una porción significativa de la sociedad mundial ha buscado establecer otros circuitos económicos con el objetivo de satisfacer sus necesidades locales (RIGO et al., 2015). La redefinición de las prácticas económicas a principios del siglo XXI viene aliada a la diseminación de la economía popular solidaria a través del segmento de las finanzas solidarias en Brasil, en el que los Bancos Comunitarios de Desarrollo (BCD) encienden una alternativa real y viable de soluciones socioeconómicas (COELHO , 2003; PASSOS, 2007 y CARVALHO, 2016). Actualmente presentes en alrededor de 114 municipios, los primeros BCD implementados por el Programa Economía Solidaria en el Desarrollo (PESD - SENAES/MTE) utilizaron una metodología inicialmente aplicada en el estado de Ceará y que luego fue difundida en todo Brasil, con el objetivo común de promover el desarrollo local sostenible y solidario. En la región Nordeste, donde se concentran 51 de estas iniciativas, el PESD implementó seis BCD, siendo solo uno en comunidades urbanas periféricas y los cinco restantes en áreas rurales. Así, surge la premisa comparativa en torno a la siguiente pregunta de investigación: ¿cómo actúan los Agentes involucrados en las prácticas de financiamiento solidario para el desarrollo local sostenible y solidario de sus respectivas comunidades? En la búsqueda de respuesta a esta pregunta, se utilizan los siguientes lineamientos de investigación: Banco Comunitario Jardim Botânico, ubicado en la comunidad urbana periférica de João Pessoa/PB; y Banco Solidário de Gostoso, presente en una comunidad rural del municipio de São Miguel do Gostoso/RN. El objetivo general de la investigación es comprender las acciones que orientan las prácticas de los Bancos Comunitarios de Desarrollo en busca de un desarrollo local sostenible y solidario en estas dos comunidades con contextos diferentes. Por tanto, sus objetivos específicos son: I) Caracterizar las especificidades de los contextos comunitarios; II) Describir las actividades que realizan los BCD; III) Analizar las condiciones de sustentabilidad de los BCD; y IV) Comparar cómo los BCD practican el desarrollo local sostenible con base en estas experiencias. Los caminos metodológicos se basan en el método comparativo orientado al caso (RAGIN, 1987) y la técnica de Investigación Acción (BORDA, 1981), en concordancia con la diversidad de fuentes de evidencia teóricas y de campo (CORTÊS, 1998; YIN, 2001), con once entrevistas semiestructuradas realizadas con agentes directamente involucrados en el funcionamiento de las experiencias, investigando dos ejes de análisis: dimensiones solidarias y perspectivas de desarrollo. Los resultados evidencian que las experiencias difieren significativamente de las propuestas como objetivo común implementado. Las conclusiones obtenidas sugieren que, en la práctica, el desarrollo local sustentable y solidario está marcado por distinciones, principalmente en relación al objetivo local y sustentable: mientras en el contexto rural la acción tiende a ser más exógena, en el urbano es más endógena.

Palabras clave: Bancos Comunitarios de Desarrollo; Finanzas Solidarias; Programa de Economía Solidaria en el Desarrollo; Desarrollo Local; Desarrollo local sostenible y solidario.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ---- 6

1. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA ---- 9

1.1 Expressões de “uma outra economia” ---- 9

1.2 Fenômeno econômico popular ---- 12

1.3 Distinções dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) ---- 17

1.4 Arranjos socioeconômicos das Finanças Solidárias ---- 21

1.5 A composição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento ---- 26

1.5.1 Uso das moedas sociais ... 30

2. UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA ---- 33

2.1 Políticas públicas para a economia popular solidária ---- 33

2.2 Programa Economia Solidária em Desenvolvimento - PESD ---- 39

2.2.1 Análise do relatório de fomento às iniciativas de BCDs no Nordeste ... 40

3. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? ---- 45

3.1 Concepções de desenvolvimento ---- 45

3.2 O protagonismo local no rural e urbano para o desenvolvimento sustentável ---- 50

3.2.1. Admitindo a sustentabilidade no desenvolvimento local rural e urbano ... 52

3.3 Considerando o conceito do desenvolvimento local sustentável e solidário ---- 61

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS ---- 66

4.1 Percurso de pesquisa ---- 66

4.2 Estratégia de investigação ---- 69

4.3 Categorias de análise ---- 72

4.3.1 Dimensões solidárias ... 72

4.3.2 Perspectiva de desenvolvimento ... 74

5. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: Na Paraíba e no Rio Grande do Norte ---- 76

5.1 Paraíba – Banco Comunitário de Desenvolvimento na comunidade de São Rafael: tentativa de redução das desigualdades no contexto urbano. ---- 77

5.1.1 Banco Comunitário Jardim Botânico – BCJB: “O banco conseguiu mudar a história da nossa comunidade por nos possibilitar falar com orgulho do que fazemos aqui”. 83

5.1.2 Dimensões solidárias do BCJB: “[...] espaço de informação e de inserção no mercado de trabalho, porque no fim o morador que consegue entrar no mercado de trabalho [...] é mais recurso que entra dentro da comunidade. ” ... 88

5.2 Rio Grande do Norte – Banco Comunitário de Desenvolvimento na comunidade de Tabua: possibilidade de permanência no meio rural. ---- 99

5.2.1 Banco Solidário de Gostoso – BSG: “[...] a gente era muito carente de dinheiro, muito, muito, muito, aí no que o banco chegou facilitou a nossa situação.” 104

5.2.2 Dimensões solidárias do BSG: “[...] uma das grandes contribuições não é econômica que o banco ganha, é nesse sentido da relevância para cidade de São Miguel do Gostoso, para o município.” 112

6. COMPARATIVO DAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO: BCJB *vs*. BSG -----121

6.1 Modelos de desenvolvimento adotado: marxista vs. liberalismo moderno ----------122

6.2 Enfoque local: comunidade *vs.* municipalidade ----------126

6.3 Sustentabilidade na comunidade: longo prazo *vs*. curto prazo----------128

6.4 Solidariedade: consolidada vs. fragilizada----------130

CONCLUSÃO ----------134

REFERÊNCIAS----------138

APÊNDICES----------148

ANEXOS----------158

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização municipal dos bancos comunitários analisados (RN e PB). 76
Mapa 2 - Localização da comunidade São Rafael..... 78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distinções entre Empreendimentos Solidários, Cooperativas Tradicionais e Empresas Capitalistas..... 18
Quadro 2 - Legislações de economia solidária em tramitação no Congresso Nacional..... 38
Quadro 3 - Dimensões solidárias..... 74
Quadro 4 - Categorias e subcategorias de desenvolvimento 75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil de Agentes entrevistados 72
Tabela 2 - Categorias e subcategorias das perspectivas de desenvolvimento praticadas. 121

LISTA DE SIGLAS

AACC - Associação de Apoio às Comunidades do Campo

AMAZONA – Associação de Prevenção à AIDS

AMCSR – Associação de Moradores da Comunidade São Rafael

AMJPT – Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua

BCDs - Bancos Comunitários de Desenvolvimento

BCJB - Banco Comunitário Jardim Botânico

BSG - Banco Solidário de Gostoso

CAC - Comitê de Avaliação de Crédito

CCECOSOL – Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CONAES – Conferências Nacionais de Economia Solidária

CPCC - Centro Popular de Comunicação e Cultura

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

EBE – Entidade Beneficente Evangélica

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

ESSOR – *Association* de *Solidarité Internationale*

FOPP – Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INCUBES/UFPB - Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba

INICIES/UFRN - Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ITES/UFBA - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia

IVP - Instituto Voz Popular

MEIs – MicroEmpreendedores Individuais

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PB – Paraíba

PESD - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto *per capita*

PPA - Plano Plurianual

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RN – Rio Grande do Norte

SAR - Serviço de Assistência Rural

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar de São Miguel do Gostoso

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é consequência de atividades de pesquisa e extensão, desde a graduação em Ciências Contábeis como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN[1] em 2016, até a conclusão do mestrado em Estudos Urbanos e Regionais, em 2021, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (PPEUR – DPP/UFRN). A partir dessa trajetória, admite-se o fenômeno da economia popular solidária como campo multidisciplinar de estudo, em que as experiências de finanças solidárias, por meio dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCDs, provocaram a investigação por indicar possibilidades de arranjos socioeconômicos organizados por moradores residentes em comunidades empobrecidas do campo e da cidade, gerando acesso a crédito, incentivando a economia local e a permanência dessas populações em suas localidades.

Com isso, as experiências descritas nesta análise referem-se às práticas metodológicas iniciadas pelo Banco Palmas[2], pioneiro e referência nacional e internacional da temática que concentra um recorte das iniciativas brasileiras, em que as comunidades apropriadas com bancos comunitários possuem peculiaridades, diferentes histórias, conhecimentos e aprendizagens próprias nas suas realidades, de maneira que é importante perceber as múltiplas estratégias e metodologias que essas iniciativas podem assumir, com suas moedas sociais, em distintos contextos e regiões do país. Até 2020, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários se declarou composta por aproximadamente 114 BCDs, presentes em 20 estados e 37 municípios brasileiros[3].

Assim, a reaplicação dessas experiências em âmbito nacional começou em 2010, dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da primeira chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 para fomento às finanças solidárias no Brasil, realizado pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Anexo I) e executado no Nordeste, conforme Projeto Básico Rede Nordeste de bancos comunitários de desenvolvimento (Anexo II), que implantou 06 BCDs na região, sendo um em espaço urbano e as demais em espaços rurais.

---

[1] Realizadas junto a Incubadora OASIS (DEPAD/CCSA), INICIES (DESSO/CCSA) e LabRural (DPP/CCHLA).

[2] Criada em comunidade periférica da capital cearense em meados de 1998, o Banco Palmas surge no conjunto Palmeiras para onde muitas famílias foram remanejadas, com a difícil missão de tentar viabilizar uma forma de economia local para a auto-organização comunitária.

[3] A carta da Rede Brasileira de Bancos Comunitários "aos que defendem uma renda emergencial para todos os brasileiros", traz o quantitativo e relevância destas experiências no contexto de pandemia. << http://bancotupinamba.blogspot.com/2020/03/carta-da-rede-brasileira-de-bancos.html>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

Todas com objetivo comum: promover o desenvolvimento local sustentável e solidário das respectivas comunidades em que foram inseridos.

A partir desses achados, identificou-se a necessidade de se fazer esta pesquisa por meio da construção de um diálogo comparativo das experiências do Banco Comunitário Jardim Botânico/PB e do Banco Solidário de Gostoso/RN, por considerar similitudes e diferenças. As semelhanças referem-se aos procedimentos comuns para a implementação de tais práticas, com metodologia e público alvo atendidos; já as diferenças dizem respeito às singularidades locais, uma vez que uma comunidade situa-se na periferia urbana da capital paraibana; e a outra, em comunidade rural do município de São Miguel do Gostoso/RN.

No momento inicial da construção desta pesquisa, as estratégias para manutenção das experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em âmbito nacional já provocavam um debate relevante acerca da capilaridade dessas iniciativas, em meio a um cenário de desestímulo às políticas públicas para economia solidária. Agora, no atual contexto pandêmico em que é realizada a investigação, considera-se que a discussão do presente objeto de estudo é não apenas necessária, mas urgente, quando, ainda que no contexto de exposição nacional sanitária e de vulnerabilidade socioeconômica mais explícitas, expondo as ainda maiores desigualdades estruturais brasileiras, as experiências de finanças solidárias revelam um quadro de organizações emergentes e organizadas[4]. Desse modo, surge a premissa comparativa em torno da seguinte pergunta de pesquisa: como os Agentes envolvidos nas práticas de finanças solidárias atuam para o desenvolvimento local sustentável e solidário de suas respectivas comunidades?

Na busca por respostas a essa indagação, o objetivo geral desta investigação é compreender as ações que norteiam as práticas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento em busca do desenvolvimento local sustentável e solidário nestas duas comunidades com diferentes contextos. Para tanto, são traçados os seguintes objetivos específicos:

I) Caracterizar as especificidades do contexto comunitário nos quais se desenvolvem as iniciativas de BCDs;

II) Descrever as atividades que os BCDs desempenham;

III) Analisar as condições de sustentabilidade dos BCDs; e

IV) Comparar como os BCDs praticam o desenvolvimento local sustentável e solidário para as comunidades em que estão inseridos.

[4] Pesquisa indica: Como as finanças solidárias, por meio dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, podem ajudar no combate ao COVID-19 em regiões metropolitanas? Disponível em <https://cchla.ufrn.br/dpp/coronavirus-covid-19/>. Acesso: 19 ago. 2020.

Baseando-se nos Anexos I e II utilizados nesta pesquisa[5], levou-se em conta o fato de os Bancos Comunitários de Desenvolvimento serem consequência de determinadas características potenciais locais, identificadas na implementação destas experiências quando estão condicionadas à vinculação de uma unidade gestora de associação comunitária. Assim, tem-se como hipóteses de pesquisa que: a) a participação quantitativa da comunidade envolvida na gestão impacta na perspectiva endógena de desenvolvimento local adotada; e que b) as características espaciais das comunidades envolvidas influenciam na perspectiva de desenvolvimento exercidas nas iniciativas.

Além desta introdução, a presente dissertação está desenvolvida em seis capítulos e Conclusão. No primeiro, discute-se a construção do campo econômico popular solidário considerado fundamental para o entendimento plural do universo de estudo. No segundo, há uma reflexão sobre as políticas públicas de fomento à economia solidária no Brasil, expondo-se a trajetória nacional, que reverbera na implementação da experiência regional. No capítulo seguinte, é fornecido um arsenal de perspectivas de desenvolvimento, que orientam o leitor da ótica geral à local do campo de análise. No quarto capítulo, exibem-se os caminhos metodológicos que definem as estratégias de pesquisa para observação do fenômeno em torno de duas categorias analíticas: Dimensões solidárias e Perspectivas de desenvolvimento. No quinto, apresentam-se as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos respectivos contextos paraibano e potiguar. Finalmente, no sexto capítulo, realiza-se a análise comparativa das experiências considerando os indicadores levantados pelas as ações exercidas e os pontos de vista empreendidos por seus Agentes de desenvolvimento. Na Conclusão, pondera-se sobre as semelhanças e diferenças do desenvolvimento local sustentável e solidário praticado pelos BCDs, tecendo indicativos acerca de que consequências práticas podem levar, principalmente, em relação ao objetivo local e sustentável: o contexto rural a ação tende a ser mais exógena, enquanto no urbano é mais endógena.

[5] Até 2018, era possível encontrar esses anexos no Portal de Convênios – www.convenios.gov.br – do SICONV. No entanto, até o momento desta pesquisa, o Portal não disponibiliza mais esses documentos nem as informações relativas a esses processos. Assim, para se ter acesso a esses Anexos I e II na íntegra, é preciso solicitar pelo seguinte e-mail: shesby@gmail.com.

1. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Neste primeiro capítulo, aborda-se o conceito do que é entendido como economia popular solidária, base de leitura socioeconômica para compreensão de toda a investigação. Desse modo, no primeiro tópico identificam-se os marcos históricos que localizam as expressões de "uma outra economia". O segundo tópico, aborda essa construção enquanto fenômeno econômico popular, indicando aspectos que aproximam a abordagem dos diversos movimentos sociais autogestionários ou não, que o compõem. Já o terceiro tópico, apresenta o olhar solidário que norteia essas organizações por intermédio das distinções que conferem as singularidades dos empreendimentos econômicos solidários. Na sequência, no quarto tópico, revelam-se os arranjos socioeconômicos que estruturam as finanças solidárias. Por fim, no quinto tópico, demonstra-se a composição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento por meio das suas características, em construção na consonância com as suas moedas sociais, consideradas elementos fundamentais para compreensão geral deste objeto de estudo.

1.1 Expressões de "uma outra economia"

A concepção econômica popular solidária abordada nesta pesquisa é percebida como um fenômeno social complexo, cujo entendimento incorpora a percepção internacional dos mais diferentes autores de diversas áreas, como economia, sociologia, administração, antropologia e geografia, por exemplo, tornando-se alvo de contestação dado o seu caráter multidisciplinar e abrangente (SINGER, 1989; FRANÇA FILHO, 2007; LIMA, 2015). De fato, em um esforço inicial de tentar entender o lugar da economia na sociedade ao longo da história em diferentes culturas, épocas ou lugares, Karl Polanyi (2000, p.45), a partir de uma tradição de sociologia e antropologia econômica, constata que "nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie", evidenciando que a forma como a economia se constitui não se restringe ao mercado e, por isso, é de difícil identificação, pela diversidade de formas de manifestações que não é exclusiva a uma perspectiva monetária.

Na tentativa de organizar uma lógica da construção da economia no mundo, o autor destaca três princípios de comportamentos econômicos a se observar: a *reciprocidade*, a *redistribuição* e a *troca* (POLANYI, 2012). A *reciprocidade* é integrada por meio das estruturas simetricamente organizadas, como um sistema de parentesco. Para elucidar essa dimensão, Polanyi (2012, p.306) apoia-se em Aristóteles com o intuito de explicar o que seja esse vínculo de reciprocidade: "Aristóteles ensinava que a todo tipo de comunidade correspondia a uma

espécie de afeição entre os membros, a qual se expressava na reciprocidade". Com isso, o princípio da reciprocidade diz respeito a um laço social específico entre indivíduos e grupos, prevalecendo elementos subjetivos para a economia (SILVA *et. al.* 2018). Portanto, a reciprocidade não é entendida somente em relações individuais, mas compreende uma multiplicidade de grupos e organizações permanentes, como famílias, tribos ou cidades-estados, além de outras organizações temporárias, como profissionais, religiosas ou sociais, no exercício desse sistema econômico (FRANÇA FILHO, 2019).

O segundo princípio de comportamento econômico, a *redistribuição*, consiste, para Polanyi (2012), na prevalência de um sistema em que os bens coletados por um grupo são distribuídos para outro. Isso ocorre em virtude do costume, da lei ou de decisão central presentes nas relações econômicas desde as sociedades mais antigas, seja com os sistemas de armazenamento do Egito, seja como modelo de Estado de bem-estar social moderno. Esse princípio econômico diz respeito à produção concentrada em uma autoridade, ou poder central para, a partir daí, realizar a redistribuição dos recursos (SILVA et al. 2018).

Já o terceiro princípio, a *troca*, surge para Polanyi (2012) como um instrumento mercantil na forma de apoio à integração de um sistema econômico formador de preços, em que se identificam três tipos: o operacional, na realização meramente locativa da 'mudança de lugar' entre mãos; o decisório, como movimentações apropriativas de trocas com uma taxa fixa; e o integrador, gerado a partir de uma taxa negociada. A partir disso, as nuances observadas no princípio da troca indicam duas diferenças histórica importante de ser salientada em relação à visão hegemônica de um mercado. O primeiro corresponde às formas tradicionais de mercado como prática socialmente enraizada na vida em sociedade para superação das necessidades fundamentais. O segundo diz respeito ao mercado assumido na modernidade por meio da autorregulação, quando a economia é regida unicamente pelos preços.

Há ainda um "quarto" princípio de comportamento econômico, também identificado pelo o autor: trata-se da *domesticidade*. Tal princípio está dentro da lógica de *reciprocidade*, no entanto a *domesticidade* se difere implicitamente por ser fundada na produção econômica voltada exclusivamente para o autoconsumo, cuja referência central é a unidade doméstica (POLANYI, 2012). Por isso, para outros autores, ele se constitui, de certa forma, de uma "reciprocidade mais restrita" (FRANÇA FILHO, 2019). Para Polanyi (2012),

> Seja como for, as formas de integração não representam 'estágios' de desenvolvimento. Não há nenhuma sequência temporal implicada (...). As sociedades tribais praticavam a reciprocidade e a redistribuição, enquanto as sociedades arcaicas eram predominantemente redistributivas, ainda que, em certa medida podiam dar margem à troca (p. 310).

Desse modo, as sociedades contemporâneas são regidas, predominantemente, pelo princípio das trocas institucionalizado pelo mercado-autorregulado, que ganhou força por meio de autores liberais, como Adam Smith, mas que convivem com formas reatualizadas de economias de reciprocidade e redistribuição (ALVES e BURSZTYN, 2009; POLANYI, 2012). Para França Filho (2019), essa é a razão pela qual, em diferentes tradições de pensamento sociológico, a ação econômica é entendida apenas como um tipo de ação social, apontando uma ruptura em relação às separações disciplinares clássicas, como sociologia e economia, e reafirmando o caráter multidisciplinar da economia. Essa visão ampliada é introduzida pelo conceito de economia plural, que considera a diversidade histórico-cultural da forma de "fazer economia". A partir desse conceito, pode-se levar em conta essa noção de hibridação desses comportamentos econômicos – o mercado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade – para, finalmente, entender o que seja *economia solidária* (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Com esta noção plural, os quatro princípios do comportamento econômico resumem-se em três tipos na modernidade: mercantil, não-mercantil e não-monetário. O mercantil fundou-se na lógica de mercado-autorregulado; constituindo-se por meio da venda ou da prestação de serviços a particulares, pessoas físicas ou jurídicas, como um tipo de troca marcada pelas "leis" de oferta e demanda, impessoalidade, equivalência monetária e relação utilitária, em que o valor do bem é medido exclusivamente pelo preço – valor de troca.

O outro tipo, o não-mercantil, baseia-se na redistribuição. O Estado normalmente é quem se apropria de parte dos recursos monetários gerados, por produtos ou serviços particulares, para redistribuí-lo por meio de subvenções ou de outros modos de financiamentos a atividade oriunda do poder público, ou qualquer que seja a instância do governo, marcado pela verticalização da relação entre sujeitos, grupos e instituições, com um sistema de arrecadação e transferência de recursos que anula a relação de troca – Valor de uso.

O terceiro tipo, o não-monetário, é identificado nos princípios da reciprocidade e da domesticidade. Compreende uma variedade de formas de solidariedade, como cooperação, ajuda mútua, mutualização de recursos, entre outros. É melhor apreendido à luz do conceito de dádiva na tradição antropológica de Mauss (2003) – dar, receber e retribuir[6]. Neste tipo de sistema econômico, os bens e/ou serviços circulam de modo horizontal. Seu objetivo vai além

[6] Na dádiva, não se leva em conta somente as trocas de bens materiais, mas também trocas simbólicas, realizadas em função da vontade de construir laços sociais (valor das pessoas), não pela utilidade dos bens (valor de uso) ou em função de seu valor monetário (valor de troca).

da satisfação utilitária das necessidades; visa, principalmente, perpetuar vínculos sociais – valor das pessoas.

A presente análise apoia-se no conteúdo dessa pluralidade econômica, por se tratar de uma forma que contempla o universo da economia popular solidária como fenômeno social multidisciplinar capaz de satisfazer os princípios econômicos apontados por Polanyi (2000; 2012). De mesmo modo, Alves e Bursztyn (2009) apontam que a economia – seja social, seja solidária – depende duplamente da economia plural para ser observada do ponto de vista de uma pluralidade de princípios – com troca, reciprocidade e redistribuição –, como também de uma pluralidade de recursos – mercantis, não-mercantis e não-monetários.

Baseado nessas assertivas, a expressão "uma outra economia", constitui-se agregando aspectos no resgate conceitual da economia social, aliada às práticas da economia popular que se concebe o campo da economia popular solidária na América Latina (FRANÇA FILHO, 2002). Mesmo assim, os desafios em torno dessa expressão econômica tornam-se cada vez mais nítidos, quando o debate em torno delas se contrapõe. De um lado, uma visão que reduz as diferentes concepções elencadas à ideia de uma estratégia de sobrevivência, interpretando esse campo econômico como "amortecedor" dos efeitos da crise capitalista; de outro, a compreensão desse fenômeno econômico como motor do desenvolvimento local, quando é o próprio debate sobre a noção desses processos de crescimento que está em questão, no tocante à capacidade que terá essa concepção em se constituir como uma área ao mesmo tempo autônoma e interdependente, relativamente às esferas dominantes, seja o Estado, seja o mercado. Por isso, é fundamental o entendimento dessa expressão econômica como fenômeno social popular, conforme investigação feita aqui, no sentido de esse desenvolvimento se basear no Brasil enquanto campo econômico.

1.2 Fenômeno econômico popular

A economia como um fenômeno popular é própria do contexto latino americano, identificada por uma realidade tanto multidisciplinar e heterogênea, quanto como um processo social que pode ser traduzido pela aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina (RAZETO, 1991). Assim, ao final da década de 1990, com um crescente cenário de desemprego, o debate acerca de iniciativas econômicas solidárias, interpretadas de diferentes formas pelos estudiosos e militantes políticos, gira em torno do protagonismo de diversos setores populares na construção de um novo projeto de desenvolvimento (CÁRITAS BRASILEIRA, 2003).

Para esse processo de desenvolvimento ocorrer, a economia solidária se encontra enraizada no tecido social local, ou comunitário, nos meios necessários para a criação de atividades muitas vezes realizadas por meio de mutirão[7]. Para isso, França Filho (2002) resgata que essa noção econômica se articula com a lógica de terceiro setor, sendo tanto a economia social, como a economia solidária, herdeiras de uma mesma tradição histórica comum, o movimento associativista operário e a resistência popular. No entanto, a economia solidária se difere dos demais campos de organização econômica pelas práticas populares de autogestão como "um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas coletivamente por trabalhadores(as) que se associam e praticam a autogestão" (SINGER, 2002a; SIES, 2013).

Em vista disso, percebe-se que, para compreender o que seja o "popular" da economia solidária, é fundamental um entendimento prévio do que é a autogestão, pois, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos quando "não há autogestão sem Economia Solidária, e que não pode haver Economia Solidária sem autogestão" (NASCIMENTO, 2011, p. 91). Motta (1981), na investigação da proposta autogestionária em sua origem, baseada em Pierre-Joseph Proudhon, teórico anarquista mais expressivo do movimento autogestionário no século XX, concebe que "a sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de grupos autônomos se auto administrando, onde existe coordenação, mas não hierarquização" (MOTTA, 1981, p.80). Assim, surgem as colocações em torno desse conceito na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizado em Lisboa em 1978, durante a qual a autogestão foi definida da seguinte forma:

> "A autogestão é a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos" (NASCIMENTO, 2011, p.93).

Até então, essa corrente do socialismo e a autogestão caminham lado-a-lado. Contudo, Nascimento (2011) chama a atenção para abordar a autogestão sob dois ângulos, articulados e interdependentes: por um lado, como projeto do socialismo, por meio da revolução social; por outro, como linha de ação e mobilização dos(as) trabalhadores(as) e cidadãos(ãs) no cotidiano

[7]O mutirão é um sistema de auto-organização popular para a realização e a concretização de projetos comunitários, que consiste em associar o conjunto dos membros de uma comunidade na execução dos seus próprios projetos coletivos (FRANÇA FILHO, 2002, p.16).

das suas atividades, em busca da construção social de uma estratégia política. A partir de uma perspectiva mais alinhada ao segundo ângulo, percebeu-se que a economia solidária exerce a autogestão afirmando a dimensão política na sua ação (FRANÇA FILHO, 2002).

Inspirada em experiências como a dos pioneiros de *Rochdale*[8] em 1844, encontram-se registros da auto-organização na história das lutas dos(as) trabalhadores(as) num grande volume de experiências inspiradoras: na Europa, com a Comuna de Paris (1871), a Revolução dos Cravos (1974) e a Revolução Espanhola (1936); e em diversas manifestações civis na América-Latina e no Brasil, com o Quilombo dos Palmares (1670), as Ligas Camponesas (1945) e a República Guarani (1982), por exemplo[9]. Assim, Singer (2011) considera que as formas de auto-organização são recorrentes, pois as vítimas crescentes das crises capitalistas, inerentes ao seu sistema, buscam sua inserção na produção social por meio de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas.

Quando em coletividade, essas pessoas optam, quase sempre, pela autogestão (BENINI e BENINI, 2011). Desse modo, por ocorrerem em comunidades e regiões de baixo IDH, Benini e Benini (2011) notam que a principal motivação para constituição dessas experiências é a oportunidade de renda. No entanto, evidenciam que esses trabalhadores, após experimentar a realidade do trabalho cooperativo autogestionário, "não querem voltar a ser assalariado, ou somente o querem por questões financeiras ou por falta de escolha" (p.463), revelando o fato de, se uma organização autogestionária possibilitar ganhos iguais, ou não muito inferiores, aos de uma empresa tradicional, a opção é quase sempre pelo trabalho autogestionário.

Assim, a economia solidária se expressa a partir da autogestão, ou seja, por meio de um modelo de gestão coletiva dos meios de produção, exercida pelos próprios trabalhadores(as) livremente associados(as) (SINGER, 1989). Todavia, no Brasil o avanço dessas organizações econômicas não depende apenas dos próprios desempregados, não prescinde do apoio do Estado, nem do fundo público, mas, sim, de variadas agências de fomento a essas iniciativas. As experiências nacionais são impulsionadas por muitas instituições, por pesquisadores e militantes que são considerados "sujeitos" da proposta de economia solidária, cada qual com sua origem e fundamentações distintas, como iniciativas de igreja, por meio da Cáritas; das

[8] Considerada como precursora do cooperativismo no mundo, a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale" defendiam propostas baseadas nas ideias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão. << http://coopercocal.com.br/p/a-historia-do-cooperativismo>>.

[9] Para saber mais sobre essas experiências e a inspiração delas para a Economia Solidária, acessar textos de Cláudio Nascimento <<https://claudioautogestao.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

universidades, pela incubação[10] de cooperativas populares e iniciativas solidárias; e pelo movimento sindical, entre outros (BENINI e BENINI, 2011).

Em uma perspectiva histórica das lutas sociais no Brasil, Faria e Sanchez (2011) sugerem que o campo heterogêneo de experiências, que é a economia solidária, é consequência do processo de democratização da sociedade brasileira, enquanto movimento que possui como pilares centrais a defesa da participação da sociedade organizada nos rumos do país. Segundo os autores, "a base concreta desse movimento resulta de um processo de confluência de várias vertentes autonomistas ou comunitaristas, como um vale para o qual convergem várias afluentes até formarem um rio" (p.414). Entre essas vertentes, Faria e Sanchez (2011) destacam o campo da organização sindical; as igrejas e pastorais; os povos indígenas; as populações de matriz africana; e as universidades e instituições federais.

Desse modo, o campo de experiências da economia solidária assume sua dimensão popular, com proporções notáveis a ponto de se tornar uma estratégia adotada por diversos movimentos sociais, envolvendo uma pluralidade de organizações, povos e comunidades tradicionais, onde ganhou a adesão entre trabalhadores(as) de diversas áreas, como forma distinta de organizar a produção (FARIA e SANCHEZ, 2011). Para Paul Singer (2002b), o próprio movimento cooperativista se reinventou sob as bases da economia solidária, cujos princípios dessa organização econômica são a) Cooperação; b) Autogestão; c) Dimensão Econômica; e d) Solidariedade.

A cooperação, no que se refere à existência de interesses e objetivos comuns, unindo esforços e capacidades para gerir a propriedade coletiva, os meios de produção, a partilha de resultados e a responsabilidade. A autogestão, com práticas de todos(as) participantes nos processos de trabalho, onde as definições estratégicas do cotidiano das organizações ganham força com o poder de decisão coletivo. A dimensão econômica, envolvendo o conjunto de elementos para viabilidade financeira, permeados por critérios de eficácia e efetividade ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. E a solidariedade, expresso nas dimensões de justa distribuição dos resultados alcançados, com base no bem estar dos(as) trabalhadores(as) e consumidores locais as oportunidades de desenvolvimento das condições dignas de vida no compromisso de desenvolvimento sustentável dos biomas (Anexo I).

Ainda assim, há uma discordância sobre o fenômeno da economia popular solidária. Há quem a compreenda como assistencialista; como um mecanismo capitalista de adaptação à crise

[10]As práticas de incubação auxiliam na estruturação de pequenos empreendimentos, prestando assessoria jurídica, econômica, contábil, financeira e administrativa. Além disso, seu principal foco é a formação política das pessoas, com a criação de uma consciência coletiva que saibam lutar por seus direitos na sociedade (LIMA, 2007).

econômico-social; como forma precária e desprotegida de relações de trabalho informal; como modo de produção substitutivo ao capitalismo; e, por último, como modo de produção coexistente ao capitalismo, sendo divergente das práticas deste (CUNHA, 2007 e EID, 2003). Ou seja, a expressão da economia popular solidária vem ganhando diferentes significados a partir dos seus contextos e perspectivas que colocam em evidência a singularidade dessas experiências. De acordo com as formulações feitas pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) nas plenárias nacionais do movimento de economia solidária[11] no país,

> A economia solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica, como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital (...) é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários (CONAES, 2006, p.02).

Com isso, essa estratégia fundamenta-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas populares, cuja lógica se opõe ao modo de produção capitalista, mesmo se reproduzindo dentro dele (SINGER, 1989; NASCIMENTO, 2011). Para Singer (2002b), a recente ressurreição da economia solidária se deve aos operários, desde os primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego que marcaram o início do século XIX e perduram até hoje. Na visão do autor, a emancipação ocorre principalmente pela autogestão, em que "a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo" (SINGER, 2002b). Por isso, é necessário entender o que são a "empresas solidárias", ou melhor, os empreendimentos econômicos solidários, que é o conceito utilizado para nortear a forma de organização econômica que constituem esse fenômeno econômico popular.

[11] Até o momento, foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) e cinco plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). No 1º CONAES (2006) formularam-se as definições norteadoras de Economia Solidária e dos Empreendimentos Econômicos Solidários (NESOL-USP, 2015).

1.3 Distinções dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

No século XX, formulando um projeto de organizações populares que respeitasse as liberdades individuais, políticas e econômicas conquistadas por trabalhadores(as), a economia popular solidária concebe seus empreendimentos econômicos solidários, criados para dar conta dessa proposta coletiva após a consolidação do movimento cooperativo em todo o mundo, diferindo-se categoricamente deste pelas suas práticas autogestionárias (SINGER, 2002b). Para o professor, os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES têm suas articulações dentro do contexto de luta da classe operária, que vê a necessidade de "inserção [dos trabalhadores] no processo produtivo em termos de pleno emprego e participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa, para um patamar mínimo de vida" (SINGER, 2002b p.109-110).

Contudo, apenas as associações e as cooperativas dispõem de um marco jurídico próprio no Brasil. Esse quadro legal, no entanto, mostra-se inapropriado aos EES que se multiplicaram nas últimas décadas no território nacional, como participantes ativos de um novo modelo de organização que se contrapõe aos modelos já institucionalizados (VIEIRA, 2015). Conforme Silva e Carneiro (2016), os EES, quando formalizados, organizam-se juridicamente em forma de cooperativas, associações ou sociedade mercantil. Porém, o conceito de empreendimento econômico solidário é mais amplo, pois procura agregar essas diferentes concepções e sintetizar os princípios da economia solidária, afirmando sua identidade não submetida às formas cooperativas, associativas, ou societárias convencionais, legalmente definidas, e sim, pelas práticas presentes no interior do empreendimento (SENAES/MTE, 2012). Desse modo, a escolha da forma jurídica adequada para legalizar essas organizações é reflexo da decisão coletiva para atender o seu propósito. Além das práticas de autogestão, Lima (2015) expressa, (ver Quadro 01), o que difere os EES de outros tipos de organizações para fins econômicos, como as cooperativas tradicionais e empresas capitalistas.

Quadro 1 - Distinções entre Empreendimentos Solidários, Cooperativas Tradicionais e Empresas Capitalistas

Distinções	Empreendimento Solidário	Cooperativas Tradicionais	Empresas Capitalistas
Forma de gestão:	Autogestão	Autogestão e Cogestão	Heterogestão
Rendimentos financeiros:	Retiradas acordadas proporcionalmente	Retiradas proporcionais aos investimentos	Salário
Tomada de decisão:	Decisões coletivas e democráticas	Decisões através da representação democrática	Decisões hierárquicas e centralizadas pela diretoria
Estrutura de trabalho:	Ausência de hierarquia	Hierarquia flexível (por representantes)	Níveis sucessivos de autoridades
Processo participativo:	Participação direta e igualitária	Participação direta ou delegada	Alienação/Absenteísmo
Objeto da organização:	Melhoria da qualidade de vida de seus associados	Vantagens da cooperação	Maximização da riqueza dos seus sócios
Forma de trabalho:	Solidariedade e colaboração	União de forças	Competição
Forma de acesso:	Adesão livre	Adesão restrita as certas atividades das cooperativas	Adesão regulada pelos detentores do capital
Finalidade:	Interesses coletivos	Interesses mistos (individual e coletivo)	Interesses individuais e mercantis
Ganhos:	O resultado é a sobra	O resultado é a sobra	O resultado é a sobra

Fonte: Adaptado de Lima, 2015.

Além dessas diferenciações basilares, outro aspecto importante a se destacar é que, se na empresa capitalista e em algumas cooperativas tradicionais há uma segmentação entre os donos dos meios de produção e os(as) trabalhadores(as), nos empreendimentos econômicos solidários isso não deve acontecer, pois nessas organizações "os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes" (CONAES, 2006 p.57). Com isso, cria-se um tipo de organização em que trabalho e capital não estão separados, trabalhadores(as) são proprietários(as) dos ativos com igualdade de poder de voto nas tomadas de decisões, independentemente de seu respectivo capital (NESOL-USP, 2015). Dessa maneira, os empreendimentos econômicos solidários são concebidos como organizações coletivas, cujos participantes são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, com participação paritária, dispondo ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; que realizam atividades econômicas sob as práticas da autogestão (SENAES/MTE, 2012).

Assim, organizam-se em diversos tipos de campos econômicos, como produção, oferta

de serviços, comercialização, consumo, poupança e crédito, pois, embora esses EES não necessitem estar legalmente formalizados para existir, várias são as razões para que tal formalização aconteça. A formalização faz com que suas atividades possam ser expandidas e facilitadas, além de permitir que participem, com maior facilidade, de programas e projetos estatais, acesso a crédito etc. Segundo Balthazar e Cardoso (2016), a inexistência de um marco legal para a economia solidária traz sérios problemas e dificuldades jurídicas para os empreendimentos solidários, em aspectos como formalização jurídica, tributação e o acesso às aquisições públicas.

Os autores reforçam, ainda, o fato de a luta pela realização de um marco legal que possibilite um maior respaldo institucional às atividades desenvolvidas pelos EES, em todo Brasil, vem sendo construída em um amplo processo de debate, resultado de mobilizações em todo o país (BALTHAZAR e CARDOSO, 2016). A consequência disso é o Projeto de Emenda Constitucional nº 6.606/2019, que confere personalidade jurídica a esses empreendimentos, para que tenham acesso a políticas públicas específicas do governo federal, incluindo as fontes de financiamento para reconhecimento beneficiário da Política Nacional de Economia Solidária em seu Art. 4º. Para a Política Nacional, as organizações, para ser enquadradas como EES, devem atender as seguintes características:

> I - ser uma organização coletiva e democrática, singular ou complexa, cujos membros sejam trabalhadores urbanos e/ou rurais;
> II - exercer atividades de natureza econômica;
> III - ser uma organização autogestionária, cujos membros exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, por meio da administração transparente e democrática, de soberania assemblear e da singularidade de voto dos sócios;
> IV – ter seus membros diretamente envolvidos na consecução de seu objetivo social;
> V - distribuir os resultados financeiros da atividade econômica de acordo com a deliberação de seus membros, considerada a proporcionalidade das operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente;
> VI - realizar pelo menos uma reunião ou assembléia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento, observado o disposto nas legislações específicas;
> VII - destinar o resultado operacional líquido à consecução das suas finalidades e parte dele para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação e ao desenvolvimento comunitário ou à qualificação profissional e social dos seus integrantes.
> § 1º O enquadramento do empreendimento como beneficiário da Política Nacional de Economia Solidária independe da sua forma societária, observado o disposto em legislação específica.
> § 2º Não serão beneficiários da Política Nacional de Economia Solidária os empreendimentos que tenham como atividade econômica a intermediação de mão de obra subordinada.
> § 3º Os empreendimentos econômicos solidários poderão registrar-se no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente de sua forma societária, ressalvada a legislação específica relativa às sociedades cooperativas (BRASIL, 2017 - Seção II).

Essas características são reflexo dos levantamentos iniciados em 2007, quando a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES identificou 21.578 empreendimentos econômicos solidários em 2.274 municípios brasileiros (SENAES, 2007). Já em 2013, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES mapeou a existência de 19.708 EES em 2.713 municípios (SIES, 2013). Apesar do aumento significativo de 419 municípios, a redução de 8,6% pode ser aferida tanto à real queda dessas atividades, como pela fragilidade de critérios para caracterizar essas organizações (LIMA, 2015). Ainda assim, o que ambas as amostras têm em comum é a concentração dessas experiências na região Nordeste. Enquanto em 2007 havia 43,5% (9.386) dos EES do país concentrados na região, em 2013 identificou-se 40,8% (8.040), revelando-se, em ambos os mapeamentos realizados até então, a maior concentração dessas iniciativas na região Nordeste do Brasil.

Além desses dados, ainda de acordo com o último levantamento feito pela SIES em 2013, mais da metade dos empreendimentos solidários atuam predominantemente em áreas rurais, concentrando 54,8% destes, contra 34,8% que atuam em áreas urbanas e 10,4% que se identificaram com a atuação simultânea, tanto em áreas rurais quanto em urbanas. Esses números são bem próximos dos obtidos no primeiro mapeamento em 2007, que já havia identificado a predominância de empreendimentos coletivos no meio rural, muito em função da agricultura familiar na busca de diferentes estratégias associativas de beneficiamento e comercialização de sua produção (SILVA e CARNEIRO, 2016). Nesse sentido, Silva e Carneiro (2016) apontam também que os EES rurais estão localizados, em sua maioria, na região Nordeste (72%), Centro-Oeste (54%) e Norte (50%), enquanto a atuações predominantemente urbanas são maioria no Sudeste (61%).

No tocante à atividade, os autores apontam que o meio rural se destaca também pela alta proporção dos EES que desenvolvem atividades de consumo (85%), trocas solidárias (65%), finanças solidárias (62%) e produção (52%), enquanto o meio urbano apresenta maior proporcionalidade entre os EES de prestação de serviços (64%) e de comercialização (48%). Vieira (2015) afirma também que, em ambos os espaços, existem ainda grupos de reciclagem, de compras coletivas, de educação popular e iniciativas de agricultura familiar espalhadas em todo o território nacional.

Quanto à questão de gênero, segundo De Souza e Fausto Júnior (2020), entre as pessoas engajadas nos empreendimentos solidários formalizados, 56,4% são homens e 43,6% mulheres, sendo que, entre os EES informais, essa proporção se inverte significativamente, com 63,2% de mulheres. Abre-se, portanto, a partir das experiências de economia solidária, organizadas

com as práticas dos seus empreendimentos, uma agenda de pesquisa que envolve nacionalmente formas de organização econômica de produção, consumo, comercialização e de finanças solidárias (COELHO, 2003). Contudo, a presente análise limita-se a entender as experiências de finanças solidárias para aprofundar a visão em torno das iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Nordeste do Brasil, conforme será visto a seguir.

1.4 Arranjos socioeconômicos das Finanças Solidárias

Considerando que o sistema financeiro tradicional opera sob uma dinâmica social e territorialmente excludente, uma parcela da sociedade mundial residente em áreas periféricas urbanas e rurais tem buscado estabelecer outros circuitos, a fim de suprir as suas necessidades locais, principalmente no tocante ao crédito, para consumo e para operar suas atividades produtivas (RIGO *et al*., 2015). Desse modo, a ressignificação de práticas econômicas no final do século XX vem aliada à disseminação da economia solidária por meio do segmento das finanças solidárias, que é uma aglutinação dos conceitos de microcrédito e microfinanças (COELHO, 2003; PASSOS, 2007 e CARVALHO, 2016). Portanto, para aprofundar o entendimento desse processo socioeconômico, é necessário, primeiramente, a compreensão em torno do que seja microcrédito e microfinanças.

Passos (2007, p.38) afirma que o termo microcrédito surge concomitantemente às microfinanças e designa "a oferta de crédito para a população de baixa renda e/ou excluída do sistema financeiro tradicional". Mas não é só isso. Segundo Junqueira e Abramovay (2005), essas concepções se caracterizam principalmente em torno dos pequenos montantes de recursos concedidos, em geral de até R$ 500,00; tanto as populações de baixa renda como microempresas são o alvo e principais beneficiários. De acordo com Carvalho (2016), a experiência de maior destaque dessas iniciativas foi em 1976, com o *Grammen Bank*, mas não foi a única.

Os anos 1970 marcaram as origens das microfinanças, quando o professor de economia Muhammad Yunus iniciou a concessão de pequenos empréstimos em Bangladesh[12]. Essa prática deu origem ao *Grammen Bank*, que ficou conhecido internacionalmente como uma instituição de microcrédito voltada para o combate à pobreza rural. Segundo Hastarska e Holtmann (2006,p. 148), "em 2005 o Grameen Bank havia distribuído cerca de 5 bilhões de dólares em empréstimos para 5 milhões de tomadores, dentre os quais 96% eram mulheres". A partir desta iniciativa, o campo das microfinanças surge como uma inovação urgente no sul da

[12]Ver tese de Carvalho (2008), que retrata minuciosamente o histórico embrionário dessas iniciativas.

Ásia, resolvendo problemas de acesso a crédito e a poupança, entre outras ações que governos e instituições financeiras convencionais não resolviam naquele contexto. Com isso, além do serviço de crédito, as microfinanças oferecem poupanças, transferências e seguros; o microcrédito é somente um dos seus produtos (PASSOS, 2007; CARVALHO, 2016).

Dessa forma, as microfinanças, em particular o microcrédito, surgem como alternativa para a população excluída do sistema bancário e financeiro tradicional, oportunizando acesso a crédito de baixo valor, a juros zero ou quase zero, que atendam a necessidade dessa população (COELHO, 2003). Por isso, muitas vezes, os conceitos de microfinanças e microcréditos são tratados como sinônimos, posto que as práticas, de fato, são próximas, mas se diferem pela sua estrutura em conjunto (ABRAMOVAY, 2003a). Para a Passos (2007), outro fator que diferencia – e cumpre notar – é que a maioria das experiências em finanças solidárias no mundo está articulada em rede, disponibilizando acesso a crédito individual e coletivo. Coelho (2003) ressalta que as finanças solidárias se inserem nessa perspectiva, resgatando e ampliando a ideia inicial das microfinanças, com formas de democratização do sistema financeiro que priorizem as populações excluídas do sistema bancário convencional, mas contribuindo principalmente para o desenvolvimento humano integrado e sustentável.

Desse jeito, existe um entendimento comum de que o conceito de finanças solidárias se constitui como uma ampliação das microfinanças (PASSOS, 2007 e SINGER, 2009). No entanto, a diferenciação desses conceitos é um tanto "nebulosa", pois muitas vezes se confundem. Na tentativa de sanar dúvidas, Carvalho (2016) estabeleceu um marcador importante para diferir conceitualmente as práticas de microfinanças das finanças solidárias. Enquanto a ideia das microfinanças constitui num beneficiário do crédito individual para seu desenvolvimento, as finanças solidárias atrelam o crédito a partir do critério do atendimento à proposta de um território específico, não só do beneficiário isolado. Isto é, as microfinanças passam a agir para o desenvolvimento comunitário de grupos amplos e não apenas de indivíduos específicos, como operacionalizados pela indústria das microfinanças, assumindo nas finanças solidárias o caráter coletivo, que Junqueira e Abramovay (2005, p.20) passam a chamar de "microfinanças solidárias".

Silva Júnior (2016), em sua tese de doutorado, chama a atenção para um fato de que, muito embora essa "indústria do microcrédito" passe a exercer forte influência no campo das microfinanças, não encerra a totalidade de tais práticas e, ainda, invisibiliza o olhar sobre as finanças de proximidade que ampliaram o universo das microfinanças no Brasil. Para o autor, as finanças de proximidade baseiam-se em critérios de relação econômica, em que "o laço

financeiro encontra-se submerso em relações de confiança e solidariedade" (SILVA JÚNIOR, 2016, p.125).

Essa é a razão pela qual o conceito de finanças solidárias está também intimamente ligado às finanças de proximidade. Ambas se constituem de práticas enraizadas territorialmente e comunitariamente. Esses modos de concessão, que utilizam as redes sociais e comunitárias como forma de obter informações sobre clientes, também são conhecidos como *finanças de proximidade* (JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005; SILVA, 2017). Para os autores, a atuação de uma cooperativa crédito, por exemplo, dentro de um determinado território, permite o estabelecimento de sistemas formais de crédito imerso na realidade local. Desse modo, a utilização da proximidade afetiva e moral entre o agente que concede crédito e o candidato a credor tem duas funções:

> i) Permitir ao credor compreender melhor as especificidades da atividade profissional de seu cliente; e
> ii) Conseguir informações às quais não teria acesso numa relação puramente profissional, podendo, inclusive, obtê-las de maneira indireta, através das redes sociais (JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005, p.24).

Silva (2017, p.23) enfatiza a importância de ressaltar que as finanças solidárias no Brasil transcendem esse aspecto de concessão de crédito somente, pois "dirigem sua forma de atuação buscando atingir um sistema de serviços e produtos financeiros mais diversificado e ajustado às realidades do público que objetiva envolver". Por isso, enquanto os organismos de microcrédito internacionais visam oferecer um serviço segmentado, voltado a uma atividade específica e majoritariamente produtiva, as finanças solidárias se desenvolvem a partir das técnicas da relação de proximidade, atentas às dinâmicas de sobrevivência das famílias, cuja fronteira entre consumo e investimento produtivo não é simples de ser estabelecida, ainda mais pelo fato do público alvo estar suscetível às dificuldades de garantia da própria satisfação de suas necessidades básicas, dada a instabilidade de renda (SILVA, 2017).

Neste caso, a finalidade das finanças solidárias segue no sentido de construir um sistema no qual o crédito se integre a um conjunto variado de serviços financeiros necessários para as famílias, buscando garantir tanto a oferta de serviços, como recursos, suficientes para sustentabilidade dessas organizações voltadas a esse fim, baseando sua existência no incentivo local que recebem pela adesão de seus participantes (ABRAMOVAY, 2004). Junqueira e Abramovay (2005) apregoam que essas experiências de finanças solidárias são compostas por iniciativas que valorizam o potencial de mobilização de investimentos locais, o financiamento conjunto das unidades de consumo, de produção e as redes de relações sociais entre indivíduos,

como modalidade não-patrimonial de garantia e controle dos recursos locais. Desse modo, sugerem que essas organizações buscam atingir sua sustentabilidade sem deixar de lado o alcance dos objetivos sociais junto ao seu público e ao seu território.

Para isso, Silva (2017) evidencia que, paralelamente à função de ofertar crédito, as finanças solidárias são acompanhadas por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança, com foco na valorização do potencial de resolução das demandas locais. Assim, concebe-se que as finanças solidárias se constituem de uma prática enraizada nas microfinanças e nas finanças de proximidade. No entanto, diferem-se destas por suas variadas formas de organização popular e coletivas sob as práticas da autogestão. Segundo a literatura da área, essas organizações podem ser de Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidários, Clubes de Troca e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apesar todas pertencerem ao universo das finanças solidárias, cada uma possui distintas origens de formação e estrutura funcional.

Os Fundos Rotativos Solidários podem ser considerados embriões das experiências de finanças solidárias no Brasil. Iniciam-se em meados de 1980 no Nordeste e, com o tempo, se espalham até o sul do país (NESOL-USP, 2015; SILVA, 2020). Portanto, cada experiência possui sua especificidade e modo de organização de acordo com as condições e contextos histórico-culturais em que se encontram. Bertucci e Silva (2003) identificaram que os primeiros Fundos Rotativos foram de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários, criados para contribuir com a melhoria das condições de vida de homens e mulheres excluídos do campo e da cidade, apoiando iniciativas produtivas e de infraestrutura comunitária. Em linhas gerais, esses Fundos preveem que seus beneficiários tenham à disposição certa quantia de recursos – que pode ser não-monetária, da cessão pequenos animais ou equipamentos específicos, por exemplo – e que, após um período predeterminado e acordado entre as partes, deve ser devolvida ao fundo, para que possam ser emprestadas a outros tomadores (SILVA, 2020).

As Cooperativas de Crédito Solidário baseiam-se na concessão de microcrédito e possuem, como marco, a criação das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária em meados dos anos 1990 na região Sul, sendo elas uma central de cooperativas de crédito solidário fundada por agricultores familiares (SILVA, 2017). Ao se afirmarem solidárias, essas cooperativas de crédito distinguem-se das práticas convencionais em seu modo de funcionamento e gestão, marcados por democracia direta: gestores e clientes são “donos” da cooperativa, que não tem o objetivo de maximizar os lucros, mas, sim, de fomentar o desenvolvimento local e sustentável da comunidade na qual está inserida por meio do acesso a

crédito com juros zero ou de até 1,5% (ABRAMOVAY, 2004 e NESOL-USP, 2015). Atualmente, esse ramo do cooperativismo está bastante consolidado no campo da economia solidária, recebendo, inclusive, o reconhecimento do Banco Central do Brasil (NESOL-USP, 2015). Essas organizações estão presentes em todas as regiões do país, distribuindo-se em comunidades de 13 estados brasileiros, totalizando cerca de 128 iniciativas (SILVA, 2020).

Os Clubes de Troca, embora não tenham hoje a mesma expressão que outras iniciativas das finanças solidárias por todo o Brasil, constituem outra experiência embrionária das finanças solidárias. Surgem no Canadá em 1983, com os *Lets-Local Exchange Trading System*[13] (Sistema de Negociação de Câmbio Local, tradução livre), sendo disseminada para outros países. Na América Latina, a experiência se inicia na Argentina em 1995, na cidade de Bernal e, no final da década de 1990, chega ao Brasil, com a primeira iniciativa registrada em São Paulo, expandindo-se, logo depois, a outras comunidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre (ARKEL *et al.*, 2002). Muito conhecido pelo emprego de moedas sociais, utilizada em determinado espaço e tempo definidos, produtores e consumidores se reúnem para trocar produtos e/ou serviços em determinado horário e local (NESOL-USP, 2015).

Já os Bancos Comunitários de Desenvolvimento surgem na década de 1990 no Brasil, com o Banco Palmas em Fortaleza/Ceará, propagando-se por todo o país com as características fundamentais de a) gestão sob a responsabilidade da própria comunidade; b) articulação simultânea de crédito, produção, comercialização e capacitação cidadã; e c) circulação de moeda social complementar, reconhecida por produtores locais, comerciantes e consumidores (LEAL *et. al.*, 2016). Ademais, os BCDs são marcados por estarem presentes em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade, voltados a um público caracterizado pela vulnerabilidade social, oferecendo, além do serviço financeiro na comunidade, atividades de apoio e formação com base nos princípios econômicos solidários (SILVA Jr, 2016).

No último levantamento do SIES (2013), quando se teve 19.708 empreendimentos econômicos solidários identificados, 328 deles foram enquadrados na categoria de "Finanças Sociais" – correspondente às Finanças Solidárias –, representando 1,7% do total pesquisado na época. Em 2020, a nomenclatura mais comum de EES, caracterizados nessa categoria de finanças por todo o Brasil, é *banco comunitário* e *cooperativa de crédito e fundo rotativo*, deixando-se de mensurar os clubes de troca (SILVA, 2020).

[13] Traduzido do inglês. É um sistema de negociação de câmbio local, em que uma empresa comunitária sem fins lucrativos, organizada localmente, democraticamente, fornece um serviço de informações da comunidade e registra transações de membros que trocam bens e serviços usando a moeda criada localmente.

1.5 A composição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento surgem como necessidade alternativa ao sistema financeiro vigente, mas não se resumem a isso. Como notado, as suas ações, partindo das finanças solidárias e aliando atividades monetárias e não-monetárias, transcendem o fator econômico, estimulam a produção, a comercialização e o consumo, focando no desenvolvimento local e não apenas dos empreendimentos individuais (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008; FRANÇA FILHO, 2012). Com isso, essas organizações propõem novas formas de regulação econômico-política da sociedade, em vista de as relações estabelecidas pelos BCDs abarcarem: a) os apoios governamentais recebidos; b) a produção, comercialização e finanças; c) a participação de moradores na promoção do desenvolvimento; e d) a satisfação das necessidades de consumo locais (SINGER e SOUZA, 2003).

As tentativas de organizações bancárias feitas por e para trabalhadores não são recentes. Escritos do anarquista Pierre-Joseph Proudhon, datados de 1848, apontam ser possível transferir o controle das relações bancárias para os trabalhadores criando o "Banco Operário" ou "Banco do Povo", com práticas de crédito livre a juros zero, impulsionando ideias do que hoje se compreende como as cooperativas de crédito[14]. Assim, práticas como essas ocorreram por todo o mundo, ramificando-se em diversas iniciativas próprias, como concessão de microcrédito feita por Yunus e outras, caracterizadas por se instalarem em território marcados pela vulnerabilidade social.

Os BCDs também se caracterizam por estar situados em comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A metodologia de implantação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento retratada nesta análise entende que a riqueza gerada pelas pessoas presentes nas comunidades acaba sendo utilizada para o consumo fora dela, nos centros comerciais próximos e, consequentemente, potencializa o lucro das grandes redes de distribuição e comercialização, não deixando nada para quem reside em seu entorno (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008). Para superar esse cenário, os BCDs se articulam basicamente em torno de quatro eixos centrais: fundo de crédito solidário; moeda social circulante; feiras com produtores locais; e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e CUNHA, 2009), que serão melhor exemplificados a seguir, em torno da iniciativa pioneira dessa concepção.

[14]A obra intitulada "Solução do Problema Social" (1848) traz a elaboração do autor sobre a teoria do crédito a taxa zero, que antecipa o funcionamento das organizações mutualistas conhecidas atualmente.

Criada em comunidade periférica da capital cearense em meados de 1998, o Banco Palmas surge no conjunto Palmeiras, para onde muitas famílias foram remanejadas[15] com a difícil missão de tentar viabilizar uma forma de economia local para a auto-organização comunitária, mediada pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Como estratégia de tentar realizar essa reorganização socioeconômica, o Banco Palmas realizou o mapeamento de consumo e produção da comunidade, reunindo moradores e comerciantes locais. A partir desses dados, o objetivo do então projeto Banco Palmas é garantir acesso a microcréditos para potencializar essas frentes de consumo e produção, possibilitando à população produzir e consumir localmente, a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais externas, comprovação de renda ou fiador. O cadastro formal para a concessão de crédito exige um levantamento da vida pessoal do tomador do empréstimo na comunidade, realizado pelo agente de crédito e avaliado segundo o Comitê de Avaliação de Crédito - CAC, que, juntos, compõem o conselho gestor de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, fazendo dessa estrutura funcional referência para todas as outras (FRANÇA FILHO, 2012).

Assim, o Banco Palmas é um mediador de suas moedas sociais (Palmas) e do microcrédito, incentivando seu uso nos comércios e empreendimentos de território. Além de sua moeda social estimular o consumo na própria comunidade, contribui para manter os recursos gerados circulando internamente como processo de construção de identidade em torno de uma proposta de desenvolvimento endógeno (NESOL-USP, 2015). Segundo Joaquim Melo Neto (2008), morador e um dos mobilizadores dessa experiência, os BCDs devem partir do pressuposto de que as comunidades não são pobres, são empobrecidas. Melo Neto e Magalhães (2008, p.08) destacam que "é um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva de geração de trabalho e renda".

Para isso, essas iniciativas se preocupam com o território ao qual pertencem, seja em uma comunidade, bairro, seja em um pequeno município (SILVA JÚNIOR, 2016). Desse modo, Silva Júnior (2016) defende que, diferentemente das práticas de microfinanças convencionais que estão orientadas para pessoas físicas ou jurídicas individuais, os BCDs visualizam um caráter mais amplo de alcance no instante do empréstimo – mesmo que seja concedido a um empreendedor individual, procuram ter o acompanhamento do beneficiário, para que possam atuar na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo de

[15] Mais detalhes sobre essa experiência, ver "Bairros Pobres - ricas soluções: Banco Palmas ponto a ponto" (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008).

acordo com a necessidade da comunidade, fortalecendo a rede de produtores e consumidores locais.

Com o potencial da primeira experiência na capital cearense com visibilidade nacional e internacional, surgem outras iniciativas no próprio estado do Ceará e em alguns outros estados do Nordeste. A partir de mobilizações populares em núcleos urbanos periféricos e rurais, com diferentes necessidades estruturais e alguns serviços financeiros adequados a sua localidade, os BCDs se expandem no Brasil. Eles podem ser divididos em três tipos que se interligam, mas que se caracterizam pelas experiências próprias: I) Criados pelas próprias comunidades; II) Fomentados por incubadoras universitárias; e III) Incentivados por auxílio do poder público.

Conforme Raposo e Faria, (2015) o primeiro tipo, chamado de "clássico", é formado pelas experiências de BCDs criados pelas próprias comunidades, que possuem moeda social própria, correspondente bancário e oferta microcrédito, semelhante ao Banco Palmas em seu início. Outro tipo são os bancos motivados e acompanhados por incubadoras universitárias para iniciarem e fortalecerem suas atividades, como é o caso dos comparados nesta análise, o Banco Jardim Botânico, em João Pessoa/PB, e o Banco Solidário de Gostoso/RN (Anexo II; LUCENA, 2013; RAPOSO, 2014; CADÓ, 2017). Um terceiro tipo é formado com auxílio da iniciativa do poder público, geralmente articulado com as políticas de redistribuição de renda, como é o caso do Banco Cocais, do Banco Popular de Maricá e, mais recentemente, do Banco Comunitário de Limoeiro Anadias[16]. Em geral, essas práticas surgem para possibilitar e apoiar processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local (RAPOSO e FARIA, 2015).

Com o decorrer dos anos, em 2003 cria-se o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária - Instituto Banco Palmas, com o objetivo de disseminar a metodologia de implantação dos BCDs em outros estados e municípios, reproduzindo como conhecimento e difusão das práticas de economia solidária ancoradas na iniciativa do Banco Palmas. Como consequência de tais práticas, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento passam a ser reconhecidos por políticas públicas do governo federal. Para operar essa parceria, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE e o Instituto Palmas organizaram mecanismos de certificação e a consolidação da metodologia dos BCDs, criando, assim, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (REDE, 2006).

[16] Impulsionando a economia solidária: cidade alagoana mostra seu exemplo em encontro nacional sobre bancos comunitários durante e pós-pandemia. <<https://www.limoeirodeanadia.al.gov.br/2020/06/08/impulsionando-a-economia-solidaria-municipio-alagoano-mostra-seu-exemplo-em-encontro-nacional-sobre-bancos-comunitarios-durante-e-pos-pandemia/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

A Rede (2006) surge para se relacionar diretamente com os bancos comunitários já existentes, ou constituir novos BCDs por todo o Brasil, uma vez que os próprios bancos comunitários já buscavam esse apoio, pelo entendimento de que a metodologia e o acesso a SENAES/MTE, por meio da Rede Brasileira, facilitava a implantação dos BCDs em diálogo com as prefeituras municipais e com os Centros de Referência de Assistência Social. Assim, em 2004, a SENAES/MTE convidou o Instituto Palmas para consolidar a metodologia dos BCDs, com o intuito de torná-la um programa nacional baseado na experiência embrionária do Banco Palmas e do seu Instituto no estado do Ceará.

Segundo dados da Rede Brasileira (2006), esses bancos comunitários possuem características diferentes das que encontramos nas demais instituições que atuam com microcrédito, como a Sociedade de Crédito ao Microempresário, a Cooperativa de Crédito, o Banco do Povo e até mesmo os Fundos Rotativos. Para a Rede (2006), o que diferencia os Bancos Comunitários de Desenvolvimento das demais são quatro características fundamentais:

> 1) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária: os próprios moradores de uma comunidade se organizam em forma de associação para gerir o empreendimento solidário;
> 2) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade;
> 3) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico;
> 4) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local. (REDE, 2006).

Em 2020, a Rede Brasileira sinalizou ser composta por 114 Bancos Comunitários de Desenvolvimento, presentes em 20 estados e 37 municípios. Ainda assim, esses BCDs configuram-se como um fenômeno ainda em construção. A discussão em torno dessas experiências no Brasil é fundamental para a compreensão do sentido que os desenvolvimentos destes podem refletir na comunidade (RAPOSO e FARIA, 2015). Raposo (2014) comenta que, no âmbito de atuação no território, a utilização das moedas sociais circulantes pelos BCDs nas comunidades exerce um papel crucial para o seu desenvolvimento endógeno. Recentemente, Maturana, Costa e Kohler (2018) reforçam que essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação, as quais desempenham papel econômico para o desenvolvimento local dessas práticas de Bancos Comunitários, ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza. A partir da experiência do Banco Palmas no estado do Ceará, o governador estadual de 2008 apoiou a instalação de BCDs com moedas sociais por todo o estado cearense, notabilizando cerca de 300 novas moedas (CORDEL/BNB, 2008).

Assim, entender a relevância das moedas sociais na consolidação desse processo de desenvolvimento é fundamental.

1.5.1 Uso das moedas sociais

As moedas sociais estão implicitamente presentes na composição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, mas não surgiram a partir deles. Ariadne S. Rigo (2014) observa que esse fenômeno se alia principalmente aos clubes de troca[17]. Com isso, há diferentes concepções em torno do uso "social" como termo para as moedas complementares às nacionais em todo o mundo. Por exemplo, na Europa, Rigo (2014) aduz que a expressão "social" assume diferentes termos de moeda e que pode vir alinhada ao conceito comunitário de cada localidade, como "moeda-cidadã" na França, ou "moedas-regionais" na Alemanha, ao se referir a moedas complementares ao Euro, de circulação local. Mesmo assim, o termo social parece ser internacionalmente o mais aceito, principalmente no contexto latino, em que Argentina e Brasil são protagonistas, no intuito de transformação social com um caráter popular na criação e uso dessas moedas (RIGO, 2014).

Para França Filho e Silva Júnior (2009), a denominação de "moedas sociais" diz respeito ao fato de elas obedecerem a uma lógica diferente das moedas convencionais. Os autores indicam que o adjetivo "social" se refere a um princípio prático de que, no seio da utilização dessas moedas, está o interesse do controle social e político exercido, no intuito de elas se apoiarem na organização local em torno da resolução de problemas sociais e econômicos das comunidades envolvidas. Desse modo, as utilidades dessas moedas sociais em curso no Brasil são diversas. Em 2008, o "Relatório de Pesquisa de Sondagem das experiências de moedas alternativas em curso no Brasil" já catalogava a representação dessas moedas alternativas em pelo menos 96 municípios brasileiros, com usabilidade variada consideravelmente de acordo com cada território (CORDEL/BNB, 2008).

Logo, definir o que são as moedas sociais é, segundo Soares (2006 p. 134), "cair em um solo pantanoso uma vez que não há, ainda, uma caracterização mais precisa do fenômeno". Por isso, a análise ora apresentada se atém ao entendimento do seu funcionamento nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, a partir da prática do Banco Palmas. Nesse sentido, a concessão de microcrédito vem alinhada ao uso da moeda social de circulação local, a Palmas (P$). Pessoas que originalmente não tinham acesso ao real puderam, por meio de seu

[17] Trazendo um breve cenário histórico, os clubes de trocas *Local Exchange Trading Systems* (LETSs) são, talvez em nível global, as experiências mais conhecidas no uso de moedas sociais em meados de 1983, no Canadá.

trabalho na produção de produtos ou serviços na comunidade, conseguir Palmas e, quando necessário, converter essa moeda em real (SOARES, 2006).

É importante ressaltar que a circulação da moeda social não é independente da moeda nacional. Ao contrário, a produção de moeda social está estritamente ligada à capacidade de obtenção de fundos para rastreá-la (SOARES, 2006). Ou seja, os BCDs só podem emprestar em moedas sociais o total equivalente disponível em reais, conforme assegurado e orientado pelo Banco Central do Brasil (RIGO, 2014). Do mesmo modo a moeda nacional, é recomendável na produção da moeda social que tal fabrico conte com, pelo menos, quatro mecanismos de segurança contra falsificação, como no caso da Palmas, que dispõe de: i) número de série pelo qual são cadastradas; ii) marca d'água, que dificulta a impressão; iii) o código de barras; e iv) marca para leitura ultravioleta (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017).

O intuito básico do uso de uma moeda social local é incentivar a manutenção da circulação dos recursos na comunidade que a criou (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017). No caso da criação da moeda Palmas, que é modelo de reaplicação nos BCDs por todo o Brasil, a estratégia do banco foi fazer a moeda social circular de maneira mais ampla na comunidade, constituindo a rede de *prossumidores* – junção das palavras produtores e consumidores. Essa rede é consequência de uma ampla campanha de mapeamento e sensibilização de produtores, comerciantes e consumidores locais. O objetivo é fazer uso contínuo da moeda social Palmas por meio de incentivo no pagamento nos comércios e acesso a linhas de crédito do banco, muitas vezes sem juros, para comerciantes e clientes que aceitarem aderir ao uso da moeda social (RIGO, 2014), com maior lastro em reais disponível nos fundos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento[18], maior a possibilidade de oferta de microcrédito na comunidade, ou a utilização desse montante em benefício de alguma necessidade identificada como prioridade na localidade.

No entanto, nos últimos anos, o crescente desuso da moeda social Palmas tem chamado a atenção, mesmo em um contexto em que o consumo na comunidade se mantém crescente. Em mapeamento da produção e do consumo realizado pelo Banco Palmas a cada dois anos, em média 93% a 95% dos moradores consomem na comunidade, porém a circulação da moeda social vem diminuindo consideravelmente (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017). Para esses autores, essa redução do volume de Palmas circulando na comunidade se deve a três fatores: diminuição dos esforços na divulgação da moeda na comunidade; concentração de utilização

[18] *Lastro*, em Economia, é a garantia implícita de um ativo. Ou seja, o conceito de lastro é utilizado para determinar o valor real das moedas, no sentido de que o valor monetário represente algum bem tangível equivalente às riquezas de um país ou território, cuja moeda pretende representar. No caso dos BCDs, suas moedas são lastreadas em reais.

do fluxo da moeda em atividades específicas; e maior acesso da população local a crédito e benefícios assistenciais que não usam a moeda social.

Na tentativa de superar esse cenário, algumas ações foram tomadas pelo Banco Palmas junto a Rede Brasileiras de Bancos Comunitários. Uma delas é a criação de uma plataforma eletrônica chamada e-Dinheiro – aplicativo de celular com a função de pagamento de contas, recarga de celular, transferência monetária e outras funções realizadas exclusivamente por meio de moeda social digital vinculada ao Banco Comunitário de Desenvolvimento que o usuário fizer parte, quando automaticamente, no trâmite de qualquer operação realizada no aplicativo, é destinado 1% ao BCDs. Para o coordenador do Banco Palmas, Joaquim de Melo Neto, o uso das moedas sociais deve ser visto como um mecanismo, mesmo que temporário, de estímulo ao consumo interno e à valorização das coisas do lugar em que "[...] as moedas sociais não podem, então, ser vistas de forma apologética ou como uma panacéia, mas como um instrumento com papéis a cumprir" (RIGO e FRANÇA FILHO, 2017, p. 172). Dessa maneira, percebe-se o fato de que a utilização das moedas sociais cumpre sobretudo uma função pedagógica nas comunidades, que pode até ser descartada ao longo do tempo pela comunidade ao adotar a prática de consumo local de maneira permanente, independentemente do uso da moeda.

Maturana, Costa e Kohler (2018) concluem que, além de promover o resgate do desenvolvimento endógeno da economia local, a utilização da moeda social, com perspectiva de continuidade e aceitação, fortifica a proximidade entre pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade, implícitas nas relações comunitárias. As reflexões dos autores convergem na direção de que essas moedas não têm o papel de resolver por completo as dificuldades enfrentadas pelas comunidades empobrecidas, porém confere mais um instrumento para ações de intervenção, com vistas ao desenvolvimento endógeno.

De Melo *et. al.* (2020), ao expor a atuação municipal na economia local por meio das moedas sociais, indicam que, diante de um quadro de ainda mais dependência dos municípios em relação à União em 2020, a constituição econômica por meio do uso das moedas sociais pode servir como instrumento de fortalecimento das competências municipais, em relação ao processo de desenvolvimento local. Nessa perspectiva, as moedas sociais podem ser instrumentalizadas como elemento criativo e independente do governo central, passível de implementação pelas gestões municipais (DE MELO *et. al.* 2020). Nesse ínterim, as discussões em torno das moedas sociais enquanto políticas públicas mostram-se cruciais e atuais para replicar o fomento dessas iniciativas em âmbito de estados e municípios. Portanto, é sobre o prisma da política pública que se irá discorrer no capítulo a seguir.

2. UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA BRASILEIRA

Neste segundo capítulo, evidenciam-se as políticas públicas de fomento à economia solidária no Brasil, a fim de compreender a concepção do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Anexo I), que culminou na implantação dos BCDs na região Nordeste (Anexo II). Para tanto, no primeiro tópico, é exposto a trajetória das políticas públicas para a economia solidária em âmbito nacional, evidenciando o protagonismo da sociedade civil nesse processo, pautando-se na agenda das três esferas de governo. Posteriormente, é apresentado o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que possibilitou o fomento às experiências de finanças solidárias em âmbito nacional e regional, cuja região Nordeste é analisada mais profundamente em subtópico, por meio do relatório de fomento às iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos sete estados participantes.

2.1 Políticas públicas para a economia popular solidária

É inegável que economia popular solidária tenha sido uma estratégia própria da sociedade civil. Nesse sentido, a literatura da área aponta que esse movimento econômico solidário é protagonista das políticas públicas, à medida que as "forças democrático-populares" obtiveram êxito na conquista de governos locais, onde essa forma de fazer economia passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas nacionais (SINGER, 2011; FARIA e SANCHEZ, 2011; SCHIOCHET, 2011).

Com o advento da redemocratização e do processo de descentralização político-administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988, na segunda metade da década de 1990 foram implantados os primeiros programas e incentivos governamentais municipais à economia solidária em Blumenau/SC, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Recife/PE e Belém/PA[19]. Schiochet (2011, p.445) indica que a inserção nas agendas governamentais entrou pelas "portas dos fundos". Para o autor, os recursos públicos voltados para as primeiras iniciativas econômicas solidárias nas experiências embrionárias de cooperação econômica e autogestão surgiram a partir dos programas de geração de trabalho e renda, apropriados pelo movimento social e sindical, que promoveram ações de qualificação profissional e apoio a

[19] As iniciativas embrionárias foram instituídas por meio de programas de apoio e incentivo às formas cooperativas, associativas e autogestionárias nas municipalidades. Assim, tinham como estratégia inicial a política local de enfrentamento ao desemprego, com a criação de coordenações específicas na estrutura do poder público municipal, para cada gestão (SCHIOCHET, 2011).

projetos presentes em políticas assistenciais, “driblando” as burocracias da época para fomentar essas iniciativas (SCHIOCHET, 2011).

Assim, as experiências de economia solidária passaram a integrar a agenda de governos locais em algumas regiões do Brasil ao final da década de 1990, aliadas ao surgimento, nos anos posteriores, de algumas cooperativas e empresas recuperadas autogestionárias. O início do ano 2000 marca um período importante para a entrada da economia solidária na agenda de políticas públicas do governo federal (SCHIOCHET, 2011). Organizando desde a década de 1990, o movimento econômico solidário brasileiro assume papel importante enquanto estratégia política no primeiro Fórum Social Mundial, em 2001. Os espaços de discussão e articulação nacional começaram a ser formados durante as atividades desse I Fórum, quando entidades nacionais se articularam em torno do campo econômico solidário, constituindo um Grupo de Trabalho - GT Brasileiro de Economia Solidária, composto por doze organizações nacionais[20]. Esse GT é considerado fundamental para encaminhamento de propostas ao futuro Governo Federal da época, uma vez que, em 2002, o grupo elaborou uma carta para ser entregue aos candidatos à Presidência da República brasileira (FARIA e SANCHEZ, 2011; SILVA *et al*, 2018).

Com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro desse mesmo ano, na 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, a carta foi referendada e se definiu também pela realização da 2ª Plenária Nacional durante a realização do III Fórum Social Mundial, que, em 2003, encaminhou outras discussões. Nessa 2ª Plenária, ainda em 2003 definiu-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária no mesmo período que ascendia a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária que, juntos, constituíram os dois maiores interlocutores do que se tornou a Secretaria Nacional de Economia Solidária na construção de políticas públicas no plano federal, apresentando demandas, sugerindo ações e acompanhando a execução das políticas públicas nacionais (FARIA e SANCHEZ, 2011).

Em junho desse mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 10.683/2003, que criou a SENAES no âmbito do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. De

[20]As doze entidades e redes nacionais que, em momentos e níveis diferentes, participaram do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <<https://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

acordo com Paul Singer (2011, p.408), secretário da SENAES à época, a opção pelo MTE ocorreu "pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário". Ele reconhece também que essa inserção representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do Ministério de Trabalho e Emprego, pois, desde sua criação, o Ministério tinha apenas como missão proteger os direitos dos trabalhadores assalariados e, com a SENAES, passou a reconhecer os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados que não figuravam na agenda do MTE até então.

A criação da SENAES resultou na construção do Sistema de Informações em Economia Solidária, que constituiu um levantamento pioneiro no mundo para identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento a políticas públicas em torno do tema (SENAES/MTE, 2012). Apesar de a SENAES ter sido criada em 2003, somente em 2008 foi implantado um módulo de Políticas Públicas de Economia Solidária no SIES, quando a base conceitual das ações para reconhecimento dessas políticas foi instruída a partir dos dados levantados nos mapeamentos realizados em 2007 e 2013, identificando os empreendimentos solidários em todo território nacional. Ao mesmo tempo, Faria e Sanchez (2011) afirmam que essa iniciativa, aliada às ações públicas que viriam a seguir, estimulou diversos outros ministérios e órgãos públicos a introduzirem a economia solidária como eixo estruturante transversal de políticas públicas de geração de renda e combate à pobreza extrema no Brasil.

Outros autores ressaltam que as políticas públicas de economia solidária inauguraram, no Brasil, uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda, que vai além da relação assalariada, na medida em que inclui oficialmente o trabalho associativo como uma estratégia a ser buscada para o enfrentamento do desemprego e para viabilizar projetos de desenvolvimento local (ARAÚJO E SILVA, 2005; FRANÇA FILHO, 2006; SILVA, 2010). No âmbito da SIES, compreende-se como Políticas Públicas de Economia Solidária "aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta nas esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da Economia Solidária" (SENAES/MTE, 2012, p.122). A partir de então, a SENAES passa a atuar sobre um conjunto de linhas estratégias para a implementação da política, além de contar com orçamento e estrutura burocrática que lhe conferiram o status de unidade operacional, no âmbito do Governo Federal (SILVA, 2018).

Desse modo, como consequência de políticas públicas incentivadas pelo apoio popular, para fortalecer o acompanhamento e a deliberação participativa na gestão da política, foram

instituídos dois instrumentos: o CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária, que conta com representantes de diferentes esferas de governo e de organizações da sociedade civil; e as CONAES - Conferências Nacionais de Economia Solidária, com a função de ampliar o espectro democrático de discussão sobre prioridades da ação governamental em torno da temática (ALENCAR e SILVA, 2013; SILVA *et al.* 2018). Para Silva *et al.* (2018), ambos os instrumentos serviram, na prática, como instâncias de mediação socioestatais do processo decisório no âmbito da SENAES, compondo as instituições de deliberação participativa[21].

A partir daí, a economia solidária foi incluída nos Planos Plurianuais - PPA do Governo Federal, de 2004/2007 e de 2008/2011, contemplada com o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que trazia como um dos objetivos o "fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" (BRASIL, 2007). Segundo Silva[22], as ações estavam estruturadas para a promoção do desenvolvimento local e para o atendimento das principais demandas dos EES, por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos com formação, assessoramento e assistência técnica e a organização de processos de produção e comercialização locais (SILVA, 2016).

Em 2011, as ações públicas de economia solidária foram inseridas nas estratégias de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, que introduziu, de forma explícita, mais alguns desafios para as políticas públicas de economia solidária no Brasil: ampliar a atuação de pessoas que não estavam organizadas nas iniciativas de econômicas solidárias; e promover a inclusão produtiva dos extremamente pobres que vivem em cidades (SILVA, 2016). No mesmo ano, a política de economia solidária foi incorporada ao programa temático "Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária", do PPA do Governo Federal 2012-2015 (BRASIL, 2011). Para Silva (2016), essa opção reflete o fortalecimento da estratégia de integrar as iniciativas econômicas solidárias aos processos de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, enquanto soluções para a dinamização socioeconômica das cadeias produtivas e de arranjos econômicos setoriais.

Contudo, ainda no PPA 2012-2015, houve uma mudança brusca em sua metodologia de formulação, com a diminuição do número de programas e o fim da vinculação por unidade orçamentária (SILVA, 2018). Ainda assim, a continuidade e o aperfeiçoamento dessas políticas públicas constituíram o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, como consequência da III

[21] Para Silva *et. al.* (2018), ainda que estivessem previstas desde 2003, as atividades do CNES foram iniciadas somente em 2006, muito embora a primeira CONAES ocorresse também a partir de 2006. As demais edições de ambas foram acontecendo em 2010 e em 2014, sempre em anos finais de gestão do Executivo Federal.
[22] Atuou no Governo Federal, na gestão de políticas públicas de trabalho e economia solidária (2003 - 2016).

CONAES realizada em 2014, que, logo no ano seguinte, em sintonia com esse Plano Ecosol[23], fortaleceu a permanência da economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal de 2016-2019 – dessa vez, dentro do programa temático Promoção do Trabalho Decente e da Economia Solidária, com o objetivo de "promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo" (BRASIL, 2015, p.98). No entanto, Sandro P. Silva (2018) enfatiza que, diferentemente dos anteriores, no PPA 2016-2019 não houve descrição de dotação orçamentária para cada atividade prevista no programa temático, impactando em seu desenho operacional e capacidade de execução.

Nesse contexto, em 2016, com o processo de *impeachment*[24], os impactos foram ainda mais consideráveis, principalmente no tocante a sua organização administrativa. A SENAES foi reduzida a subsecretaria do Ministério do Trabalho e Emprego. A queda influenciou diretamente na desestruturação não apenas da Secretaria, mas também da estruturação orçamentária atribuída por Lei (SILVA, 2018). Além disso, com uma reformulação da estrutura ministerial do MTE, houve uma significativa mudança na equipe gestora e técnica. A começar pela saída do próprio secretário Paul Singer, que esteve à frente durante todo o período de existência da SENAES até então. Com ele, saíram também todos os diretores e coordenadores, além de técnicos de carreiras transversais lotados na secretaria (SILVA, 2018).

Esses resultados indicam que a temática da economia solidária, enquanto paradigma de política pública, já vivia um momento de crise posicional e operacional pós-2016, o que levou a incertezas até mesmo quanto a sua continuidade na agenda governamental. Não foi diferente para a já rebaixada a subsecretaria: com a extinção do Ministério do Trabalho em 2019, a SENAES deixou de existir; e, como departamento, foi inserida no Ministério da Cidadania, de acordo com a Medida Provisória 870/2019, publicada em 1º de janeiro do mesmo ano[25]. As competências, em relação à economia solidária, ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada à pasta de Cidadania, evidenciando o fato de não ser nesse ministério

[23]Plano Nacional de Economia Solidária, disponível no Conselho Nacional de Economia Solidária. Resolução Nº 06, de 26 de março de 2015.

[24] Processo de impedimento do mandato da então presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) pelo Congresso Nacional em 2016 marca o Brasil. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em 15 ago. 2020.

25 Ver "Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização". <<https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>>. Acesso em 30 abr. 2020.

que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país. Ainda assim, há algumas conquistas ainda vigentes. Atualmente, temos o Decreto n° 7.358/10, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário. Além desse Decreto, temos em tramitação no Congresso Nacional os seguintes Projetos de Lei:

Quadro 2 - Legislações de economia solidária em tramitação no Congresso Nacional

Lei	Especificação
PL nº 6.606/2019 (PL nº 4685/2012)	Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.
PEC nº 069/2019	Acrescenta o inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica nacional.
PL nº 3008/2020	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para incluir empreendimentos de economia solidária no rol de beneficiários dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.
PL nº 3007/2020	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incluir empreendimentos de economia solidária no rol de beneficiários dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Fonte: Elaboração própria.

Assim, é apenas na última década que o campo destas práticas tem tido importante processo de reconhecimento institucional, conforme atestam alguns fatos: a definição das finanças solidárias como uma das três áreas programáticas de intervenção da SENAES; a inclusão na realização do Fórum do Banco Central de Inclusão Financeira, que desde 2009 conta com painéis e mesas especiais para tratamento do tema das finanças solidárias; e a própria viabilização, por intermédio da SENAES, de edital público nacional de apoio às finanças solidárias (RIGO *et al.* 2015). Neste último, no contexto de execução do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, é que se decidiu realizar as chamadas públicas de apoio a projetos em finanças solidárias nos anos de 2010 e 2013.

Com intuito de conceder microcrédito, a articulação do Banco Nacional do Desenvolvimento e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foram cruciais para fomentar recursos junto às iniciativas de finanças solidárias em todo o Brasil (SENAES/MTE, 2012). Para tanto, o primeiro passo foi dado em 2010, com a chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 para seleção de projetos de "fomento às finanças solidárias com

base em bancos comunitários e fundos solidários", contemplando a implantação e manutenção, com formação, de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Fundos Rotativos Solidários por todo território nacional (Anexo I). Mas, em 2013, houve a chamada pública SENATES/MTE nº 001/2013 no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que teve como objetivo o "apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário". Todavia, como o recorte desta pesquisa é a análise comparativa de dois Bancos Comunitários de Desenvolvimento fomentados pela primeira chamada pública de 2010, será aprofundado, a seguir, o desdobramento em torno dessa primeira chamada.

2.2 Programa Economia Solidária em Desenvolvimento - PESD

A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE instituiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no PPA 2004/2007 do Governo Federal, reafirmando-o no PPA 2008/2011, o compromisso de promover o fortalecimento da economia solidária no Brasil como ferramenta de geração de trabalho e renda para milhões de brasileiros (Anexo I). Com o PESD, a SENAES buscou contribuir para a consecução do objetivo prioritário do Governo Federal da época, que foi o de "promover a geração de trabalho e renda e a inclusão social econômica de milhões de brasileiros, herdeiros e vítimas das políticas seculares de concentração de renda e desenvolvimento excludente" (PPA, 2008-2011).

Para isso, a chamada pública de projetos da SENAES/MTE nº 03/2010 teve como foco a promoção de trabalho e renda, por meio do "desenvolvimento local sustentável solidário" (Anexo I, p.03). Para alcançar esse objetivo, o PESD traz um conjunto de ações que dialogam com as principais demandas do movimento econômico solidário no país, identificadas tanto por trabalhadores(as) que fazem parte desse movimento, como pelas diversas instituições que apoiam a estruturação dessas iniciativas (Anexo I). Assim, as ações vão em consonância com as prioridades definidas na I CONAES, o qual, especificamente a questão do financiamento para o desenvolvimento da economia popular solidária, aponta para a necessidade de requerer políticas de créditos (CONAES, 2006).

Em vista disso, uma das ações priorizadas é o fomento às finanças solidárias, no sentido de promover o desenvolvimento local por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários Desenvolvimento – BCDs e Fundos Rotativos Solidários – FRS, com experiências por todo o território nacional. Para tanto, a chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 estabelece, em suas diretrizes metodológicas, o que se compreende como FRS e BCDs

para os projetos comunitários que desejam concorrer à chamada. Nesse sentido, classifica os Bancos Comunitários de Desenvolvimento segundo a "metodologia de uso das comunidades para a gestão de serviços financeiros solidários, de natureza associativa e comunitária, voltado para a geração de trabalho e renda, a partir dos princípios da economia solidária" (p.10-14), tendo as seguintes características:

> a) é a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se gestora e proprietária do mesmo;
> b) atua sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
> c) suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
> d) apoia os empreendimentos da comunidade em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
> e) atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social;
> f) estão voltados para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas assistenciais e de políticas de distribuição de rendas;
> g) promovem o desenvolvimento local, o empoderamento, a organização comunitária, articulando simultaneamente produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local, e;
> h) oferecem serviço financeiro comunitário e desenvolver suas atividades de apoio à organização comunitária com base nos princípios da Economia Solidária (Anexo I, p. 10-11).

Esclarecidos quais eram as condicionantes para as organizações a ser implantadas ou mantidas, a chamada pública de projetos SENAES/MTE nº03/2010 estabeleceu critérios para priorizar quais as comunidades seriam escolhidas. No caso dos BCDs, foram priorizadas as áreas denominadas Territórios da Paz, definidas segundo o mapeamento nacional do Ministério da Justiça[26]. Para os FRS, foram priorizados os territórios da cidadania, conforme a política territorial definida pelo Governo Federal da época[27]. Dessa maneira, definiram-se as prevalências para os segmentos populacionais que deveriam ser priorizados como beneficiários dessas ações, sendo verificado, no tópico a seguir, se foram atendidas na região Nordeste.

2.2.1 Análise do relatório de fomento às iniciativas de BCDs no Nordeste

Essa primeira Chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 foi executada na região Nordeste, conforme descrito no Anexo II – relatório de convênios, termos de parceria e acordos

[26]A definição de Territórios da Paz está disponível em <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/noticias/283782/governo-federal-inicia-lancamento-dos-territorios-de-paz-do-pronasci>>. Acesso em 19 fev. 2020.

[27]O Programa Território da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, de garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Ver Embrapa: Territórios da Cidadania - Brasil 2008. << https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>>. Acesso em 14 abr. 2021.

de cooperação, intitulado “Projeto Básico Rede Nordeste de bancos comunitários de desenvolvimento”, no qual se instituiu as metas, ações e resultados. A entidade proponente do projeto foi a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão e a executora, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA, ambas de Salvador/BA.

Com previsão de 18 meses para execução, o objetivo dessa primeira ação pública foi apoiar o processo de consolidação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento enquanto práticas de finanças solidárias voltadas à geração de trabalho, renda e promoção do desenvolvimento das comunidades empobrecidas, com foco em apoiar 26 (vinte e seis) BCDs já existentes na região e a constituição de 06 (seis) novas iniciativas. Para isso, o relatório enfatizou quatro eixos de ações articuladas: a) o primeiro, com atividades de assessoria técnica especializada, com investimento em infraestrutura e em pessoal, visando reforçar o funcionamento das experiências; b) o segundo eixo, com atividades de formação, enfatizando-se finanças solidárias e gestão de BCDs para todos os participantes; c) o terceiro eixo, com ações de articulação dos BCDs, enquanto rede de diferentes níveis (local, regional e nacional); e d) o quarto eixo, voltado para produção de conhecimento por meio de um diagnóstico sobre a realidade dos BCDs nordestinos e seus respectivos impactos nos diferentes contextos em que atuam.

O público-alvo dessa primeira chamada pública para as finanças solidárias são as pessoas envolvidas na gestão dos BCDs e os produtores, prestadores de serviços e comerciantes de mercadoria das respectivas comunidades (Anexo II). Os resultados dos dados relativos ao número de beneficiários diretos somam 1.386 (mil trezentos e oitenta e seis) pessoas e indiretos, 5.544 (cinco mil quinhentos e quarenta e quatro) famílias atingidas pelo alcance dos Bancos Comunitário de Desenvolvimento em 07 (sete) estados do nordeste brasileiro, sendo eles Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoa, Sergipe e Bahia. Nesse sentido, o relatório definiu como beneficiários diretos os tomadores de crédito e pessoas que participam da gestão dos BCDs, como Agentes de Crédito, membros do Conselho gestor e membros do Comitê de Avaliação de Crédito, além dos beneficiários indiretos, as famílias dos tomadores de crédito e gestores remunerados dos BCDs (Anexo II).

Como previsto, realizou-se assessoria e acompanhamento de 26 (vintes e seis) Bancos Comunitários de Desenvolvimento já existentes, concentradas nas seguintes experiências: Quilombola de Alcântara/MA; Cocais/PI; Fonte de Água Fresca/BA, Matarandiba/BA; Cairu/BA; Guine/BA; Santa Luzia/BA; Ilhamar/BA; Rio Sol/CE; São Cristovão/CE;

Parambu/CE; Dendê Sol/CE; Paju/CE; Juazeiro/CE; Bancart/CE; Quinamuiú/CE; Frei Diogo/CE; Ocara/CE; Sertanejo/CE; Padre Quiliano/CE; Palmas/CE; Quixadá/CE; Potira/CE; Cascavel/CE; Acaraú/CE, e; Beira Rio/PB. Dessas experiências, 40 (quarenta) agentes de crédito das comunidades foram formados e contratados, em regime de CLT, para manter as operações dos BCDs (Anexo II).Quanto à constituição das novas experiências na região, os 06 (seis) novos BCDs previstos foram fundados. Assim, cada um passou por um conjunto de atividades comuns no processo para formação de BCDs. No entanto, em alguns casos, houve particularidades que se alinhavam com o contexto de cada comunidade em que o Banco seria implantado.

O primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento constituído segundo essa metodologia foi o Banco Rede Opala, inaugurado em junho de 2012, no município de Pedro II, em parceria com o Banco dos Cocais e a Kolping,[28] no Piauí. Para a operação, o Banco Rede Opala conseguiu apoio do poder público local, com relação ao espaço físico de funcionamento, estando em excelente localização, tendo já iniciado como correspondente bancário. Segundo consta no Anexo II, essa facilidade ocorreu porque, no estado do Piauí, havia o banco comunitário de Cocais, que já operava como correspondente bancário. Com isso, além do Banco Rede Opala ser classificado pelo relatório como plenamente sustentável, ele colaborou para a criação de outros dois BCDs no Piauí.

O segundo BCD implantado foi o Banco Solidário de Gostoso, inaugurado em dezembro de 2012 na comunidade rural de Tabua, do município de São Miguel do Gostoso/RN, em parceria com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo e o Fórum de desenvolvimento local do município. Diferente do anterior, essa é a primeira experiência no estado do Rio Grande do Norte, mesmo assim, o BSG conseguiu duplicar o seu fundo de crédito a partir da sua mobilização comunitária. Porém, não logrou trabalhar como correspondente bancário desde sua fundação, pois, nos critérios da Caixa Econômica Federal, o espaço não era adequado para trabalhar com esse serviço[29]. Fizeram, ainda nessa implantação, um plano de ação que visava a expansão das operações do banco, visando atender a uma área geográfica maior. A expansão ocorreu; porém, houve uma desmobilização interna do BSG, que se encontrava com dificuldades de reunir o seu conselho gestor e de ter atuação voluntária de seus agentes de crédito. Por conta desses empecilhos, o seu funcionamento pleno ficou

[28] A Obra Kolping Estadual do Piauí é um organização não-governamental que promove a inclusão social por meio de projetos e programas sociais, em parceria com instituições públicas e ONGs. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/ObraKolpingPI/about/?ref=page_internal>>. Acesso: 01 mai. 2020.

[29] O relatório indica, como correspondente bancário para operação dos BCDs, a Caixa Econômica Federal, mas o serviço não é restrito a esse banco, podendo ser outra instituição financeira (Anexo II).

comprometido. Todavia, o Banco Solidário de Gostoso colaborou para a criação de um segundo Banco Comunitário de Desenvolvimento no RN.

O terceiro BCD implementado foi o Banco Comunitário Timbaúbas, fundado em 2011, mas reinaugurado em abril de 2013 na comunidade de Timbaúbas, do município de Juazeiro do Norte/CE. Essa reinauguração foi consequência do novo processo de formação e capacitação sobre a economia solidária, finanças solidárias e gestão do banco. Além disso, a sede do Banco Timbaúbas foi reformada e novos equipamentos instalados, garantindo infraestrutura adequada para a realização de suas atividades no atendimento à comunidade. Nessa ocasião, também foi deliberado constituir um Centro de Desenvolvimento Comunitário num bairro do município, que seria a entidade responsável legalmente pelo BCD. Essas atividades foram executadas em parceria com a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários - ITEPS/UFC e com a Associação de Microempreendedores do Bairro Timbaúbas.

Ainda no mesmo mês, inaugurou-se o quarto BCD. O Banco Comunitário Jardim Botânico, na comunidade de São Rafael da capital João Pessoa/PB, foi a terceira iniciativa de banco comunitário do município, resultado da parceria entre incubadoras, a executora ITES/UFBA com apoio da INCUBES/UFPB e o Centro Popular de Comunicação e Cultura da comunidade de São Rafael. Destaca-se, no Anexo II, que BCJB atua em área periférica da cidade de João Pessoa, no intuito de promover a articulação de jovens e outros empreendimentos econômicos solidários, como arte e cultura. Em sua inauguração, foi lançado a sua moeda social “Orquídea”, durante a qual os estabelecimentos comerciais em torno da comunidade assinaram um contrato com o BCD, passando a utilizar a moeda em seus estabelecimentos.

O quinto BCD implantado foi o Banco Solidário Quilombola do Iguape – BSQI, em novembro de 2013, localizado na comunidade quilombola de Santiago do Iguape, no município de Cachoeira/BA. Esse BCD foi elaborado em parceria com o conselho quilombola da região, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o projeto de Maricultura Solidária da UFBA. A comunidade possui serviços de turismo comunitário, grupos produtivos, estando o BSQI integrado na rede local de economia solidária, que faz parte da Rede Baiana de Bancos Comunitários, com 10 BCDs já existentes no estado. Contudo, o BSQI não conseguiu ser o correspondente bancário pela Caixa Econômica Federal considerar a comunidade insegura. Ainda sim, o Banco Solidário Quilombola do Iguape foi classificada na implantação como em pleno funcionamento, contando com atuação voluntária da agente de crédito.

O sexto BCD instaurado foi o Banco da Reserva Extrativista de Canavieira, em dezembro de 2013, localizado na comunidade da Reserva Extrativista de Canavieiras, entre os municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, no sul da Bahia. Esse BCD foi fundado em parceria com o Conselho da Reserva e a Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras, que tem o desafio de atender pessoas de toda a reserva de Canavieiras, que envolve os três municípios. Para isso, além da rede de associações que compõem o conselho gestor do Banco, conta com a Rede Baiana de Bancos Comunitários, em que o BCD é membro ativo e opera com agentes de crédito trabalhando de forma voluntária. Porém, não conseguiu ser o correspondente bancário da comunidade devido a problemas com a agência local da Caixa Econômica Federal, não esclarecidos no Anexo II.

Segundo discriminado no Anexo II, os critérios dos territórios considerados prioridades para implantação e suporte dessas experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, conforme priorizado no Anexo I, foram atendidos, contemplando comunidades ribeirinhas e povos tradicionais, localizados em territórios de baixo IDH em áreas urbanas e rurais. No entanto, 04 (quatro) dos novos BCDs constituídos só foram inaugurados após o prazo programado no Anexo II de 18 meses, que seria até o final de 2012. De acordo com o relatório, esse atraso deveu-se a dois fatores: o contexto de cada comunidade, que conta com a mobilização de acordo com a realidade local que demanda estratégias diferentes de ação; e a relação burocrática com a Caixa Econômica Federal, que dificultou e inviabilizou a implantação dos respectivos correspondentes bancários no tempo devido em algumas comunidades, que tinham como objetivo prioritário comum a inauguração, sendo o primeiro correspondente da localidade (Anexo II).

Além disso, houveram outras dificuldades descritas no relatório final como relevantes, como o acesso a equipamentos e fundos de crédito para operacionalizar as iniciativas pioneiras e garantir a sustentabilidade econômica a curto prazo. Nesse sentido, conclui-se no relatório que a ausência de apoio do poder público municipal a algumas dessas iniciativas se mostrou como ponto crucial para fragilizar a consolidação de alguns dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento constituídos onde, muitas vezes, o ineditismo dessas experiências gera desconfiança do poder público local pelo desconhecimento em torno de que caminho o desenvolvimento dessas organizações podem levar para a comunidade, bairro ou município (Anexo II). Assim, é o próprio debate a respeito das perspectivas de desenvolvimento que entra em questão, o qual é considerado fundamental para ruptura, ou continuidade, dessas atividades de BCDs junto ao seu público e ao seu território conforme aprofundar-se-á no capítulo seguinte.

3. DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Neste terceiro capítulo, apresenta-se um arsenal das perspectivas de desenvolvimento em geral para entender a construção conceitual e seus desdobramentos que envolvem sua dimensão para o campo local, sustentável e solidário, descritos como objetivo comum na concretização das experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento analisados. No primeiro tópico, parte das noções de desenvolvimento construídas internacionalmente, identificando elementos basilares utilizados na análise de seus paradigmas conceituais modernos para visualizar qual direção cada perspectiva pode assumir nos respectivos contextos de BCDs. A seguir, o texto discorre sobre o protagonismo local para o desenvolvimento sustentável no rural e no urbano. E no terceiro tópico, concretiza o desenvolvimento local sustentável e solidário, elencando-se os tópicos anteriores a dimensão econômica solidária.

3.1 Concepções de desenvolvimento

Originalmente, o conceito de desenvolvimento refere-se a "um processo de revelação, de esclarecimento, de descoberta" (CAIDEN e CARAVANTES, 1982, p.04). Ele surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para alcance de suas potencialidades genéticas; com Darwin, passa a ser utilizada com a concepção de transformação, vista como um movimento em direção mais apropriada para evolução, cuja transferência conceitual da biologia para a sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVIII, tomando estrutura com o darwinismo social[30]. Com ela, verificou-se que o progresso, a expansão e o crescimento não eram naturais, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades progressistas ocidentais (SANTOS *et al.* 2012). Sob essa perspectiva, as sociedades progressistas mereciam os benefícios de que gozavam a modernização; as atrasadas, ou tradicionais, deveriam inspirar piedade, por manter seus povos na Idade Média (CAIDEN e CARAVANTES, 1982).

Assim, a meta adequada do desenvolvimento era uma sociedade industrial urbana; o moderno era medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que determinada sociedade houvesse atingido, baseados mais na capitalização do que na agricultura de subsistência (CAIDEN e CARAVANTES, 1982). Em vista disso, diversos autores tentaram desconstruir esse termo "desenvolvimento", considerando que tal expressão implicaria práticas

[30] Corrente teórica em que a sociedade é comparada a um ser vivo e dinâmico, que busca sua própria evolução e, consequentemente, seu desenvolvimento. De acordo com esse pensamento, existiriam características biológicas e sociais que determinariam que uma pessoa é superior à outra. As pessoas que se enquadrassem nesses critérios seriam as mais aptas (SANTOS *et al.* 2012).

associadas à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômico-financeira e à uniformização planetária (PETITINGA, 2015). Entretanto, "não conseguiram substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes" (MILANI, 2005, p. 10).

Baseado na leitura do desenvolvimento como um conceito multidimensional, em que as perspectivas assumidas constituem dimensões que se interseccionam, historicamente nota-se três visões paradigmáticas: i) desenvolvimento como crescimento econômico; ii) desenvolvimento como elemento da sustentabilidade socioambiental; e iii) desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas (SANTOS *et al.* 2012).

Como crescimento econômico, o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica, baseado em trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867), que apresentam as primeiras reflexões em torno do conceito de desenvolvimento como fundamental para consolidação do sistema capitalista (SANTOS *et al.* 2012). No entanto, é em 1940 que esse conceito é reconhecido como objeto de pesquisa científica, com o surgimento da "Economia do Desenvolvimento". De um lado, a proposta de um desenvolvimento pautado nos princípios do liberalismo moderno, centrado na individualidade, na propriedade privada, na social democracia e no Estado-Provedor. Por outro lado, a proposta de um desenvolvimento pautado no pensamento marxista, com base na coletivização, na propriedade estatal, na justiça social e no Estado Centralizado. Porém, ambas as perspectivas sustentam-se na ideia de uma sociedade industrializada e urbanizada (SANTOS *et al.* 2012).

O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado de Bem-estar Social, quando o Estado assume a responsabilidade urgente de garantir o bem-estar de todos os seus cidadãos por meio de garantia de serviços básicos, como saúde, educação, previdência, habitação, entre outros. Assim, ganha relevância a dimensão social de desenvolvimento, exigindo medidas alternativas, ou complementares, ao indicador PIB - Produto Interno Bruto *per capita*, definindo parâmetros internacionais para avaliação dos padrões de vida (CAIDEN e CARAVANTES, 1982). Até então, o desenvolvimento teria como objetivo central a homogeneização social. Nas palavras de um dos maiores teóricos sobre o tema, o economista paraibano Celso Furtado,

> As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social (FURTADO, 1992, p.39).

Ou seja, o desenvolvimento era entendido como um objetivo uniforme, na tentativa de garantia de semelhança social. O professor congolês Kabengele Munanga (2017), ao sintetizar a relação de crescimento econômico e cultura, indica que essa busca por homogeneidade é a justificativa de maneira mais hábil para o extermínio cultural e, por isso, destaca que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que respeita a demanda e as prioridades de um povo. Ou seja, o fato de ter havido crescimento econômico nos países do "Primeiro Mundo" não significou que houve distribuição dos seus frutos. Na prática, o que se verificou foram sucessivas crises do sistema capitalista no século XX, caracterizadas tanto pela superprodução, sem a presença de uma política de redistribuição da riqueza em 1929, como pela combinação da baixa taxa de crescimento e altas taxas de inflação na década de 1970 (SANTOS *et al.* 2012).

Com recorrentes crises econômicas, intensificaram-se as críticas ao modelo de desenvolvimento por via exclusiva do crescimento econômico. Agora, o desenvolvimento não podia ser visto somente como um sistema dissociado do mundo e da natureza, pois não existem atividades produtivas sem elementos naturais (SACHS, 2008). Com isso, acende-se o debate em torno do desenvolvimento como elemento da sustentabilidade socioambiental, no qual foi preciso deslocar a ênfase no crescimento econômico contínuo para o compromisso deste com a natureza. Dessa corrente crítica, destacam-se a sugestão de duas propostas de modelo de desenvolvimento: o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro foi definido pelos movimentos preservacionistas da natureza, que defendiam a tese do "crescimento zero", com congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações, liderados pelo Clube de Roma (SANTOS *et al.* 2012). Para Sachs (2008), o Ecodesenvolvimento é uma abordagem fundamentada na harmonização de objetos sociais, ambientais e econômicos que depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto "socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo" (SACHS, 2008, p. 10).

O segundo tem origem nas ações da Organização das Nações Unidas - ONU, quando foi criada, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Dela surgem alguns relatórios sinalizando a possibilidade de um crescimento econômico com preservação da natureza (SANTOS *et al.* 2012). Em 1987, o relatório intitulado "Nosso Futuro Comum" torna-se o referencial desse modelo. A partir dele, o Desenvolvimento Sustentável reacende em 2015, quando os países comprometeram-se a tomar medidas transformadoras para

promover a Agenda 2030[31]. Para Veiga (2008, p.182) “mesmo que ainda esteja longe o surgimento de uma medida mais consensual de sustentabilidade ambiental, é imprescindível entender que os índice e indicadores existentes já exercem papel fundamental” para um modelo desenvolvimento com controle social.

Assim, entra em campo o desenvolvimento para satisfação das necessidades básicas, também chamado de desenvolvimento social e desenvolvimento humano, para avaliação dos padrões de vida. As bases para o desenvolvimento social foram definidas segundo José Luís Castro (2000), visando à erradicação da pobreza, em parte por via da promoção do emprego com a universalização do trabalho, em parte por uma progressiva integração social, adotando a noção de desenvolvimento sustentável, ao promover a interação das dimensões econômicas, sociais e ambientais. Já o conceito de desenvolvimento humano foi liderado pelo indiano e economista Amartya Kumar Sen, reconhecido por ter sido o primeiro acadêmico – até o momento, o único – de um dos países não-desenvolvidos a ganhar o Prêmio Nobel de Economia (1998). Em sua obra “Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação” (1999), o cientista argumenta que a fome não é causada pela simples falta de alimento, mas pela dificuldade de acesso a ele. Logo, defende que, mesmo havendo alimentos disponíveis, uma crise econômica pode desencadear fome em massa, como está ocorrendo agora no contexto da pandemia.

A partir dessa obra, o autor levantou outras variáveis, além das concepções econômicas para avaliação do desenvolvimento, que influenciaram a composição do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Com o IDH calculado anualmente, o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento passa a fazer o acompanhamento do desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, levando em consideração três dimensões: saúde, educação e renda (SANTOS *et al*. 2012). O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer contraponto ao outro indicador até então utilizado, que considerava apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, o PIB.

Após sua implementação, o IDH foi destacado como ferramenta útil para a elaboração de políticas públicas, mas, por se tratar de medida baseada na média, desconsiderando fatores distributivos do desenvolvimento, principalmente no tocante a questões como desigualdade e de privação, não foi suficiente para compreender, com profundidade, as causas sociais levantadas (BORGES, 2007). Desse modo, Sen (2000) evidencia que há outras variáveis que devem ser consideradas fundamentais para conceber o desenvolvimento. Para isso, trouxe

[31]A Agenda 2030 indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>> Acesso em: 31 mar. 2020.

outros fatores relevantes para emancipação social, compreendendo o “Desenvolvimento como liberdade” (2000) – título de sua obra mais notável para o novo século XXI. Nela, ao analisar o Estado de Bem-estar Social, o autor argumenta que a expansão das liberdades deve ser vista como principal fim e principal meio, para o desenvolvimento humano.

Sen (2000) enfatiza que é necessário entender o desenvolvimento a partir da expansão das liberdades das pessoas, pois, para ele, ao lado do avanço, há um mundo de “privação, destituição e opressão extraordinárias” (p.09). Nesse sentido, argumenta que a persistência da pobreza e da miséria, a existência ascendente de fome crônica, a manutenção das desigualdades entre classes, discriminações entre homens, mulheres e raças – e muitas outras contradições – são agendas presentes tantos em países desenvolvidos, quanto em subdesenvolvidos. Com isso, a questão de desenvolvimento defendida por Sen (2000) envolve a superação desses problemas em nível local, a partir da condição de agente:

> Estou usando o termo agente [...] em sua concepção mais antiga - e ‘mais grandiosa’ - de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de as avaliarmos ou não segundo critério externos [...] indivíduo como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas) (SEN, 2000, p.33).

Em outras palavras, a partir desse conceito de agente, Sen (2000) reconhece que, acessando as oportunidades adequadas, os indivíduos podem assumir o papel de protagonistas de seus próprios destinos, ao contrário de o manterem beneficiários passivos à espera de programas de desenvolvimento. O autor defende que o Estado deve oferecer condições suficientes para que as pessoas, agora agentes, possam exercer o desenvolvimento avaliado por meio de duas liberdades fundamentais: Liberdades Substantivas e Liberdades Instrumentais.

As liberdades substantivas são aquelas garantidas pelos bens primários para expansão das capacidades dos agentes, exigidas para que possam ter “uma vida que tenha razão de valorizar” (2000, p.94), possibilitando o básico para autonomia de suas escolhas sociais. As liberdades instrumentais avaliam o desenvolvimento na garantia à condição de agente pelas liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Nesse sentido, a dimensão levantada por Sen (2000) sugere, no campo do desenvolvimento, a elaboração de novos paradigmas, em que as experiências inovadoras inspiram diferentes iniciativas e criam outras formas de organização social, revertendo o cenário global a nível local, colocando a economia a serviço da sociedade.

Nos anos 2000, ao passo que os temas sociais ganham maior visibilidade e integram o segmento da economia, o desenvolvimento é igualmente criticado em seus fundamentos (PETITINGA, 2015). A construção alternativa de desenvolvimento na literatura das últimas décadas aponta que a solidariedade, a inclusão social, a equidade, o respeito aos direitos humanos, preservação ecológica e justiça social são movimentos que recentemente adquiriram a escala global. Esse sentido ideal de desenvolvimento resgata uma área que, ainda na década de 1980, parecia "cheia de esperança, apontada no sentido da autoconfiança e do autodesenvolvimento" (CAIDEN e CARAVANTES, 1982, p.15), superando a ocidentalização e a modernização, com um sentido mais endógeno, voltado para o desenvolvimento local. Esse movimento é apontado pelos autores(as) como tendo o sentido "de baixo para cima", da sociedade para a esfera pública, do local para o nacional e para o global, que está em acordo com os preceitos da economia popular solidária.

3.2 O protagonismo local no rural e urbano para o desenvolvimento sustentável

Independentemente de qual perspectiva de desenvolvimento que se pretende debruçar, ela deve ser permeada levando-se em conta as dimensões locais para se concretizar. O português Henriques (1994), traçando um panorama cronológico da discussão conceitual local para o desenvolvimento no mundo, resgata que essa admissão local inspira-se na base comunitária de desenvolvimento que emerge em 1950 e se aplica nas décadas seguintes em todo o mundo a partir de um conjunto de experiências territoriais que procuravam na ação coletiva da comunidade soluções para resolução dos problemas individuais, admitindo o seu processo endógeno. A partir disso, nota-se que o alicerce do desenvolvimento local se baseia no entendimento em torno dos aspectos do campo comunitário e endógeno de desenvolvimento.

Na busca por uma metodologia de planejamento para desenvolvimento local na América Latina, Buarque (1999) foi pioneiro, ao atentar que o desenvolvimento comunitário é reflexo das expressões em associações e outras organizações comunitárias que tendem a ter interesses reivindicativos em torno de infraestrutura social, que apresenta fatores condicionantes de determinada localidade ao desenvolvimento comunitário. Nessa linha de pensamento, o professor Paul Singer realça que o desenvolvimento comunitário aplica-se a vizinhanças, bairros rurais e cidades onde predominam a vulnerabilidade social que produz, em geral, agentes de desenvolvimento[32]. Do mesmo modo, o desenvolvimento endógeno tem sua base

[32] Esses agentes são entendidos por Singer como pessoas e/ou organizações que têm consciência de que a comunidade, devidamente mobilizada e sensibilizada, é capaz de criar novas atividades econômicas e sociais,

conceitual ligada a um processo de crescimento econômico local, que implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, cujos excedentes desse processo geram como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda para dinamização da economia local (AMARAL FILHO, 2001, p.262). Mas não se limita a isso, a busca pela mobilização de forças endógenas nas comunidades locais criou uma nova relação da sociedade com a política, trabalhando o tema do desenvolvimento endógeno para a perspectiva local, no sentido de acolher maior organização para influência ativa dos seus cidadãos (BAVA, 2004).

Após esse entendimento, as teorias que envolvem o estudo do desenvolvimento em nível local sofreram algumas modificações, devido ao declínio econômico de muitos países das grandes regiões que, até então consideradas referências industriais, com o surgimento de novos paradigmas da teoria macroeconômica passaram a adotar o desenvolvimento a partir da visão do crescimento endógeno em diferentes perspectivas (AMARAL FILHO, 2001). Para Campos (2003), todas essas concepções marcaram o caminho para a construção do conceito e das práticas de desenvolvimento local. No Brasil, essa mudança no paradigma de desenvolvimento, sobretudo para o recorte local, ocorre impulsionado pelo momento político da época[33].

Com isso, surgem os primeiros indícios da descentralização, baseada na predominância das ações públicas dos governos subnacionais sobre a visão local (BUARQUE, 1999). A partir dos anos 1990, o conhecimento em torno do desenvolvimento, em suas práticas para âmbito local, passa por profunda transformação. O universalismo do desenvolvimento é seriamente questionado quanto à imposição de suas realidades tão diversas, fracassando os esforços teóricos para legitimar o desenvolvimento econômico frente às dimensões sociais e culturais (MILANI, 2005). Gouveia (2009, p.68) reconhece que essas perspectivas levantadas confundem a noção local com a "identidade territorial", fato percebido pelo autor como um elemento ativo desse conceito de desenvolvimento. Porém, ele defende que o desenvolvimento local deve abrir-se cada vez mais a uma abordagem centrada nas pessoas, na perspectiva da resolução das necessidades humanas, selecionando as melhores estratégias de intervenção. Nesse sentido, aponta que é preciso políticas externas para combinar crescimento com justiça social, não podendo deixar de levar em conta a produção e o seu crescimento, mas tê-los como

introduzindo melhorias nas atividades já praticadas na comunidade. Disponível em <<http://paulsinger.com.br/desenvolvimento-comunitario/>>. Acesso: 18 ago. 2020.

33 A Constituição Federal de 1988 definiu, como marco regulatório para o processo de redemocratização do país, tratar a distribuição de responsabilidades entre as esferas de governo, que passa a dar mais poder aos governos subnacionais, o que potencializaria essa proposta local para o desenvolvimento, mas essa descentralização não acontece na prática na política brasileira (ARRETCHE, 1999).

instrumentos que transcendem os fins econômicos, visando à qualidade de vida (GOUVEIA, 2009).

Para Bava (2004), o que se busca no século XXI, no campo da defesa da cidadania, da democracia e do desenvolvimento, são novas relações entre Estado e sociedade civil. Essa concepção de desenvolvimento local é crucial, ao resgatar o protagonismo dos agentes coletivos comprometidos com a inclusão social, exercendo, no Estado, o papel regulador. Bava (2004) reforça que esse desenvolvimento pauta-se nos princípios da solidariedade e cooperação, resgatando exemplo que retrata a relevância da participação das comunidades envolvidas nas iniciativas de desenvolvimento local: o projeto da Asa - Articulação do Semiárido Brasileiro, no qual mais de setecentas entidades da sociedade civil contribuíram com um fundo comunitário para construção de diversas cisternas, atendendo o interesse local (BAVA, 2004, p.114). Ainda assim, o desenvolvimento local é muitas vezes visto apenas como espaço de atuação territorial das autarquias locais (GOUVEIA, 2009).

Contudo, Ruivo (1990) ressalva que não se pode resumir tal concepção de desenvolvimento a esse âmbito. Para ele, o local inserido nessa categoria se refere a *locus*, que é o lugar em que existe a natureza de um problema a partir de uma necessidade sentida pela comunidade local. O desenvolvimento local deve ser visto como um "processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida, animado pela procura da solidariedade e justiça social, alimentado pela participação coletiva enquanto força de expressão comunitária e individual" (RUIVO, 2000, p.54). Para tanto, é o debate em torno da sustentabilidade local que entra em foco, enquanto campo de disputa de narrativas sobre o sentido que esse desenvolvimento pode ter nos espaços rurais e urbanos.

3.2.1. Admitindo a sustentabilidade no desenvolvimento local rural e urbano

É também em meados da década de 1990 que esse campo conceitual de desenvolvimento sustentável assume a discussão local no Brasil, aliada ao DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (CAMPOS, 2003). A pesquisadora Márcia Campos (2003) verificou que os fatores responsáveis por essa mudança de paradigmas são múltiplos e estão situados tanto no contexto brasileiro como internacionalmente, abrangendo variáveis econômicas, políticas, sociais e ambientais. No Brasil, o DLIS surge como estratégia de indução ao desenvolvimento potencializada pela participação coletiva, promovendo parcerias entre iniciativas privadas e os programas públicos, a fim de garantir conhecimentos e

competências para o capital social da comunidade envolvida (CAMPOS, 2003). Para ela, quanto maior o capital humano envolvido, melhores são as condições de desenvolvimento.

A partir dessa perspectiva, o DLIS foi concebido como "uma estratégia governamental capaz de proporcionar a associação necessária entre crescimento econômico e desenvolvimento", respaldado nas concepções e princípios endógenos, humano, local e sustentável (LIMA, 2006, p.86). Buarque (1999, p.29) resgata que a sustentabilidade dentro do contexto local é um postulado que procura assegurar a permanência das ações realizadas, a médio e a longo prazo, levando em conta tanto a continuidade econômica, pela garantia de acesso à renda para qualidade de vida, quanto a preservação ambiental (BUARQUE, 1999).

Assim, o desenvolvimento local sustentável é colocado como processo de mudança social e como fator de elevação das oportunidades da sociedade local, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social e partindo de um compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações (BUARQUE e BEZERRA, 1994). Para tanto, o conceito contém três grandes conjuntos interligados e com características diferentes em seu processo de desenvolvimento:

> a) a elevação da qualidade de vida e a eqüidade social constituem **objetivos centrais** desse modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos;
> b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem **pré-requisitos** fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com eqüidade – de forma sustentável e continuada – representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável; e
> c) a conservação ambiental é uma **condicionante** decisiva da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e eqüidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço. (BUARQUE, 1999, p. 32 - Grifos do autor).

A partir dessas características, pode-se concluir que o desenvolvimento local sustentável é compreendido como processo que leva a contínuo aumento da qualidade de vida, com base numa eficiência econômica com equidade, decidida por meio de condições que sejam sustentáveis a longo prazo. Desse modo, Buarque (1999) assegura que a compatibilização entre esses objetivos sociais, econômicos e ambientais torna-se possibilidade concreta, com os avanços científicos e tecnológicos inerentes a sociedades atuais. Na visão do autor, a combinação desses fatores permite uma redefinição das interações entre as dinâmicas da economia, da estrutura social e dos ecossistemas, reestruturando, onde o próprio modelo de desenvolvimento geral é percebido de maneiras distintas conforme as singularidades de cada localidade.

As práticas locais de resistência que buscam reverter esse quadro, ao colocar a economia a serviço da sociedade, constroem alternativas de desenvolvimento distintas aliada a organização social, respeito aos direitos humanos, preservação ecológica e justiça social de cada localidade, revelando que esses tentáculos fundamentais dessa concepção local e sustentável de desenvolvimento emergem de maneiras particulares quando interpretada em espaço urbano e rural (BAVA, 2004; CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Apesar de tradicionalmente estabelecidas como modos de qualificar as sociedades e o espaço, as categorias rural e urbano estão sujeitas às transformações que vem sendo operadas no decorrer do tempo.

Com efeito, a realidade histórica sobre tais categorias demonstra uma grande diversidade de estruturas e organizações (IBGE, 2017). Para além de uma definição simples do que seja determinado local rural ou urbano, é interessante perceber o que os caracterizam, além de tudo, por tipos diferentes de práticas socioeconômicas, a fim de garantir a sustentabilidade da moradia nesses espaços. Assim, percebendo essas diferenças, é possível definir melhor que local de desenvolvimento sustentável está-se tratando. Com base nessas prerrogativas, apresentar-se-ão brevemente, a seguir, as noções do que sejam essas características históricas e presentes predominantemente nesses espaços, para ser possível aprofundar a compreensão a respeito dos respectivos processos de desenvolvimento.

3.2.1.1 O urbano para o desenvolvimento local sustentável

Para pensar o processo de desenvolvimento local no espaço urbano, é necessário refletir sobre o que é o direito à cidade. Segundo a literatura da área, o conceito de “direito à cidade” (no original, *Le droit à la ville*) nasce com o sociólogo e filósofo marxista Henri Lefebvre em 1968 em Paris, onde o autor reflete sobre a problemática urbana a partir da consolidação do modo de produção capitalista e da industrialização, característica da sociedade moderna e motor de suas transformações (OLIVEIRA e BORGES, 2018). Para Lefebvre (2001, p.11), as consequências da urbanização em muito superavam os impactos da industrialização, na qual as cidades passaram a ser produzidas enquanto mercadorias, tendo o seu acesso regulado de acordo com o capital. Para ele, ainda que a industrialização forneça um ponto de partida sobre a época atual, “a cidade preexiste à industrialização” quando, nesses centros urbanos, a acumulação de riqueza monetária provém, em sua maioria, de outros territórios, obtidos pela usura e pelo comércio (LEFEBVRE, 2001).

Com isso, uma vez determinado o centro, as outras localizações tornam-se periféricas, pois a ideologia dominante dissemina a ideia de que o local que a burguesia ocupa deve ser

sempre o centro da cidade (VILLAÇA, 2001). A partir da análise de cinco áreas metropolitanas no Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Recife –, o arquiteto Flávio Villaça (2001) tenta mostrar o padrão de produção do espaço intra-urbano no Brasil. A tese defendida por ele é a de que a estruturação do local no espaço urbano se dá pela segregação das camadas de alta renda em uma determinada área de concentração, chamada *setores de círculo.* Nesses setores, as elites brasileiras definiram suas localizações, de modo a estabelecer a dominação do espaço urbano, tendo como vantagem principal a acessibilidade ao definir ideologicamente que o centro da cidade é o local onde essa classe se situa. Isso traz para a classe dominante toda uma rede de infraestrutura, possibilidade de transportes, deslocamento e comunicação (VILLAÇA, 2001).

Dessa maneira, o proletariado é condicionado a morar em zona periférica – longe do centro, enfrentando longas horas de transporte público, trabalhando e voltando a enfrentar as mesmas longas horas no trajeto de retorno ao lar, sendo vítima de um espaço regulado com demarcação de vida, com pouco – ou nenhum – espaço para o encontro e para o lazer (VILLAÇA, 2001). Segundo Oliveira e Borges (2018), estabelecendo uma relação do desenvolvimento humano com o espaço urbano, a cidade é uma projeção da sociedade sobre determinado local. Logo, "o espaço urbano é resultado das ações dos sujeitos sobre o próprio espaço, surgindo como a forma com que eles se relacionam no e com o espaço" (p.741).

Com a Proclamação da República em 1889, a preocupação nacional passou ser a busca por alternativas de transformação do país, tentando-se romper com o passado monárquico e escravocrata, para colocá-lo "à altura do século XX". Assim, o pensamento hegemônico era positivista, a partir de um modelo de desenvolvimento que propunha colocar o Brasil na "roda do progresso e da civilização, à luz das sociedades norte-americana e europeia" (LIMA e D'ASCENZI, 2018, p. 85). Longe disso, no entanto, a economia nacional estava voltada quase exclusivamente para fora do país. Baseada na monocultura exportadora, as cidades brasileiras da Primeira República se mantinham extremamente miseráveis. Não por acaso, as elites governamentais entendiam o espaço urbano e seus habitantes como fonte de desordem social e política, além da improdutividade econômica (RIBEIRO, 2001).

Desse modo, o processo de urbanização no Brasil se intensificou somente a partir da década de 1930 e teve seu auge na década de 1970, impulsionado pela centralização do poder após o final da República Velha[34]. Os processos globais – econômicos, sociais, políticos,

[34] A Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha ou República das Oligarquias, é o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930, que depôs seu 13º e último presidente efetivo, Washington Luís. Disponível em:

culturais – modelaram o espaço urbano de acordo com seus interesses, permitindo a influência e sua transformação pelos grupos sociais que se apropriaram desse espaço. Para Lefebvre (2001), essas transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. Assim, a cidade se transformou não apenas com os processos exógenos, globais, mas também com as modificações profundas no modo de produção e nas relações de classe e propriedade, com a industrialização sendo o potencial indutor dos problemas de crescimento, do desenvolvimento da realidade urbana e das questões relativas à cidade (LEFEBVRE, 2001).

Harvey (1993) assinala que esse período se caracteriza por uma nova racionalização da produção e do consumo de massa, vinculado ao capitalismo. Para ele, as representações que estabelecem essa virada por volta de 1972 carregam a compreensão e a aceitação da vida urbana como caótica, fragmentada, cheia de colagens e da efemeridade. Desse modo, reconhece que a cidade como polo urbano é uma obra, um centro de vida social e política, com valor de uso e valor de troca, no qual a realidade urbana depende do valor de uso, uma vez que "o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana" (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

Com a suburbanização[35], inicia-se um processo que descentraliza a cidade, afastando mais uma vez o proletariado dos centros de produção e instalando-o numa "periferia desurbanizada", porém dependente da cidade (OLIVEIRA e BORGES, 2018, p. 742). Dessa forma, o centro se esvazia, em benefício de um uso quase exclusivamente comercial, tornando-se um local de consumo. Para Lima e D'ascenzi (2018), foi nesse período que se estruturou o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico nacional-desenvolvimentista, que ciclicamente ainda voga nos dias de hoje, dada tamanha aderência à visão patrimonialista.

A partir dele, a cidade é vista como arena para o consumo e desloca a ênfase do desenvolvimento urbano, em atender as necessidades da comunidade, para atender as necessidades de indivíduos específicos. Em vista disso, em vez de se estabelecer as relações de valor de uso, as relações sociais ocorrem com base no valor de troca, com todas as condições mantidas para se exercer o controle sobre o espaço urbano, mantendo-se, assim, as condições de domínio e de exploração das pessoas como produtores e consumidores de produtos e do espaço (OLIVEIRA e BORGES, 2018). Até então, para Ribeiro (2001, p.134), a urbanização

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Primeira_Rep%C3%BAblica_Brasileira&oldid=60445959>. Acesso em: 14 fev. 2021.

[35] Processo de crescimento das cidades para fora dos seus limites convencionais, agregando, inclusive, os subúrbios (OLIVEIRA e BORGES, 2018).

em si não mais ocupava o foco das críticas, mas a “irracionalidade provocada pelo descontrole na ocupação e uso do solo, razão da insalubridade, doença, revolta, enfim, do que passou a ser reconhecido como ‘problemas urbanos’”.

Na necessidade de superar esse cenário, Harvey (2014), ancorado nas concepções de Lefebvre, aponta que somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial é que será possível concretizar avanços capazes de transformar consideravelmente a qualidade de vida nesse espaço. Dessa forma, a perspectiva levantada pelo autor indica a necessidade de entender o desenvolvimento urbano a partir do ponto de vista local, cujo acesso do direito à cidade não surge de um modelo hegemônico de fora, mas de dentro “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (Harvey, 2014, p.15). Dessa forma, as frentes social e econômica do desenvolvimento devem estar alinhadas, uma vez que a social potencializa as pessoas a se tornarem sujeitos e agentes da econômica, que enseja sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento social no curso da cadeia processual do desenvolvimento (ÁVILA *et al*, 2001).

Para Ávila *et al* (2001), o desenvolvimento local no contexto urbano deve levar em conta o potencial interno de uma determinada comunidade, considerando habilidades e capacidades que garantam autonomia para esses agentes gerenciarem seu potencial, a fim de buscar soluções para eventuais problemas enfrentados no cotidiano dessas realidades. Nesse sentido, é a própria comunidade que assume os riscos e põe em prática seus saberes e capacidades para gestão de suas condições e qualidade de vida, com a participação dos agentes externos servindo de aliado impulsionador do progresso interno (ÁVILA *et al*, 2001). Max-Neef (1991), observando a escala humana do desenvolvimento urbano, revela que essa conciliação da promoção externa com iniciativas internas é fundamental, uma vez que a ação isolada de grupos locais não consegue ter impactos reais no meio urbano se não for estabelecido relações fortes com ação de planejamento e políticas externas, sendo necessário esse fortalecimento de planejamento externo para criar maior autonomia local.

Com isso, a participação ativa da comunidade envolvida é primordial nesse processo de desenvolvimento sustentável, em que, ao invés de ser objetos escusos, as pessoas beneficiárias devem ser protagonistas e o Estado deve assumir o papel de incentivar a sinergia dessas ações em nível local no urbano (OLIVEIRA e BORGES, 2018). Oliveira e Borges (2018) vão além e apregoam que os novos desafios globais salientam a importância da preocupação focada na dimensão humana do desenvolvimento, quando, pela primeira vez na história, a maior parte da

população global é urbana, não rural. No entanto, os critérios de classificação político-administrativos dos municípios brasileiros são frágeis e "em parte das vezes não corresponde à realidade territorial daquela unidade federativa" (IBGE, 2017, p.12). De todo modo, se por um lado a concentração da população, das atividades econômicas, das interações sociais e culturais com os impactos ambientais está cada vez mais nas cidades, por outro, novos elementos têm sido ressaltados, trazendo novas perspectivas para o rural (ABRAMOVAY, 2003b). Assim, é fundamental compreender o universo rural para distinguir categorias e interpretações desses espaços, o que se tentará fazer a seguir.

3.2.1.2 O rural caracterizando o desenvolvimento local sustentável

Historicamente, as áreas rurais eram aquelas que se dedicavam essencialmente a atividades agropecuárias, caracterizando-se pela baixa densidade populacional e vistas como uma categoria residual oposta ao processo de urbanização (CAMPANHOLA e SILVA, 2000). Contudo, desde o final do século XX, o professor José Graziano da Silva (1997) anuncia que essa dicotomia, que compreendia a concepção do urbano em ascensão, por representar o "novo" sobre o "velho", simbolizada pela classe dos proprietários rurais como o "atrasado", não se aplica mais. Atualmente, uma divisão mais objetiva do que seja rural e urbano deixou de ser importante, pois as relações de trocas intensificaram-se de tal forma que o enfoque passou a ser nos respectivos espaços, ou territórios, que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior a preocupação com seus limites geográficos (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Para Da Silva (1997), essa heterogeneidade se manifesta em distintas escalas, tanto pelas diferentes formas de propriedades de terra, como pelos distintos arranjos de organização econômica e social. Maria J. Carneiro (1998) vai além, defendendo que as categorias "essencializadas" para enxergar o universo rural não são suficientes desde então. Para a autora, é necessário levar em conta o que chama de "categoria social realizada", que deve ser estabelecida de acordo com a singularidade sobre de que rural brasileiro está se falando. Nesse sentido, defende que a inserção de processos cada vez mais modernos nesse universo não deve ser vista estritamente como abandono da tradição rural, mas como fundamental para continuidade de trabalhos ligados à terra, assim como para permanência das novas gerações ligadas ao campo (CARNEIRO, 1998).

Apoiada nessa perspectiva, Schmitt (2011) leva a um caminho que, para compreender a complexidade do desenvolvimento no meio rural, é fundamental entender como a dinâmica de

cada ruralidade ocorre, pensando além do conceito “amarrado” do rural como espaço agrícola. Desse modo, simplesmente classificar os contextos do que é ou não rural é cada vez mais singular, por isso é necessário ser estabelecidas categorias de acordo com cada dinâmica local, a qual rural se refere, possibilitando a construção de uma abordagem que compreenda as transformações do rural na contemporaneidade (NASCIMENTO *et. al.*, 2020).

Ricardo Abramovay (2006) resgata, na teoria *neo marshalliana*, a percepção de que o rural vai além da agricultura. Para compreender essa dinâmica, exige-se analisar como os diferentes atores sociais que compõem esses territórios interagem. Dessa maneira, além de analisar os atores e as organizações sociais locais, o autor argumenta que é necessário compreender as regiões rurais a partir de um olhar territorial. Nesse sentido, defende que a noção de território favorece o estudo dos espaços rurais em, no mínimo, quatro dimensões analíticas básicas: I) Abandono de horizonte estritamente setorial; II) Diferenciação “crescimento econômico” de “processo de desenvolvimento”; III) Estudo empírico dos atores e organizações; e IV) Observação da maneira como a sociedade utiliza seus recursos na organização produtiva (ABRAMOVAY, 2006)

Para Kageyama (2004) e Schneider (2010), as pesquisas relacionadas aos espaços rurais e seus processos de desenvolvimento consideram que tal progresso ocorre comumente vinculados à economia, ecologia e sociologia rural, mas não se resumindo a essas áreas. Assim, Kageyama (2004) ressalta que, nesse campo de estudos rurais, três processos de desenvolvimento podem ser prontamente identificados: o exógeno; o endógeno; ou os dois.

No primeiro enfoque, o desenvolvimento é composto por forças externas e reproduzido em certas regiões rurais, não levando em conta as singularidades de cada território. Um exemplo bem emblemático desse processo trazido pela autora é o das políticas de modernização da agricultura como forma exclusiva de estimular o desenvolvimento rural colocando, na maioria das vezes, uma leitura da cidade sobre as práticas tradicionais do fazer no campo. O enfoque endógeno é gerado por impulsos locais e baseado predominantemente na reorganização desses recursos, em que atores e instituições locais desempenham papel crucial no desenvolvimento desses territórios, como, por exemplo, nos colegiados territoriais e/ou distritos industriais, onde, a partir da participação das comunidades envolvidas, foi possível organizar estratégias de desenvolvimento de iniciativas vigentes. Já o último enfoque é resultado da combinação de forças internas e externas aos espaços rurais, quando atores e instituições estão envolvidos simultaneamente, num complexo de redes locais e redes externas, variando significativamente seus arranjos entre regiões (KAGEYAMA, 2004).

Com isso, para compreender atualmente o que é o rural brasileiro, segundo Da Silva (1997), a discussão é cercada por outros fatores, alguns deles presentes no debate que confere à pluriatividade e à multifuncionalidade um contraste cada vez mais recorrente nesses espaços. Em resumo, enquanto a pluriatividade refere-se à forma como dentro de uma mesma família rural há o desempenho de múltiplas atividades ocupacionais, combinando a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas (DA SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2005), a multifuncionalidade diz respeito aos espaços rurais, que têm seus locais destinados ao exercício de diversas funções, na modernização de práticas agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas com distintas finalidades dentro de um mesmo território.

Aliado a isso, a valorização da agricultura familiar e seu processo dinamizador para as economias locais é sustentada, conforme Abramovay (2006) e outros autores, como principal capacidade de inovação e interação desses agentes locais com instituições internas e externas, na busca por agregação de valor a seus produtos ou serviços, diferente do pensamento camponês. Em geral, consideram agricultores familiares como "empreendedores rurais", sendo sua capacidade de inovação característica herdada de seu passado camponês, mas o distinguindo deste pela integração dos agricultores familiares aos mercados, tornando-os pluriativos (SCHNEIDER, 2005, p. 519).

Apesar das críticas inerentes à modernização de determinadas práticas no meio rural, Schneider (2005) defende que essa combinação de variadas atividades e funções tem suas vantagens: I) Elevar a renda familiar no meio rural; II) Estabilizar a renda "sazonal"; III) Diversificar fontes de renda; IV) Contribuir na geração de emprego no espaço rural; V) Reduziras migrações campo-cidade; VI) Estimular os mercados locais; VII) Contribuir para mudanças nas relações de poder e gênero; e VIII) Modificar o sentido da terra e do rural. A partir desse foco, Nascimento *et. al.* (2020) entendem que as práticas de inovação no meio rural sejam de ordem tecnológica ou cultural; não devem ser percebidas somente como um abandono da tradição rural, mas sim, como um processo natural de aprimoramento de tais métodos às novas formas de trabalho, de modos de vida e de sociabilidade das pessoas nesses espaços.

Dialogando com essa perspectiva, José de Souza Martins (2014) elucida que, desde que essas inovações não deixem de lado a sustentabilidade, a identidade local e as práticas saudáveis para essas comunidades, o retardamento do que seja "verdadeiro rural", em relação ao moderno, em persistência do tradicional em face dessa modernização, não deve ser visto, de modo algum, como abandono da essência. Para o autor, "o mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional, isto é, reconstituindo e atualizando sua

diferença como fonte de identidade e instrumento de afirmação e sobrevivência" (MARTINS, 2014, p. 28-29).

No momento, é quase unânime perceber que o desenvolvimento local – seja em espaço urbano, seja no rural – não está relacionado exclusivamente ao crescimento econômico, mas também à melhoria da qualidade de vida das pessoas e à conservação do meio ambiente. Para isso, Carolina S. Petitinga (2015) indica que esses três fatores estão quase que inter-relacionados e são interdependentes para assegurar a sustentabilidade em quaisquer espaços. Assim, o desenvolvimento local, urbano ou rural, pressupõe uma transformação consciente da realidade na qual esse processo está inserido (MILANI, 2005). Dessa forma, é a solidariedade que está no seio dessa consciência de maneira estruturante, na plataforma de promoção ao desenvolvimento local, independentemente do espaço, como sinalizado por Bava (2004). Esse aspecto será abordado no próximo tópico.

3.3 Considerando o conceito do desenvolvimento local sustentável e solidário

A perspectiva que compreende a construção conceitual do campo de desenvolvimento local sustentável e solidário ocorre pela agregação de valores fundados em concepções anteriores, aliada à estratégia econômica popular solidária. Muito embora as experiências de economia solidária já desenvolvessem experiências de desenvolvimento local desde a década de 1990, o debate só foi iniciado institucionalmente em 2006, quando o movimento econômico solidário se articulou em torno da I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES, 2006). A partir dela, a proposta de desenvolvimento local sustentável e solidário no Brasil e no mundo surge como conceito reflexo de um movimento contra-hegemônico, num sentido "de baixo para cima" – da sociedade para a esfera da política, do local para o nacional e o global (Anexo I; BAVA, 2004; SANTANA, 2011).

Nesse sentido, a própria chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 (Anexo I) e França Filho (2008) destacam que tal progresso não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo à comunidade. As redes de economia solidária podem ser vistas como estratégia fundamental para essa perspectiva e representam a expressão concreta de uma via sustentável e solidária na promoção do desenvolvimento local. Para tanto, partem da perspectiva de construção do desenvolvimento por intermédio direto da sociedade civil como um todo, e não somente por algumas representações, revelando a importância de se organizar enquanto rede.

Para França Filho (2008), uma rede de economia solidária significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos econômicos solidários, com vistas à constituição de um circuito próprio de relações socioeconômicas, com intercâmbios de experiências e saberes formativos. Na visão do autor, são dois os principais objetivos de uma rede de tal natureza: permitir a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários em particular; e fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio desenvolvimento, em coletivo (FRANÇA FILHO, 2008, p.224). Para Clarissa A. Santana (2011), a continuidade dessa proposta de desenvolvimento, com as resoluções apresentadas durante o II CONAES em 2010, reforçou o interesse comum de que essa concepção de desenvolvimento assuma, como finalidade principal, a redução das desigualdades locais de renda e de riqueza acumulada, a inclusão de todas as pessoas nesse processo, baseada na cooperação e na solidariedade, em detrimento da individualidade e/ou da competição do modelo capitalista. Ainda de acordo com essa última resolução da II CONAES, o desenvolvimento solidário é sustentável porque considera "[...] a natureza como fonte de vida e não como objeto ou fonte de lucros, em contraposição aos elevados custos ambientais, sociais e culturais provocados pela grande produção capitalista" (II CONAES, p.15).

Essas assertivas são corroboradas por Gouveia (2009), em sua análise a partir da perspectiva europeia. Na oportunidade, o autor conclui ser possível os municípios levarem à prática "outro" desenvolvimento local, com inclinações sustentáveis e solidárias, desde que garantam aos respectivos territórios um mínimo de pré-condições e que, de forma cumulativa, consigam consubstanciar as ações de promoção local do desenvolvimento com as características estruturantes da economia solidária. Para tanto, Gouveia (2009, p.74) apresenta uma "grelha de categorias de referência", formando um sistema de classes considerado fundamental na construção de parâmetros de referências solidárias para os municípios, com i) a visão sistêmica do desenvolvimento; ii) a atividade econômica plural; iii) a coesão social e solidariedade cultural; iv) o planejamento estratégico; v) as diferentes fontes de financiamento; vi) a abordagem *bottom-up* de governança local; e vii) a globalização da solidariedade.

Resumidamente, para Gouveia (2009), a visão sistêmica integra, de forma articulada, as várias dimensões do desenvolvimento, a partir de uma simbiose em vários níveis geográficos, tendo o território como um *lócus* do desenvolvimento, que se constrói no e a partir da localidade, satisfazendo tanto as necessidades materiais, como imateriais, com as pessoas atuando na resolução de problemas individuais e coletivos. A atividade econômica plural assume, na visão de Gouveia (2009), a necessidade de o crescimento econômico ser realizado

no sentido de cooperação solidária, assentado em atividades econômicas na esfera mercantil; em diversas formas de produção, distribuição de bens e serviços; na criação local de empregos; na geração de rendas para pessoas excluídas do sistema social; e por meio da realização de atividades capazes de satisfazer as necessidades locais.

A coesão social e solidariedade cultural colocada pelo autor considera que esta deve ser reforçada por meio de novas relações sociais primadas pela solidariedade, sendo necessária a promoção da igualdade de oportunidades, da valorização da cidadania e do fomento ao consumo solidário[36]. Assim, é a aposta na contracultura do individualismo, a partir da inversão de valores da competição, para dar lugar a cooperação e a possibilidades de ações coletivas e solidárias (GOUVEIA, 2009). Concomitantemente, o planejamento estratégico deve ser considerado de acordo com a metodologia de planejamento territorial, em que a interdependência das etapas ocorre por meio do diagnóstico socioeconômico, desenho de plano de ação, gestão e monitoramento dos processos realizados, levados em conjunto com a população para um plano de avaliação local.

Quanto às diferentes fontes de financiamento, o autor considera a "rentabilização de riqueza existente a partir de fontes públicas e privadas", com a criação de renda por meio do incentivo a mecanismos do mercado local e da capitalização de recursos não-financeiros, como trabalhos voluntários – cruciais para consolidação de tal perspectiva de desenvolvimento local (GOUVEIA, 2009, p.75). A abordagem *bottom-up* de governança local integra a mobilização das populações de forma individual e coletiva, atentando-se para a importância de subordinar os interesses dos indivíduos à vontade do coletivo e das suas organizações, por meio da utilização de instrumentos de "governança partilhada" – como fóruns, conselhos, consórcios, por exemplo –, incentivando o exercício da democracia deliberativa subsidiada pela prática horizontal, na partilha do poder paritário de cada instância na organização local, quer seja social, quer seja pública ou privada, com transparência nos processos de tomada de decisão. Por fim, a globalização da solidariedade que o autor expõe é a visão de um modelo de internacionalização a partir da base solidária, não-hierárquica, com características sistêmicas de pensamento em rede, pensando local e agindo global.

Ou seja, para Gouveia (2009), a partir desses parâmetros de referências solidárias para os municípios, potencializam-se essas experiências no sentido de ganhar desdobramentos em

[36] Conforme o Anexo I, o *consumo solidário* é a capacidade de cada pessoa, empreendimento ou instituição pública ou privada consumir serviços e/ou produtos que contribuam para a melhoria de vida de quem produziu, da sociedade e do meio-ambiente envolvidos no processo, norteados por valores de justiça social e solidariedade.

diferentes níveis de reprodução social, com base comunitária. O ex-secretário da SENAES Paul Singer, na chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010, reforça que, para isso ocorrer, é necessário que o desenvolvimento local sustentável e solidário seja protagonizado pela e para a própria comunidade que se beneficia, pois, ainda que haja a necessidade de prover recursos externos, eles devem ser alocados de acordo com a prioridade comum estabelecida pela comunidade. Para isso, os princípios basilares desse desenvolvimento local sustentável e solidário é o "empoderamento popular e o respeito às características étnicas, culturais, e ambientais do local onde ele é construído" (Anexo I, p.07). Assim, Singer argumenta que não se confunde, portanto, esse desenvolvimento local sustentável e solidário com a mera imposição de sistemas produtivos exógenos, como, por exemplo, a atração de grandes empresas, pois ele deve ser marcado pela valorização dos sistemas locais de produção e consumo. Este é o motivo que faz com que tal perspectiva de desenvolvimento favoreça a preservação dos valores das comunidades:

> Desenvolvimento sustentável solidário, portanto, significa o desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico da comunidade (Anexo I, p.08).

Desse modo, assume como característica crucial o registro da solidariedade como base fundamental sobre a qual se desenvolvem as "atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local" (FRANÇA FILHO, 2002, p.16) Com isso, além de tentar garantir a autonomia de trabalhadores(as) na gestão dos recursos produtivos, no desenvolvimento local sustentável e solidário a atividade produtiva deve estar integrada à capacidade de suporte da comunidade, levando em conta os valores comuns defendidos por ela (Anexo I). Contudo, não é fácil ter consenso sobre os valores comuns, mesmo em âmbito de uma comunidade, o grande geógrafo Milton Santos (2000) ressalva que os conflitos presentes nessas relações sociais levam a novas construções do que se entende por interesse comum para esse desenvolvimento, quando:

> [...] é a partir do espaço geográfico que se dá a solidariedade orgânica; tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local [...] **Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas**, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. **A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho, e que gera a visibilidade do interesse comum** (SANTOS, 2000, p. 110, grifos nosso).

Para Santos (2000), é nessa estrutura social local, baseada numa relação prioritariamente solidária e horizontal, que se sustentam essas iniciativas de desenvolvimento. Não obstante, Bava (2004, p.104) ressalta que as formas tradicionais com que operam a grande maioria dos governos locais, em benefício de suas elites, indicam que as iniciativas transformadoras e democratizantes precisam contar com a participação ativa das redes de solidariedades, construídas na sociedade civil. Mesmo que a economia seja um poder hegemônico, que impõe seus valores e penetra nos campos de vida, da política e da cultura, esse poder de "agentes do mercado" não é absoluto. É dessa forma que é concebido esse modelo de desenvolvimento nas últimas décadas, a partir da organização econômica, política, social local, que permite confrontar os reais problemas enfrentados nas comunidades com o sistema de desenvolvimento hegemônico. Por isso, a relevância de se entender como ocorrem as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento que se fundaram nessa perspectiva.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para abrir os caminhos metodológicos, este quarto capítulo se inicia localizando a trajetória e a temporalidade do percurso da pesquisa, que corrobora diretamente para compreensão do cenário da investigação e para a construção da problemática desta dissertação. No segundo tópico, apresentam-se as estratégias de investigação adotadas para análise comparativa deste fenômeno. Ao final, no terceiro tópico, são apontadas as categorias de análise que fundamentam o escopo da investigação para coleta e análise dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

4.1 Percurso de pesquisa

A partir do contato inicial com o objeto de estudo nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte em 2016 por meio, principalmente, das práticas de incubação de empreendimentos econômicos solidários, em setembro de 2018, no Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento realizado em Fortaleza/CE, foi possível avançar na compreensão desse fenômeno solidário e dimensioná-lo, acessando experiências de bancos comunitários de diversos lugares do Brasil e do mundo. Na oportunidade, abordaram-se as iniciativas de bancos comunitários como solução estratégica para o combate à desigualdade e à pobreza em âmbito internacional.

Assim, houve diálogos em torno da continuidade e da sustentabilidade dessas experiências no cenário que se desenhava desde então, em que muitas das iniciativas nacionais e internacionais já estavam passando por inúmeras dificuldades para manter as respectivas atividades dentro de um contexto sociopolítico de desincentivo às experiências. Em relação aos comitês da Paraíba e do Rio Grande do Norte, as reuniões que cada estado promoveu contaram com quatro representações: a) na Paraíba: duas em processo de implementação nos municípios de Remígio e Pombal e duas em plena atividade, uma no município de Lagoa de Dentro e outra, na comunidade de São Rafael, na capital, João Pessoa; b) no Rio Grande do Norte: duas em processo de mobilização para fundação, na comunidade de Sertãozinho do município de Macau e no bairro Lagoa Azul – Zona Norte da capital Natal – e duas em atividade, nos municípios de São Miguel do Gostoso e Pureza, nas comunidades de Tabua e Bebida Velha, respectivamente[37].

[37] Até a conclusão desta pesquisa, a informação de campo que se tem é a de que, das experiências no Rio Grande do Norte, só está atualmente em atividade o Banco Solidário de Gostoso. Já na Paraíba, segundo a Rede Paraibana de Bancos Comunitários, as quatro experiências estão em atividade. Disponível em: <<https://bcdpb.webnode.com/>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

A partir das discussões junto aos comitês, notou-se que, até ali, a sustentabilidade financeira e o incentivo governamental estavam no cerne das preocupações para continuidade das experiências em ambos os estados, mas essa preocupação não se restringia somente a estes. Ao final do encontro, foi realizada a publicação de uma carta coletiva assinada por todas as instituições e representações participantes. Nesse documento constam apontamentos em torno da necessidade dessas iniciativas receberem incentivos públicos para suas operações, visto que o potencial comprovado dessas experiências já revelava um cenário animador de ações possíveis e fundamentais para superação das desigualdades nas respectivas localidades. O documento, escrito em conjunto, foi encaminhado às instituições públicas das diversas localidades onde as experiências estão inseridas, tratando da importância do apoio dos governos municipais e estaduais para manutenção dos bancos comunitários.

No ano de 2019, dando sequência à pesquisa ora apresentada, iniciou-se o acompanhamento *in loco* dos processos de trabalho dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, a partir das reuniões dos conselhos gestores com duas idas ao campo de pesquisa: ao Banco Comunitário de Bebida Velha, em Pureza, no dia 20 de setembro, e ao Banco Solidário de Gostoso, na comunidade Tabua, no dia 26 do mesmo mês. Nessas visitas, observou-se que as situações das duas experiências eram muito semelhantes, talvez por estarem inseridas no mesmo Território da Cidadania, no Mato Grande. Ainda neste mesmo ano, houve a participação na 1º reunião da Rede Potyguar de Bancos Comunitários, realizada em 25 de outubro, que contou com a exposição tanto das experiências em atividade no Rio Grande do Norte, como em outras localidades, em processo de implementação e formulação no estado, com representações de comunidades interessadas de diversas regiões norte-rio-grandense. Na programação do evento, houve, além da explanação de cada comunidade sobre o contato e fase dos BCDs nas respectivas realidades, a participação de membros da Rede Paraibana de Bancos Comunitários, expondo o surgimento e continuidade dos BCDs naquele estado.

A partir da exposição da Rede Paraibana, foi possível identificar que a primeira experiência vinculada à Rede Brasileira de Bancos Comunitários na Paraíba foi o Banco Comunitário Jardim Botânico, implementado de acordo com a mesma chamada pública que fomentou também a primeira iniciativa de BCD no estado do Rio Grande do Norte, o Banco Solidário de Gostoso. Entretanto, apesar da semelhança, esses BCDs aparentavam ter fases de atividades bem diferentes. Enquanto o BCJB apresentou um quadro de oferta de crédito, acesso à internet pela comunidade, projeto de energia renovável, entre outros serviços e recursos

disponíveis, o BSG revelou um cenário ainda embrionário de reestruturação: após tentativa de ser correspondente bancário no centro do seu município, estava praticamente inoperante, reorganizando suas atividades para se fortalecer junto à comunidade que o mobilizou, a Tabua.

No início de 2020, houve avanços na investigação paraibana no sentido de compreender com maior profundidade como estava ocorrendo essa primeira experiência de BCD no estado[38]. Para isso, foi necessária a participação no IV Seminário de Finanças Solidárias - Resistência e Sustentabilidade, realizado no município de Lagoa de Dentro/PB, de 15 a 18 de janeiro de 2020. Na oportunidade, foi possível perceber o cenário de como estão ocorrendo as iniciativas de BCDs no estado da Paraíba e, principalmente, dialogar especificamente com representações do conselho gestor do Banco Comunitário Jardim Botânico.

A partir desses achados, identificou-se a necessidade, no processo de pesquisa ora apresentada, da construção de um diálogo comparativo das experiências do Banco Comunitário Jardim Botânico/PB e do Banco Solidário de Gostoso/RN, visto que foram fomentadas pela mesma chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010; entretanto, algumas diferenças marcaram as singularidades dessas iniciativas. Importante ressaltar que, diante do contexto de pandemia a partir de Março/2020 o acompanhamento de campo migrou pra o formato exclusivamente remoto. Assim, foi estudada a possibilidade de avançar na coleta de dados para a presente análise, por meio de plataformas digitais de reuniões e comunicação, como *WhatsApp*, *Google Meet* ou *Zoom*.

Em fevereiro de 2021, teve início a coleta de dados com o questionário estruturado (Apêndice B) realizando-se um total de onze entrevistas, sendo: duas por meio de plataformas virtuais de comunicação e nove de maneira presencial. Logo foi notado que as entrevistas exclusivas em formato remoto poderiam acarretar perdas significativas para a pesquisa pelas interferências nos áudios e por consequência do limitado acesso à internet. Na tentativa de reduzir esses impactos, adotando os procedimentos de biosegurança de prevenção ao covid-19, conforme orientações da Organização Mundial de Saúde, no mesmo mês foram realizadas nove entrevistas em campo de forma presencial, sendo quatro na comunidade de São Rafael em 08 de fevereiro de 2021 e cinco na comunidade de Tabua em 16 de fevereiro de 2021.

[38] Houve experiências anteriores de Bancos Comunitários no estado da Paraíba, mas não foram implementadas conforme metodologia da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

4.2 Estratégia de investigação

A justificativa da escolha por investigar as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento presentes no estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte ocorre por conveniência, aliada à necessidade de aprofundar o olhar em torno da singularidade dessas experiências aplicadas em comunidades com diferentes contextos. Partindo de uma análise comparativa dessas duas experiências, contempladas pela mesma Chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010, nesta pesquisa buscou-se realizar uma investigação com base no método comparativo orientado ao caso – "*Case-Oriented Comparative Method"* (RAGIN, 1987).

Essa estratégia de investigação fornece ferramentas interessantes para auxiliar na compreensão profunda desses fenômenos, por levar em conta similitudes e diferenças das respectivas experiências. Para Ragin, muitos comparativistas orientados em casos empíricos, como Smelser (1976) e Skocpol e Somers (1980), enfatizam que as semelhanças básicas entre o trabalho comparativo orientado ao caso e outros tipos de leituras nas ciências sociais é o uso de dados empíricos para decifrar padrões causais. Nesse sentido, Ragin (1987) reforça que essas análises não podem subestimar o lado interpretativo do observador, por isso ressalta a relevância do trabalho comparativo. Desse modo, a abordagem o autor auxilia no exercício comparativo para uma interpretação mais fidedigna dos fenômenos sociais. Sob a ótica do autor, o objetivo do exercício comparativo é importante para superação de uma análise abstrata. Com isso, comparar é fundamental para se interpretar, pois só tendo parâmetros que é possível aferir resultados sólidos.

Para comparar sem perder de vista a diversidade de cada caso, algumas estratégias foram tomadas. Cortês (1998) e Yin (2001) defendem que, independentemente do tipo de informações que se trabalhe, a fonte única de dados é insuficiente para comprovação de hipóteses. Por isso, sugerem que um dos princípios mais importantes para pesquisas científicas são as várias fontes de evidências, sendo duas ou mais fontes em relação ao mesmo fato/descoberta. Para Yin (2001), a diversidade de fontes possibilita testar a validade das evidências obtidas, fazendo com que o cruzamento de dados potencialize a veracidade das informações coletadas e uma interpretação ainda mais fiel da realidade investigada.

Apoiado nessa percepção, esta investigação utiliza inicialmente, além de prévias idas a campo, conforme descrito no tópico 4.1, dados secundários coletados em websites, reportagens, pesquisa bibliográfica e documental em torno do objeto de estudo. As pesquisas bibliográficas da área foram norteadas pela seleção de artigos em periódicos, dissertações e teses da Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES até o ano de 2020, em torno da combinação das palavras-chave: Economia Solidária, Finanças Solidárias e Bancos Comunitários de Desenvolvimento[39]. Assim, a pesquisa buscou se ater as experiências de bancos comunitários baseado nos princípios econômicos solidários, através das práticas metodológicas realizadas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

O levantamento de dados por meio documental também foi aliado àquelas idas a campo, durante as quais foi estabelecida uma rede de contato com essas experiências, a exemplo, com o ex-secretário adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária, professor Roberto Marinho Alves da Silva, que disponibilizou acesso à chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 (Anexo I) e ao relatório de execução das iniciativas de finanças solidárias no Nordeste (Anexo II), com dados basilares para esta investigação.

Além disso, esta análise faz o uso da técnica de pesquisa-ação, em que se combina o horizonte da pesquisa, como campo político, à ação por meio da qual se constrói o olhar em torno do objeto de estudo (BORDA, 1981). A partir dessa técnica, é notada que a concepção do saber científico não deve ser antagônica à popular. Ao contrário, revela que a ciência deve ter objetivos congruentes com a preservação e o fortalecimento das práticas inerentes a cada realidade encontrada. Com isso, a proposta do presente estudo é uma abordagem de investigação que seja pautada na interação do pesquisador com os processos reais, em diálogo com a educação popular de Paulo Freire[40].

A partir dessas considerações, para coleta de dados primários foi utilizado o auxílio de gravador-de-voz e bloco-de-notas em idas a campo de 2019 a 2021, em reunião do conselho gestor dos BCD, somadas a conversas informais, participação em reuniões e oficinas promovidas tanto pelos próprios Bancos Comunitários de Desenvolvimentos investigados, como pela rede de bancos dos respectivos estados[41], auxiliando, desse modo, a contextualização mais factual do problema e uma maior compreensão da temática.

Para complementar a validade das evidências obtidas, foram realizadas onze entrevistas individuais semiestruturadas com agentes colaboradores diretos dos BCDs: agentes de crédito,

---

[39] Ressalva-se que, diante do contexto de pandemia, muitas publicações previstas até a defesa desta dissertação ainda não foram publicadas. Contanto, pode haver algumas de 2020 que ainda não foram levadas em conta na presente revisão.

[40] Paulo Freire (Recife, 1921 - São Paulo, 1997) foi educador e filósofo nordestino brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira. Fonte: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire>. Acesso em: 09 jun. 21.

[41] Na Paraíba, a Rede Paraibana de Bancos Comunitários de Desenvolvimento surgiu em 2016. No Rio Grande do Norte, a Rede Potiguar de Bancos Comunitários de Desenvolvimento foi fundada em 2019.

membros do conselho gestor, membros do Comitê de Avaliação de Crédito – CAC e assessoria externa. Todas as entrevistas realizadas foram precedidas pela aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual contextualizaram-se os aspectos gerais da pesquisa e os principais objetivos desta, com autorização para gravação de voz e/ou registro de imagens, mantendo a confidencialidade (Apêndice A).

Obedecendo as orientações de Mirian Goldenberg (2004), as entrevistas foram padronizadas, de forma clara, em roteiro, priorizando uma linguagem popular[42] e objetiva, na tentativa de não induzir ou confundir a pessoa entrevistada (Apêndice B). Para tanto, as questões foram apresentadas oralmente, primando-se o uso das mesmas palavras e a estrutura de sua formulação, de modo a tentar assegurar que todas as pessoas entrevistadas respondessem às mesmas questões, tornando as respostas mais facilmente comparáveis nas análises. Mesmo havendo casos em que as perguntas, ou palavras, tivessem sido interpretadas nas respostas com sentido diferente da intenção formulada, elas também foram objeto de análise desta pesquisa, por se compreender que a forma como são entendidas as questões levantadas seja o cerne de investigação por meio da pesquisa descritiva, levando-se em conta opiniões, atitudes e crenças da amostra investigada (GIL, 2008).

Com isso, as questões foram abertas, com "resposta livre, não-limitada por alternativas apresentadas, o pesquisado fala ou escreve livremente sobre o tema que lhe é proposto" (GOLDENBERG, 2004, p. 86). Para análise das respostas, Goldenberg (2004) ressalta que o conteúdo proveniente dessa forma de entrevista é de difícil investigação. Todavia, segundo Quivy e Campenhoudt (1998), as entrevistas semiestruturadas ajudam tanto em análises mais profundas de alguns elementos, como na extração de pontos de vista e interpretações próprias dos interlocutores. Assim, as entrevistas foram transcritas *ipsis litteris* e analisadas segundo o procedimento de Laurence Bardin (2001). De acordo com este autor, a decifração estrutural, que é a investigação analítica de cada entrevista, permite considerar os discursos pessoais que cada entrevistado fornece para análise de conteúdo.

Desse modo, as entrevistas foram transcritas em sua totalidade e nominadas por "Agentes", baseadas no conceito utilizado pela chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 (Anexo I), em acordo com as assertivas de Sen (2000). Para dar cabo à análise, as entrevistas referentes ao Banco Comunitário Jardim Botânico/PB foram enumeradas de 01 a 05 e as do Banco Solidário de Gostoso/RN, de 06 a 11, conforme exposto na Tabela 1, a seguir.

[42]A linguagem popular ou coloquial, informal ou natural, é utilizada no cotidiano dos falantes da língua, em que não se exige atenção total da gramática normativa, de modo que haja mais fluidez na comunicação oral.

Tabela 1 – Perfil de Agentes entrevistados

Agente	Idade	Gên.	Profissão	Comunidade/UF	Tempo BCD	Função BCD	Instituição Represent.
01	35	Masc.	Historiador	São Rafael/PB	7 anos	C. Gestor	IVP
02	36	Masc.	Educ. Social	São Rafael/PB	7 anos	Agt. créd.	BCJB
03	27	Masc.	Desempregado	São Rafael/PB	5 anos	Agt. créd.	BCJB
04	35	Fem.	Educ. Social	São Rafael/PB	6 anos	Agt. créd.	IVP
05	29	Fem.	Professora	Cast Branco I/PB	3 anos	Asses. ext.	AMAZONA
06	52	Fem.	Educ. Popular	Natal/RN	2 anos	C. Gestor	SAR
07	54	Fem.	Agricultora	Tabua/RN	8 anos	CAC	AMJPT
08	34	Fem.	Assist. Social	Assent Arizona/RN	8 anos	C. Gestor	R Xique-Xique
09	37	Masc.	Professor	Natal/RN	8 anos	Asses. ext.	IFRN
10	35	Masc.	Agricultor	Tabua/RN	8 anos	C. Gestor	SINTRAF
11	30	Masc.	Pescador	Tabua/RN	8 anos	Agt. Créd	BSG

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

Com o objetivo de dar conta da pluralidade dessas experiências, outra estratégia de investigação adotada foi o de priorizar a realização dessas entrevistas, abordando pessoas com diferentes características, quais sejam: faixa etária; gênero; escolaridade; profissão; local em que residem; instituições que representam; função que exercem; e tempo de atuação nos repectivos BCDs, primando contemplar a perspectiva da amostra investigada de maneira mais abrangente possível. As informações foram organizadas para sua coleta e análise em torno de dois eixos de investigação, que serão melhor explicitados na seção seguinte.

4.3 Categorias de análise

Neste tópico, apresentam-se as categorias de análise, baseado em dois eixos centrais: 1) Dimensões solidárias; e 2) Perspectivas de desenvolvimento. O primeiro eixo aborda as dimensões que analisam a sustentabilidade dessas experiências enquanto empreendimento econômicos solidários, baseado no modelo analítico de Reis (2005). No segundo eixo, compara-se a perspectiva de desenvolvimento que essas organizações praticam para as respectivas comunidades que estão inseridas, de acordo com um modelo analítico próprio desta investigação.

4.3.1 Dimensões solidárias

No primeiro eixo desta análise, é observado como esses empreendimentos econômicos solidários mantém suas operações nas respectivas realidades enquanto Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Para isso, abordar-se-ão os parâmetros de sustentabilidade dessas experiências, de acordo com três dimensões apontadas por Tatiana A. Reis (2005), sendo elas: econômica; política; e de gestão.

De acordo com a autora, a dimensão econômica deve ser observada sob a ótica da

pluralidade de princípios econômicos segundo Polanyi (2000). Por isso, considera que a sustentabilidade econômica dessas organizações deve ser analisada em torno do componente mercantil, não-mercantil e não-monetário. Ou seja, nesses empreendimentos, há a presença de fontes de recursos: do mercado, por meio da oferta de produtos ou prestação de serviços remunerados; não-mercantil, através de variadas formas de subsídios, oriundas de organizações governamentais ou não-governamentais; e não-monetária, mediante recursos provenientes de fontes reciprocitárias, como trabalhos voluntários e mutirões. Conforme reforçado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (REDE, 2006) e França Filho (2007), a sustentabilidade dos BCDs devem resultar dessa hibridação de formas econômicas.

A dimensão política é dividida por Reis (2005) em dois níveis: interno e institucional. O nível interno analisado nos aspectos relativos à autogestão, como, por exemplo, na democratização nos processos decisórios e na participação ativa dos membros. Por isso, leva em conta dois indicadores: grau de democracia interna, mensurado de acordo com a regularidade de reuniões para tomada de decisões; e grau de comprometimento, a partir da participação efetiva desses agentes nos processos decisórios. Já o nível institucional analisa a interação dessas iniciativas de EES com o ambiente externo. Para tanto, considera como indicadores a existência de ação pública, que representa a forma de atuação da iniciativa na realidade local com a comunidade; o nível de articulação em redes, com o objetivo de verificar as redes que a organização está inserida; e o grau de autonomia institucional, que indica o nível de dependência do empreendimento, em relação aos recursos externos e as potenciais influências destes na gestão.

Em relação à dimensão da gestão, ela é aprofundada também em dois níveis, a saber: a infraestrutura; e o conhecimento. A infraestrutura reflete os recursos físicos necessários para a operação do empreendimento, em torno do acesso a meios de produção, observado mediante a utilização de máquinas, equipamentos e/ou tecnologias necessárias para operar essas iniciativas; as tecnologias gerenciais, visualizado por meio de ferramentas que auxiliam o processo de controle da operação e a tomada de decisão, como planilhas eletrônicas para controle do fluxo de caixa, receitas, despesas etc.; e o espaço físico adequado, avaliado de acordo com o local onde são realizadas as principais operações do empreendimento e sua forma de posse, se empréstimo, comodato, aluguel, próprio ou outra. O conhecimento aponta o perfil operacional desses agentes analisados a partir de três indicadores: habilidade técnica produtiva, avaliada com base nos métodos utilizados na realização das atividades operacionais do empreendimento; habilidade gerencial, indicada por meio da aplicação de instrumentos

administrativos, de planejamento, de controle ou de organização, para o trabalho desenvolvido no empreendimento; e formação geral, ou sociopolítica, levando-se em conta a percepção político-ideológica por meio da cultura presente nas práticas operacionais observadas no interior do empreendimento, considerada fundamental para o alcance da sustentabilidade.

Quadro 3 - Dimensões solidárias

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
Econômica	Mercantil	Oferta de produtos/serviços
	Não-mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)
		Subsídios não-governamentais (nível institucional)
		Doações monetárias (nível individual)
	Não-monetária	Trabalho voluntário
		Doações não-monetárias
		Práticas de reciprocidade (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)
Política	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Nível de articulação em redes
		Grau de autonomia institucional
Gestão	Infraestrutura	Acesso a meios de produção
		Acesso a tecnologias gerenciais
		Acesso a espaço físico adequado
	Conhecimento	Habilidade técnica
		Habilidade gerencial
		Formação geral (sociopolítica)

Fonte: Adaptado de Reis (2005).

4.3.2 Perspectiva de desenvolvimento

No segundo eixo, na busca por entender em que perspectiva é praticada a continuidade dessas experiências de BCDs nas respectivas comunidades, investigou-se a concepção de desenvolvimento que norteia as relações, as operações e as atividades executadas no interior dessas organizações. Para tanto, aprofundou-se aqui a interpretação desses fenômenos considerando a percepção de desenvolvimento dessas experiências sob a ótica dos(as) agentes que as executam, partindo das categorias de modelos de desenvolvimento geral ao local. Assim, no bojo desta investigação considera-se o conceito de desenvolvimento como campo multidimensional, por meio do qual se observa que as suas subcategorias se interseccionam conforme apontado por Santos, *et. al.* (2012).

Levando em conta a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento, é visualizada no campo dessas experiências inicialmente a categorização do modelo geral, de

acordo com as subcategorias para o: crescimento econômico; sustentabilidade ambiental; e/ou satisfação das necessidades básicas. Desse modo, na perspectiva de crescimento econômico pode ser pautado na individualidade, na propriedade privada, ou com base na coletivização e na justiça social. Agregando a dimensão socioambiental, no debate em torno desse desenvolvimento como elemento da sustentabilidade, deslocando a ênfase exclusiva do crescimento econômico, para o compromisso deste com a natureza e suas relações com o meio ambiente (SACHS, 2008; VEIGA, 2008). Além das estratégias anteriores, admite-se a subcategoria de modelo de desenvolvimento para satisfação das necessidades básicas, relacionando, além da sua dimensão econômica e socioambiental, a compreensão humana na avaliação dos padrões de vida (SEN, 1999; 2000; CASTRO, 2000).

Na categoria local de desenvolvimento, aprofundou-se o olhar em torno do objetivo comum da implantação desses Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Sob esta ótica, a investigação leva em conta, primeiramente, o aspecto comunitário e endógeno, avaliado tanto pela ação coletiva da comunidade na busca por soluções para resolução dos problemas individuais e coletivos, como na mobilização de forças externas para emancipação socioeconômica local (HENRIQUES, 1994; AMARAL FILHO, 2001; BAVA, 2004). Posteriormente, a sustentabilidade, que, dentro dessa categoria local assume a ambiguidade de sentidos, no que seja entendida como sustentabilidade econômico-financeira e/ou como sustentabilidade para conservação ambiental na garantia de compromisso com a identidade natural local (BUARQUE, 1999). Por fim, a subcategoria solidária, em relação às formas de inclusão e acesso da população local para participação ativa nessas iniciativas de base solidária (GOUVEIA, 2009; SINGER, 2010; SANTANA, 2011).

Quadro 4 - Categorias e subcategorias de desenvolvimento

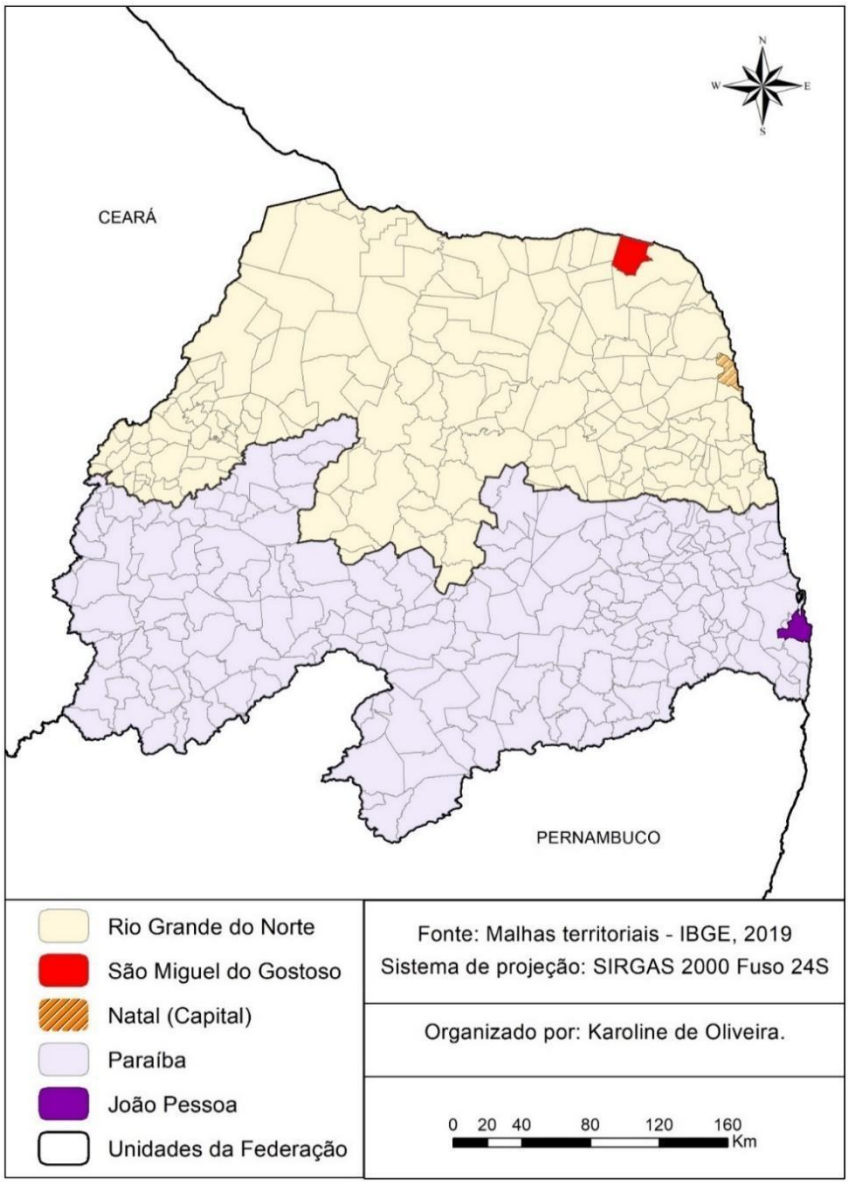
Categorias	**Subcategorias**
Desenvolvimento	Crescimento Econômico
	Sustentabilidade ambiental
	Necessidades Básicas
Local	Comunitário
	Endógeno
	Sustentável
	Solidário

Fonte: Elaboração própria.

5. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: Na Paraíba e no Rio Grande do Norte

Neste quinto capítulo, revela-se o panorama singular das experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento comparadas nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, considerando, por um lado, as características locais e socioeconômicas das comunidades envolvidas, com a descrição do histórico das atividades executadas pelos BCDs e analisando, por outro lado, as condições de manutenção das experiências sob a ótica analítica das dimensões solidárias. Para isso, no primeiro tópico é apresentado o Banco Comunitário Jardim Botânico – PB; a seguir, no segundo tópico, o Banco Solidário de Gostoso – RN. Mas, antes disso, localiza-se geograficamente, no Mapa 1 a seguir, as municipalidades em que esses BCDs estão inseridos.

Mapa 1 - Localização municipal dos bancos comunitários analisados (RN e PB).



Fonte: Elaborado por Karoline de Oliveira.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, objeto desta investigação, estão presentes em dois estados que compõem o litoral do nordeste brasileiro, o que pode ser visto no Mapa 1. Na parte superior, vê-se o recorte do estado Rio Grande do Norte e, em destaque, na parte superior à direita do mapa, com cor mais escura, localizado a 115 km da capital Natal, o município de São Miguel do Gostoso. Nesse município, está presente o Banco Solidário de Gostoso. Logo abaixo, está o estado da Paraíba, nele assinalado, também à direita, o município de João Pessoa, onde está instalado o Banco Comunitário Jardim Botânico. Desse modo, as localizações geográficas dos respectivos municípios revelam, pois, experiências em comunidades litorâneas, em municipalidades presentes na costa marítima da região, distando-se cerca de 318 km uma da outra (São Miguel do Gostoso – João Pessoa). Apesar de haver semelhanças, algumas diferenças têm o potencial de marcar as singularidades dessas experiências, conforme será visto a seguir, em maior profundidade.

5.1 Paraíba – Banco Comunitário de Desenvolvimento na comunidade de São Rafael: tentativa de redução das desigualdades no contexto urbano.

Na Paraíba, o Banco Comunitário Jardim Botânico está presente na comunidade de São Rafael, localizada na capital, João Pessoa, no bairro Castelo Branco III. Até o censo de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM da cidade era 0,763 – considerado na faixa de IDHM alto (entre 0,700 e 0,799), com população estimada em 723.515 habitantes, renda *per capita* média de R$ 964,82 e taxa de urbanização de 99,62% [43]. Apesar do alto IDH que descaracterizaria o município das populações prioritárias para a chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010, a comunidade São Rafael tipifica-se como ribeirinha, o que lhe assegura a conformidade com os segmentos populacionais priorizados (Anexo I).

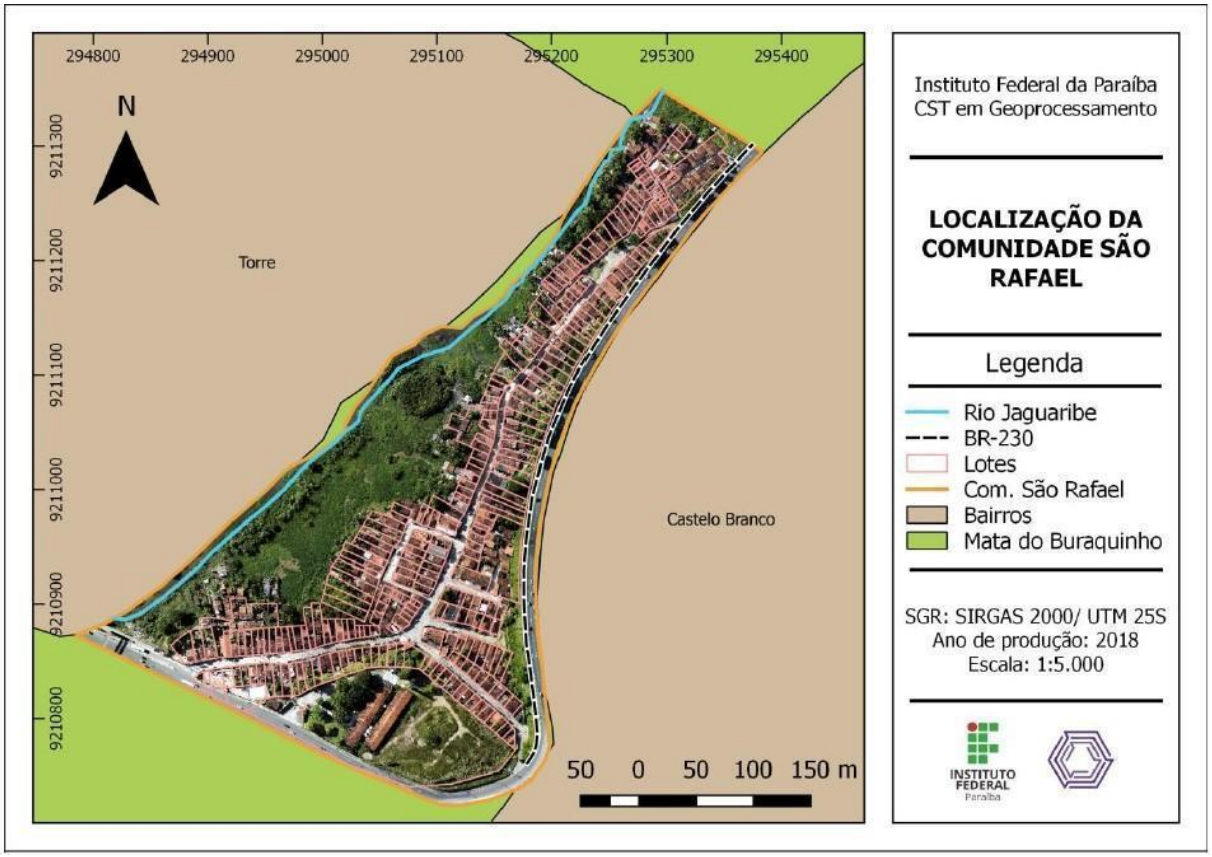
Como é possível perceber na Imagem 01 a seguir, a comunidade é delimitada pelas margens do rio Jaguaribe e pela BR-230, composta inicialmente por ex-trabalhadores(as) da fazenda São Rafael, que abrangia a região dos atuais bairros do Castelo Branco I, II e III, Bancários, Jardim Cidade Universitária e início do Bairro de Mangabeira[44]. As famílias residentes de toda essa região, após a construção da BR-230 – a Rodovia Transamazônica –, ergueram suas casas às margens do rio. Com o passar do tempo, a população cresceu e os problemas comuns às localidades de risco também (RAPOSO, 2014).

---

[43] Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

[44] Ver Lucena (2013), que apresenta histórico e referências interessantes para se entender a comunidade.

Mapa 2 - Localização da comunidade São Rafael



Fonte: SOUZA *et. al*., 2018.

Em 2012, por meio da Lei Municipal nº 12.263, a comunidade recebeu respaldo legal para o processo de regularização fundiária e melhoria habitacional, com a criação da Zona Especial de Interesse Social na área em que São Rafael está inserida (JOÃO PESSOA, 2012). Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, até 2013 a população de São Rafael era estimada em 1.430 pessoas (LUCENA, 2013). Mais recentemente, em 2019, o presidente da associação de moradores apontou que há mais de três mil residentes na comunidade[45]. Esse adensamento populacional, que praticamente dobrou nos últimos anos, agrava significativamente os problemas já existentes em São Rafael, caracterizando-a como o que Oliveira e Borges chamam de "periferia desurbanizada" (2018, p. 742).

Conforme apontado pelo Agente 01, a questão do saneamento básico há muitos anos é deficitária. Hoje, a comunidade tem o dobro de casas com uma encanação que não comporta o volume de residências, fazendo com que mais de 70% do esgoto já escoe diretamente no rio. Nesse sentido, o saneamento básico é colocado como um dos problemas estruturais mais urgentes da comunidade, pois frequentemente ameaça a residência de algumas famílias e atrai

[45] Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/14/moradores-da-comunidade-sao-rafael-em-joao-pessoa-tem-casas-invadidas-pela-agua.ghtml>>. Acesso em 24 jan. 2021.

as doenças “provocadas pelo esgoto, vem a poluição do rio” (Agt. 01).

A partir de estudos já realizados sobre São Rafael, aliados a entrevistas da presente análise, verifica-se que a comunidade é uma das mais antigas de João Pessoa e sofre recorrentemente com as inundações provocadas pelas chuvas (LUCENA, 2013; Agente 01 e 05). Segundo diagnóstico de Souza *et. al.* (2018), essas inundações comprometem pelo menos 33 residências da São Rafael, dos 277 imóveis da comunidade registrados na Prefeitura Municipal de João Pessoa até 2011. Machado (2017) afirma que a grande maioria das casas é de alvenaria, embora possam ser encontradas algumas famílias ainda residindo em casas de taipa. Estas últimas estão concentradas principalmente às margens do rio Jaguaribe, onde a urbanização é identificada como grave problema, apontado pelo Agente 01:

> A gente tem um problema sério que é essa questão da preservação do meio ambiente, porque a comunidade é ribeirinha, mas, cada dia mais, a própria comunidade vai invadindo essa área de meio ambiente, porque a comunidade cresce, porque o filho da pessoa lá casou, teve filhos, precisa construir uma casa, não tem habitação popular dada pela gestão ou não consegue comprar uma casa, tem que fazer um puxadinho no quintal da casa, esse quintal da casa invade o leito do rio e aí isso gera um monte de problema, porque quando chove a casa que tá no leito do rio ela alaga. Então, essa questão de urbanização da comunidade também é um problema sério que a gente vem enfrentando que inclusive a gente já tá discutindo há dois anos (Agente 01).

Nesse sentido, o descontrole na ocupação do solo, em consequência das restrições impostas pelo direito à cidade, faz com que as famílias, na ausência de alternativas para moradia, se acumulem às margens poluídas do rio Jaguaribe, susceptíveis a doenças e a enfermidades, o que é reconhecido nesse espaço como “problemas urbanos” (RIBEIRO, 2001, p.134; LEFEBVRE, 2001). De acordo com Raposo (2014), as casas foram erguidas em uma localidade ribeirinha, habitada por pessoas que não possuíam outra opção, configurando um espaço abandonado pelo Estado por muitos anos, que, segundo o Agente 01, era “sem saneamento, sem água, sem iluminação, sem nada”.

Com o intuito de superar esse cenário de exclusão, a organização comunitária foi fundamental para suporte às famílias, articulando-se com instituições internas e externas à comunidade, como instituições religiosas, que conseguiram calçamento, esgoto sanitário, a primeira escola da comunidade e posto de saúde. Entre as organizações históricas da própria comunidade, merecem destaque: EBE – Entidade Beneficente Evangélica; Assembleia de Deus Missão; Igreja Nazareno; Grupo de Alcoólicos Anônimos São Rafael; e AMCSR – Associação de Moradores da Comunidade São Rafael. No tocante às instituições externas de apoio contínuo à comunidade, sobressai a AMAZONA – Associação de Prevenção à AIDS; a INCUBES/UFPB – Incubadora de Empreendimentos Solidários; e a ESSOR – *Association* de *Solidarité Internationale*.

Desse modo, a organização nesse contexto urbano parece seguir como apontado por Max-Neef (1991) e Ávila *et. al.* (2001) quando a articulação comunitária com os agentes externos nesse espaço urbano serve como aliado impulsionador do progresso interno, uma vez que a ação isolada de grupos locais não consegue ter impactos reais no meio urbano, se não forem estabelecidas relações fortes, com planejamento e políticas externas. Nesse sentido, Ávila *et. al.* (2001) observa que, para que esse desenvolvimento local e sustentável no espaço urbano ocorra, é fundamental levar em conta o potencial interno da comunidade envolvida. Essa questão é enfatizada pelo Agentes 01, 02 03 e 04, os quais afirmam que a capacidade de organização comunitária, surgida a partir da associação de moradores, tem um papel crucial no processo do fortalecimento local em torno da São Rafael.

Em 1987, fundou-se a AMCSR[46], reunindo as diversas entidades que atuavam em torno da comunidade em atendimento aos interesses dos moradores. Com o decorrer dos anos, outras organizações constituíram-se na comunidade baseadas no legado da associação, como o CPCC – Centro Popular de Cultura e Comunicação. A partir dos anos 2000, passou-se a discutir a democratização da comunicação na comunidade e haver campanhas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, além de programas musicais. Nesse contexto, o CPCC surge em 2005, resultado da articulação da AMCSR com a AMAZONA e a EBE, assumindo uma das frentes cruciais mais recentes no processo organizativo da comunidade e se constituindo enquanto espaço de comunicação, cultura e produção independente, o que culminou na criação da rádio comunitária de São Rafael.

Em 2012, as parcerias da INCUBES/UFPB com o CPCC e com a ABRAÇO-PB – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária da Paraíba implementaram rádios comunitárias em algumas zonas periféricas da cidade de João Pessoa[47]. Com isso, a rádio Voz Popular é concretizada em São Rafael, constituindo-se mais um instrumento fundamental para o avanço das articulações locais. Interessante observar que a rádio difusora de caixinhas nos postes está disposta dentro e em torno da São Rafael, corroborando com a participação ativa da comunidade, fundamental para esse processo de desenvolvimento local no contexto urbano (LUCENA, 2013; OLIVEIRA e BORGES, 2018).

Até então, o CPCC coordenava não só a Rádio Comunitária Voz Popular, mas também

---

[46] Fundada com o nome de Associação da Vila São Rafael, hoje com a mudança estatutária feita em 2019 passa a ser Associação de Moradores da Comunidade São Rafael. Fotos frontais da associação no Apêndice C.

[47] Além da São Rafael, nas comunidades de Timbó, Citex e Roger. PROEXT Rádio: Fortalecendo A Voz Popular Na Região Metropolitana De João Pessoa. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/2PRACCOPACPROEXT2013783.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2021.

a padaria comunitária Grupo de Produção Jovem Pão, o Ponto de Cultura Voz da Periferia e o Banco Comunitário Jardim Botânico, do qual era entidade gestora. Contudo, em 2018 o CPCC, resolvendo ampliar suas as ações, mudou de nome e estatuto social, passando a se chamar Instituto Voz Popular – IVP. Segundo o Agente 02, essa mudança de nome é consequência de um processo de reconhecimento da força que a rádio tem na comunidade, bem como uma tentativa de garantir um espaço físico que suporte todas as atividades desenvolvidas.

Hoje, o IVP, além de coordenar todas as ações do CPCC, colabora com a construção da nova sede, que será o CCECOSOL – Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer[48]. Esse Centro pretende reunir área de trabalho e lazer para a comunidade sob as bases da economia solidária, com ambiente interno dividido em salas para telecentro[49], padaria, rádio, supermercado e banco comunitário; e externo, com campo de areia para práticas desportivas, horta comunitária, árvores frutíferas, bancos de praça e mesas para jogos de dominó, de dama etc.. A intenção principal, segundo os Agentes 01 e 03, é fazer desse CCECOSOL um espaço para reunir gerações, no seio do qual as pessoas mais velhas e os jovens da comunidade possam interagir.

Até 2013, em São Rafael 89,72 % das crianças de 7 a 14 anos frequentavam a escola e 58,46% da população residente na comunidade tinham entre 15 e 50 anos, sendo 84,61% dessa faixa etária alfabetizada (LUCENA, 2013). Nesse mesmo ano, em pesquisa de campo realizada na comunidade, foi detectado que a média da renda das famílias residentes era de até 1 salário-mínimo para 34,6% das famílias e de até 3 salários-mínimos para 56,9% do total (SILVA *et al*, 2014). Nesse sentido, é importante destacar o fato de o vínculo empregatício da maior parte da comunidade ser proveniente de atividades informais, exercidas fora da comunidade (MACHADO, 2017). Dessa forma, a Agente 04 afirma que a economia de São Rafael ainda é muito ruim, uma vez que "tem muitos profissionais e poucos empregos para eles" (Agt. 04).

Aliado a isso, a ausência de oportunidades de emprego e espaços de formação na comunidade é tido também como grave problema pelos Agentes 03 e 04, os quais ressaltam que uma das maiores dificuldades enfrentadas na mobilização da juventude é a forte presença do tráfico de drogas. Segundo esses Agentes, muitos adolescentes vão crescendo dentro dos projetos comunitários de formação cidadã, balcão de formação e emprego, entre outros processos educativos. Porém, a ausência de recursos para manter esses jovens com bolsas remuneradas faz com que haja um esvaziamento cada vez maior desses espaços formativos.

[48] Imagens da construção do Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer – Apêndice D.
[49] O Telecentro é entendido aqui como espaço de formação para acesso a computadores e internet, destinado a crianças, jovens e adultos, oportunizando a inclusão digital dessa população (Agt. 01).

Contudo, fazendo o caminho inverso, o Agente 03 destaca que “já fiz parte desse mundo do crime e graças a um dos projetos do banco, hoje tive a oportunidade de sair [...] de conhecer novos ares” (Agt. 03).

O desemprego é, de fato, ameaça recorrente na comunidade, aspecto esse que piorou no cenário da pandemia. Conforme o Agente 01, baseado no mapeamento socioeconômico realizado na comunidade, em 2012 tinham-se 29 estabelecimentos comerciais presentes na comunidade, “contando com aquela mulher que vende din-din e tal, porque o conceito de comerciante pra gente é diferente, né” (Agt, 01). Ainda de acordo com esse agente, em meio à pandemia, em 2020 foi realizado rápido levantamento de pontos comerciais presentes na comunidade, identificando-se cerca de 73 estabelecimentos, sendo um deles supermercado. Não obstante isso, o Agente 01 destaca que esse aumento não é positivo, uma vez que é resultado do crescente nível de desemprego:

> Ou seja, antes [em 2012] por mais que você tivesse uma renda baixa [..]você tinha uma renda fixa. Então não significa que você ter um comercio agora significa que você [vai] ter todo mês aquela renda que você tinha quando você era empregado. Então, é tanto que já teve gente que fechou, porque não tinha mais dinheiro para manter o negócio, não consegue vender e tal. Ou seja, esse é um problema que a gente começou a ver e que a gente já fez contato agora com a nova gestão, que assumiu a prefeitura de João Pessoa para dialogar como a gente pode ver com a prefeitura uma linha de crédito exclusiva para os comerciantes da comunidade de São Rafael pra atuar nessa questão (Agente 01).

Desse modo, na visão do Agente 01, com o aumento do desemprego na comunidade, reduz-se o volume de rendas fixas que entra em São Rafael por meio de trabalhos com carteiras assinadas, o que garante maior regularidade econômica circulando internamente. Contudo, é evidenciado pelo Agente 01 a tentativa de mobilização junto à prefeitura do município para acessar linhas de crédito para os comerciantes locais. Ou seja, na necessidade de superar esse cenário de ainda maior exclusão e desemprego, agentes da São Rafael atuam politicamente em soluções de problemas identificados na localidade, em acordo com as concepções de Harvey (2014) e Lefebvre (2001), à medida que indicam que é somente no momento que a política se concentra na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial, que será possível concretizar avanços capazes de transformar consideravelmente a qualidade de vida nesse espaço.

Assim, a permanência dessas famílias na comunidade é ameaçada não só pelo desemprego, mas pela qualidade da moradia que impacta ainda mais nos processos de acesso ao lazer e ao trabalho, consequência do espaço urbano brasileiro destacado por Villaça (2001). Contudo, atualmente há os seguintes equipamentos sociais na comunidade: Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael; Posto de Saúde da Família; Praça São Rafael; e a Rádio

Comunitária Voz Popular. São Rafael conta, ainda, com dois empreendimentos solidários: o Banco Comunitário Jardim Botânico e a padaria comunitária Grupo Jovem Pão, que surgiu com adolescentes da comunidade e se desdobrou na EcoLanches[50], com vendas na UFPB.

Localizada exatamente ao lado da área geográfica onde concentra a comunidade São Rafael, está a sede da Rádio Tabajara e o Jardim Botânico Benjamin Maranhão – conhecido também como Mata do Buraquinho, que pode ser identificada na Imagem 1 exibida anteriormente, considerada uma das maiores remanescentes de Mata Atlântica natural em área urbana do Brasil; dá nome ao Banco Comunitário de Desenvolvimento de São Rafael, conforme será exposto a seguir.

5.1.1 Banco Comunitário Jardim Botânico – BCJB: "O banco conseguiu mudar a história da nossa comunidade por nos possibilitar falar com orgulho do que fazemos aqui".

O nome dado ao BCD e seu símbolo são resultados de longo processo, conforme destaca Lucena (2013). Segundo a autora, houve concursos de nome e desenho na comunidade, a população apresentou sugestões e, entre os três nomes submetidos para votação, "Jardim Botânico" foi o eleito, assim como o símbolo da "Árvore do Abraço" (LUCENA, 2013, p.137). De mesmo modo, a definição de nome e imagens da moeda social foi realizada por meio de concurso na própria Escola Estadual de Ensino Fundamental São Rafael, elegendo-se "Orquídea" como nome da moeda e o desenho da nota baseado em registros de fatos históricos da comunidade, como o dos primeiros moradores – imagens apresentadas no Anexo III. Dessa forma, os símbolos que envolvem o Banco Comunitário Jardim Botânico e sua moeda social Orquídea (O$) refletem um conjunto de elementos permeados na comunidade São Rafael[51].

O BCJB foi fundado em 2013; atualmente, tem como entidade gestora o IVP, do qual utiliza o CNPJ. Contudo, os diálogos em torno da organização local sob as bases da economia solidária surgem bem antes. O Agente 01 ressalta que a rádio Voz Popular resolveu montar "um grupo de economia solidária" o início de 2005. Até então ninguém sabia muito bem o que era isso. Articulada com parcerias internas e externas à comunidade, a rádio produziu seu primeiro CD sobre economia solidária para distribuir em rádios comunitárias de toda a Paraíba e fundou

[50] Lanchonete situada no Campus I da UFPB, onde mulheres moradoras da comunidade de São Rafael produzem e comercializam alimentos saudáveis com apoio da INCUBES. Disponível em: << http://www.prac.ufpb.br/incubes/pt/index.php/projetos/106-probex-ufpb-2018-fortalecimento-do-empreendimento-economico-solidario-ecolanches-melhoria-na-solucao-de-planejamento-e-controle-da-producao-pcp>>. Acesso dia 26 abr. 2021.

[51] Uma curiosidade sobre o nome da moeda é que o Agente 01 revelou não saber de onde o nome saiu, pois nunca viu orquídeas na comunidade e supõe que o nome foi dado porque a flor malvão, ou "marvão", como alguns a chamam, é muito presente na região e frequentemente confundida com orquídea.

o primeiro empreendimento solidário da comunidade: a padaria comunitária do Grupo Jovem Pão, para poder remunerar os jovens comunicadores.

Com isso, é demonstrado que, na comunidade São Rafael, os diálogos em torno do campo econômico-solidário já permeavam as organizações locais, conforme critério estabelecido pela chamada pública (Anexo I). No entanto, a partir desse primeiro empreendimento solidário, observou-se "que um empreendimento de economia solidária era importante, mas ele sozinho não dialogava com essa economia solidária mais ampla no território" (Agt. 01). Assim, surgem as discussões em torno de um BCD. Para o Agente 02, o que levou a comunidade a querer implementar o banco comunitário foi a credibilidade que o Instituto Voz Popular tem junto à população:

> Porque assim, é um negócio meio estranho né? Um banco da comunidade, com dinheiro da comunidade [...] o que levou a comunidade a querer o banco comunitário não foi nem eles entenderem essa ideia de que fortalece a economia local e tal, porque aí eles vão aprendendo com o tempo, mas foi a credibilidade mesmo do instituto aqui dentro (Agente 02).

Na visão dele, foi primordial o IVP estar à frente da iniciativa, pois se fosse somente uma instituição de fora da comunidade, a ideia não seria aceita, principalmente pelos comerciantes. Assim, o apoio dos comerciantes locais ao empreendimento mostrou ter sido crucial. De acordo com o Agente 03, as necessidades estruturais da comunidade potencializaram essa articulação que objetivava atender os interesses dos comerciantes, de acordo com a carência dos moradores, pois "quando falta um gás aqui, ninguém quer vender fiado, o comerciante perde e o morador também [...] então o banco comunitário ia lá e emprestava o seu dinheiro sem juros, dividia em quatro vezes ainda" (Agt. 03). Portanto, a partir do atendimento a essas necessidades básicas, como acesso a gás e remédios, por exemplo, o Agente 03 destaca que o BCJB influencia positivamente a economia local e dá sustentabilidade à comunidade, na medida em que viabiliza o acesso a produtos e/ou serviços considerados essenciais. Entretanto, o único supermercado da comunidade não aceita a Orquídea, conforme testemunho do Agente 03:

> Hoje tem o supermercado aqui dentro que ele não aceita a moeda comunitária, só ele que não aceita. Os demais pequenininho aceita, mas ele não aceita, ele é supermercado e padaria. Mas ele não aceita a moeda comunitária porque ele não quer deixar [0,3%], zero virgula três é pouquíssimo, mas ele não quer deixar no banco para fazer o câmbio da moeda. Então, ele é o único que não aceita (Agente 03).

Esse fato revela a preocupação do Agente 03 com as orientações assinaladas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), Melo Neto (2008) e NESOL-USP (2015), os quais reforçam que a adesão desses instrumentos alternativos como a moeda social é fundamental

para dinamização da economia local; e que a aderência desses empreendimentos alimentícios da comunidade contribui diretamente para a proposta de desenvolvimento endógeno. Por isso, na tentativa de superar esse cenário, o Agente 03 enfatiza que o centro comunitário do CCECOSOL, que está em construção, vai ter um supermercado para aceitar a Orquídea.

Tais eventos reforçam a ideia de que a principal motivação para essa experiência é a oportunidade de renda, conforme indicado por Benini e Benini (2011). A questão econômica está no centro da discussão em torno da importância do BCJB para a comunidade, mas não se resume a isso. De acordo com a Agente 04, a visibilidade positiva que o BCJB trouxe para os residentes de São Rafael foi essencial. Para ela, a visão negativa ligada ao crime e à violência causava impacto profundo na identidade dos moradores, reconhecidos até então como "vixe, aquele povo, daquele lugar". Hoje, ela afirma que "o banco conseguiu mudar a história da nossa comunidade por nos possibilitar falar com orgulho do que fazemos aqui" (Agt. 04). Para a Agente 05, isso só foi possível porque a comunidade passou por diversos processos políticos, educativos e organizativos, que entende que a proximidade geográfica de São Rafael com a Universidade facilitou maior adesão à proposta cooperativa e solidária, conforme pode ser atestado no trecho de entrevista, a seguir.

> A comunidade já passou por vários processos assim educativos, tanto de educação formal e não formal, de processos políticos e organizativos. É uma comunidade que tá muito próxima da universidade, então tem muitos projetos de extensão que acontecem lá também, então, tem muita atuação do movimento estudantil também, dos movimentos sociais, dos movimentos populares, então tem muitas atividades que são inseridas dentro da comunidade, que fazem com que a comunidade vá ganhando essa sensibilidade a se abrir a essas propostas, e também ganhando essa perspectiva de solidariedade e essa própria inclinação pra a economia solidária (Agente 05).

Isso demonstra que articulações formais e informais facilitaram a adesão da economia solidária na comunidade, assumindo a frente enquanto movimento popular que dialoga com as diferentes formas de mobilizações sociais (FARIA e SANCHEZ, 2011). Contudo, desde 2019, o BCJB está sem sede física, pois cederam o antigo espaço considerado pequeno para investir os recursos na construção de uma nova sala, na sede do CCECOSOL. Ainda que sem espaço físico até o momento desta pesquisa, o BCJB executou as seguintes atividades: a) Assessoria aos comerciantes: Abertura e manutenção de MEIs – MicroEmpreendedores Individuais; b) Oficinas de formação em "re-educação financeira", MEIs e Economia Solidária com moeda social; c) Capacitações profissionais; d) Linhas de microcrédito; e) Uso da plataforma digital E-dinheiro; e f) Campanhas de arrecadação de recursos para a comunidade.

No tocante à assessoria aos comerciantes, os Agentes 01, 02, 03 e 04 destacam que a formalização desses empreendimentos por meio de MEIs está sendo a atividade mais executada

no atual cenário do BCJB. Sem sede física e no contexto da pandemia, o Agente 02 enfatiza que foram abertos um total de quinze cadastros de MEIs na comunidade e dez são mantidos com emissão de guias e/ou declaração anual de impostos por meio de assessoria fornecida pelo BCJB. Mas para isso, salienta que esses comerciantes têm que ser conveniados ao banco, seja aceitando a moeda social Orquídea com desconto na venda, seja destinando 1% do valor trocado em Orquídea ao fundo monetário do BCJB.

Quanto às oficinas de formação, o Agente 02 acrescenta que na de MEIs, explicam-se quais são as reponsabilidades com a manutenção legal do registro. Essa formação é quesito obrigatório para abertura do cadastro com a assessoria do BCJB. A reeducação financeira é realizada, com o intuito de comerciantes e moradores terem métodos de controle dos gastos financeiros. Durante a formação, já disponibilizaram até "joguinho [...] pra ele economizar dinheiro" (Agt. 02). Quanto à formação em economia solidária com moedas sociais, ela é explicada pela Agente 04 como oferta complementar de formação voltada a moradores e comerciantes que desejam atuar junto ao BCJB. Desse modo, evidencia-se que formação em finanças é acompanhada de atividades complementares, fundamentais para as relações de confianças, diferindo o papel desse microcrédito das demais práticas de microfinanças como enfatizado por Silva (2017).

As capacitações profissionais são realizadas por meio do Balcão de Formação e Emprego – BFE, uma parceria do ESSOR com o BCJB. Uma das iniciativas de seus organizadores é contactar empresas do Sistema S por meio do SENAC, a fim de concretizar as formações profissionais de menores aprendizes, adolescentes e adultos da comunidade. É uma ação que oportuniza participarem de cursos profissionalizantes com vistas à inserção no mercado de trabalho[52]. Segundo a Agente 04, por meio do BFE que, segundo ela, é um braço direto do BCJB, investe-se em cursos profissionalizantes que possam capacitá-los a atuar dentro da comunidade: "olha, tem uma vaga de emprego pra manicure [por exemplo], a gente sabe que dez pessoas se formaram aqui pelo SENAC de manicure, a prioridade é dessa galera" (Agt. 04). Para a Agente 05, esses cursos profissionalizantes são fundamentais para aproximar a juventude do BCJB.

Em relação ao microcrédito, é evidenciado que o Banco Comunitário Jardim Botânico conta com três linhas de crédito, com valor médio de até O$ 100,00, ofertada também em reais,

[52] Como exemplo de capacitações já realizadas, os Agentes 03 e 05 informam que os cursos são de eletricista, recepcionista, de operador de caixa de supermercado e de secretária. O Sistema S é composto por nove organizações voltadas à educação profissional e aos serviços de bem-estar social, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social do Comércio (SESC), entre outras instituições.

ou nas duas moedas concomitantemente, voltadas exclusivamente ao consumo das famílias para aquisição de i) alimentos; ii) gás de cozinha; e/ou iii) medicamentos. Segundo a Agente 05, os empréstimos beneficiam majoritariamente mulheres da comunidade, sendo a linha de gás de cozinha a mais utilizada. Ou seja, os microcréditos objetivam a garantia de sobrevivência das famílias de São Rafael, assegurando o acesso a itens básicos e atendendo a finalidade das finanças solidárias e dos BCDs, na satisfação das necessidades de consumo locais (SINGER e SOUZA, 2003; SILVA, 2017). Entretanto, em 2020 o BCJB deixou de ofertar microcrédito momentaneamente, atuando mais diretamente em ações externas ao banco (Agt. 04). Com isso, os recursos que seriam usados para conceder empréstimos estão sendo destinados a construção do CCECOSOL e a demandas urgentes dentro da comunidade, como "calçamento da rua [...] fez as bocas-de-lobo que não tinha" (Agt. 01), entre outras eventualidades imediatas.

No que respeita a plataforma financeira digital E-dinheiro, está sendo utilizada pela comunidade desde 2019 de maneira ainda incipiente, estimando-se cerca de quinze a vinte usuários regulares. Segundo os Agentes 01 e 02, "a gente começou a fazer o aplicativo rodar, em dois mil e vinte a pandemia ferrou mesmo" (Agt. 02) combinada a "nova versão" (Agt. 01) do sistema operacional do aplicativo. Com isso, apontam que não foi possível dar continuidade à disseminação da apropriação local a plataforma digital com os moradores.

Quanto às campanhas de arrecadação de recursos para a comunidade, é demonstrado que o BCJB está focado nas estratégias de mobilizações monetárias e não-monetárias, de doação *on-line* de recursos para "vaquinhas" (Agt. 02 e 03), bingos, rifas e outras estratégias, beneficiando, desse modo, as famílias em situação de maior vulnerabilidade desde antes da pandemia. Assim, as campanhas de arrecadação de recursos na comunidade não são recentes, essas estratégias foram utilizadas pelo BCJB anteriormente a sua fundação, com a intenção de angariar fundos para o lastro da sua moeda social, por meio das estratégias já descritas e de outras formas de mobilização monetária. O Agente 01 enfatiza que a transferência de renda tem outros propósitos além da noção de dádiva (MAUSS; 2003), como a realização da feira de agricultura familiar na comunidade São Rafael[53]. Do mesmo modo, a finalidade do BCJB compõe um conjunto variado de serviços necessários às famílias de São Rafael, satisfazendo, assim, os quatro eixos basilares para um BCD apontados pela Rede (2016), França Filho e Cunha (2009).

[53] A feira, com foco na agricultura familiar, expõe produtos provenientes de municípios e comunidades vizinhas à capital João Pessoa, realizada no espaço ao lado da antiga sede do BCJB, como exposto no Apêndice E.

De acordo com o Agente 03, o lastro da Orquídea, no início, era estimado em mais de O$ 15.000,00: “aqui era o lastro do banco de quinze mil orquídeas e tinha sempre o valor maior que era justamente para empréstimo, tipo assim, quando aqui faltar, isso aqui tem para cobrir, entendeu?!” (Agt. 03). Logo, além de contar com um fundo monetário para subsidiar o lastro da moeda, que “só pode circular de moeda social o valor que tem em real” (Agt. 02), o BCJB contava com uma reserva de recursos monetários, a fim de cobrir eventuais emergências.

Desse modo, percebe-se que, conforme orientações de Silva (2017), Junqueira e Abramovay (2005), essa organização busca sua sustentabilidade sem deixar de lado o alcance dos objetivos sociais junto ao seu público e ao seu território. Tal iniciativa prioriza sua forma de atuação, oferecendo produtos ou serviços monetários e/ou não-monetários de acordo com a realidade do público que objetiva envolver. Contudo, atualmente o Agente 01 assegura que o lastro da Orquídea está em torno de sete mil reais. Assim, constata-se que o Banco Comunitário Jardim Botânico teve queda significativa do volume de recursos monetários, reduzindo à menos da metade do fundo disponível desde a sua implementação. O Agente 02 aponta que essa queda é atípica e se deve à prioridade em destinar os recursos à conclusão da nova sede atualmente: “eu acho que quando a gente retornar as atividades agora quando terminar a construção, a gente vai ter que fazer um novo caixa aí para o banco” (Agt. 02). Com isso, é importante inferir que as dimensões solidárias viabilizam a continuidade dessa experiência enquanto empreendimento econômico solidário, a fim de determinar, afinal, em que perspectiva se apoia o seu desenvolvimento local. Para isso, serão aprofundados, a seguir, os alicerces dessas suas dimensões.

5.1.2 Dimensões solidárias do BCJB: “[...] espaço de informação e de inserção no mercado de trabalho, porque no fim o morador que consegue entrar no mercado de trabalho [...] é mais recurso que entra dentro da comunidade”.

A respeito das dimensões solidárias, nota-se que as práticas econômicas exercidas no interior do Banco Comunitário Jardim Botânico são permeadas pela relação plural desde a sua composição, como, por exemplo, nas atuações dos Agentes de crédito 02, 03 e 04, mediadores principais das ações do empreendimento dentro de São Rafael. O Agente 02, que inicialmente contou com bolsa para atuar no Banco, aponta que, da remuneração que recebia para executar sua função, destinava certo percentual para a constituição do fundo da moeda social Orquídea. Ele acrescenta que, em períodos de desincentivos de recursos monetários, dividia uma bolsa em duas, a fim de manter na ativa outra agente de crédito em períodos de cortes. Reafirmando essa assertiva, o Agente 03 relata que “se conseguir uma bolsa, ou duas bolsas, a gente divide entre

todos [...] caso também não conseguir, o banco continua funcionando". De mesmo modo, a Agente 04 ressalta que, desde o início da sua atuação junto ao BCJB, sempre trabalhou de maneira voluntária.

Consoante o seu histórico e levando em conta a forma de trabalho desses Agentes, o Banco Comunitário Jardim Botânico contou principalmente com incentivos não-mercantis e não-monetários desde sua fundação, por meio do apoio das universidades (ITES/UFBA e INCUBES/UFPB); dos subsídios não-governamentais; de parcerias com ONGs, como a AMAZONA e a ESSOR; de doações monetárias, mediante a mobilização de recursos junto à própria comunidade; e de subsídios governamentais, como o repasse federal da SENAES/MTE, o apoio do governo do estado paraibano e os incentivos da prefeitura municipal de João Pessoa, onde esses últimos disponibilizaram bolsas remuneradas para que o conselho gestor da época pudesse gerir a aplicação dos recursos nos primeiros anos. Todavia, essas fontes de recursos foram disponibilizadas especialmente nos quatro anos iniciais. Os repasses federais chegavam de maneira direta ou indireta até 2016, como ressalta o Agente 5: "o financiamento federal acho que dos últimos financiamentos ainda, antes do golpe" (Agt. 05).

Como notado, o desmonte da SENAES/MTE e das políticas públicas nacionais de economia solidária a partir de 2016, apontado por Silva (2018), impactou também nessa experiência de BCD, indicando um quadro de agravamento no acesso a subsídios governamentais em âmbito também estadual e municipal nos anos posteriores. Com o auxílio de projetos aprovados, nesses primeiros quatro anos o BCJB conseguiu apoio não-monetário dos governos municipal e estadual, entretanto, a partir de 2017, a situação geral começa a mudar. O Agente 03, quando questionado se o Banco recebeu algum tipo de apoio que não fosse financeiro, responde que "recebeu sim, uma ajuda mas foi justamente para computador, mesa, bebedouro e tal, isso aí foi da prefeitura que a gente conseguiu aprovar um projeto e veio esse recurso" (Agt. 03). Para as Agentes 04 e 05, a mobilização desses recursos também só foi possível porque alguns dos Agentes do BCJB tinham acesso à gestão pública estadual e municipal, o que proporcionou a mobilização de ações na localidade, como feiras nas proximidades de São Rafael, por exemplo.

> Acho que hoje é mais o governo estadual, mais porque tem amigos nossos trabalhando dentro do Estado, né? Sempre tá puxando alguma coisa pra cá. Essa questão da feira através de [...] que trabalha no governo do estado. Agora, financeira ou de outra forma, não. Tínhamos um projeto que era diretamente com o governo do estado, mas o projeto acabou, fechou. Aí o banco hoje tá se virando nos trinta (Agente 04).

> Na época também tinha parceria com prefeitura, com câmara é tanto que eles conseguiram fazer essa circulação muito bem na época [...] tinham sempre apoio para dar visibilidade, transitavam

> muito bem pelo governo do estado, então conseguiam ter essa visibilidade também em feiras, durante a feira de artesanato que acontece anualmente, então sempre tinha apoios nesse sentido de visibilidade, de parceria (Agente 05).

Nesse sentido, a Agente 05 afirma que o Agente 01 já participou da gestão pública estadual da Paraíba, compondo a Secretaria de Economia Solidária. Além disso, ressalta que a participação desse agente dentro da UFPB, como aluno, possibilitou a abertura do empreendimento solidário dentro do campus universitário.

> Ele [Agente 01] fez parte [secretaria] da Estadual, e ele era da INCUBES que eu não sei se ele ainda tá, porque a INCUBES é vinculada a UFPB então tinha essa parceria também muito forte com a UFPB que eles conseguiram abrir uma lanchonete, a Eco-Lanches onde tinham mulheres da comunidade que trabalhava na Eco-Lanches, então eles tinham uma rede assim muito boa, muito boa mesmo. O trabalho deles é admirável porque eles são muito articulados (Agente 05).

No entanto, os Agentes 01, 02 e 04 apontam que essa proximidade com a gestão pública não existe mais, impactando diretamente nos incentivos à manutenção do banco. Tal fato revela que, nos últimos anos, o diálogo com as atuais gestões públicas estadual e municipal em torno do campo econômico solidário praticamente é inexistente, não colaborando de maneira alguma, nem mesmo com a construção do CCECOSOL. Os Agentes afirmam que muitas das candidaturas eleitas já conheceram pessoalmente o espaço, mas não dão retorno ao BCJB.

> A gente já teve, no início, da prefeitura e no meio das ações do governo do estado, mas hoje nenhuma. São duas, tanto a prefeitura de João Pessoa, quando o estado da Paraíba, estão quase que com políticas zero para economia solidária, parceiro. As secretarias e coordenações que começaram boas, hoje não sabem nem o que é a política de economia solidária (Agente 01).

> Não teve assim um apoio [...], digamos assim, um apoio do poder público, entendesse? Para chegar, e ai 'ah, um centro de economia solidária, vamos chegar junto', não, eles vêm, visitam, todo ano vem [...] Dá parabéns, disse que é um projeto muito bonito, *tarará*, pronto. É mais na hora de chegar e dizer assim, 'vou fazer isso pra ajudar', não, entendesse? (Agente 02).

> A questão de espaço hoje a gente está com essa dificuldade da construção. Até veio muitas visitas, veio governo do estado, secretarias do governo, secretarias do município e não deram esse retorno para a gente (Agente 04).

Assim, os testemunhos indicam que o governo estadual paraibano e o municipal pessoense conhecem a experiência de BCJB, pois tiveram contato com os projetos e até visitaram a construção do CCECOSOL, mas só vêm períodos eleitorais, dificultando a continuidade dos trabalhos executados atualmente. Na tentativa de superar esse cenário, o BCJB recorre a fontes mercantis, com o intuito de viabilizar suas operações. A instituição conta com recursos provenientes da oferta de serviços, como microcréditos, assessoria aos comerciantes e uso da plataforma E-dinheiro.

A oferta de microcrédito mobiliza fundos para o BCJB manter-se, utilizando as Orquídeas, cujo valor está equiparado ao real. O montante fica concentrado no BCJB para

conceder mais empréstimos. A assessoria aos comerciantes é outra fonte de recurso mercantil para o BCJB, tanto pela adesão destes a essa moeda social, aumentando a sua circulação e potencializando seu lastro, quanto pela destinação de 1% do câmbio trocado por Orquídeas ao fundo de crédito do Banco. Já a plataforma E-dinheiro é utilizada em pagamentos ou recebimentos monetários, encaminhando-se 1% de todas as operações realizadas pelos usuários ao BCJB, para o fundo de crédito.

Desse modo, constata-se que, na lógica de mercado, o BCJB utiliza o mecanismo de trocas levantado por Polanyi (2012), em seus três tipos: operacional, na realização meramente locativa no câmbio das Orquídeas com os comerciantes; decisória, na arrecadação das movimentações apropriativas de trocas, com uma taxa fixa de 1% no uso da plataforma E-dinheiro; e integradora, a partir de uma taxa negociada na oferta de microcrédito. Contudo, os Agentes enfatizam que o montante proveniente dessas atividades mercantis não é suficiente para manter o pleno funcionamento do Banco, com seus efeitos percebidos a longo prazo, pois os juros do microcrédito é normalmente zero, o câmbio das Orquídeas ainda não circula o suficiente para remunerar o agente de crédito e o uso da plataforma E-dinheiro não tem volume significativo de adesão para gerar receitas significativas.

Assim, essas atividades desenvolvidas na ótica de mercado não geram ainda retorno monetário para o BCJB manter-se. Entretanto, nota-se que, nos casos mencionados para oferta de mais produtos e serviços dentro da comunidade, mesmo que não ofereçam retorno financeiro a curto prazo para manutenção do BCJB, eles geram retornos futuros. Desse modo, as atividades desenvolvidas servem de estímulo à inserção da comunidade no mercado de trabalho, proporcionando a mais pessoas oportunidades de renda dentro de São Rafael e fortalecendo o poder de consumo local. Essas ações oportunizam, portanto, o acesso a crédito e a um conjunto variado de serviços que atendam a necessidade dessa população, conforme os preceitos das finanças solidárias de Coelho (2003), melhor explicitado pelos Agentes 02 e 03:

> Espaço de informação, e de inserção no mercado de trabalho, porque no fim o morador consegue entrar no mercado de trabalho, vai entrar mais recurso dentro da comunidade, com esse recurso entrando dentro da comunidade, se ele consome mais aqui dentro, ou se ele faz o câmbio pra moeda social, aí fortalece mais ainda a economia local, é mais recurso que entra dentro da comunidade (Agente 02).

> Pronto é que nem um empreendimento que tá iniciando agora, o cara tá lá com dez gás e dez águas para vender, aí no momento ele foi lá e faltou, porque não tinha recurso pra repor, pra encher novamente, aí o banco vai lá e repõe e depois ele paga o banco sem juros, sem nada, só pra ajudar a manter aquele comércio aberto, essa é uma das funções que o banco comunitário daqui de São Rafael faz (Agente 03).

Da mesma forma, reforçam as assertivas de França Filho (2012), de Melo Neto e Magalhães (2008), segundo as quais as ações dos BCDs transcendem o fator econômico, ao estimular produção e consumo, focando não apenas nos empreendimentos individuais, mas no potencial desenvolvimento local. Para tanto, o BCJB se mantém atendendo a projetos aprovados tanto pelo próprio Banco, como pelo IVP, mediante apoios governamentais e não-governamentais, aliado a principal fonte na mobilização de recursos não-mercantis e não-monetárias dentro e fora da comunidade São Rafael, com trabalho voluntário e práticas de reciprocidade exemplificadas mais nitidamente nas palavras dos Agentes 02 e 04, a seguir.

> É remunerado não, porque na realidade hoje se mantém com projetos. Então, se não tem projeto aprovado, aí não tem como ter remuneração, né? [...] Mas aí varia né a renumeração, atualmente não tem, né? Mas se por acaso a gente aprova um projeto que tenha bolsa para o agente de crédito aí, já tem, né? Então varia muito, mas geralmente a gente é voluntário, porque independente do se tenha ou não tenha algum recurso a gente sempre está atuando (Agente 02).

> O que a gente tem hoje é através de projetos pequenos que a gente corre atrás pra fazer ou do bolso mesmo: 'Ah tem o recurso que tá entrando'. A gente bota no nome, porque vai para a pessoa física, recebe e vai para construção [do CCECOSOL] (Agente 04).

Assim, detecta-se forte relação cooperativa, quando, a partir de atividades remuneradas ou não, as ações dos Agentes envolvidos transcendem o fator econômico, contribuindo diretamente para a visibilidade e a permanência das ações do BCJB dentro, e em torno, da comunidade São Rafael, com formação, capacitação e atividades diversas, envolvendo também comunidades vizinhas. Os apoios recebidos de assessorias externas do BCJB foram por meio da ITES/UFBA e são mantidos graças ao INCUBES/UFPB, à AMAZONA, ao ESSOR e a outros acordos de cooperação, como as próprias capacitações do SENAC, oferecendo espaços de formação e capacitação profissional a jovens e adultos, não só de São Rafael.

Ainda que atualmente esteja sem a capacidade de remunerar regularmente seus Agentes, o Banco Comunitário Jardim Botânico conta com "três pessoas que atuam mesmo assim, direto" (Agt. 02) e oito considerados indiretos, atuando no Comitê de Avaliação de Crédito, no Conselho gestor e na assessoria externa do banco. Porém, segundo os Agentes 02 e 04, no contexto de pandemia, nenhuma dessas doações não-monetárias está chegando, mas as práticas de reciprocidade continuam. Nesse sentido, o BCJB contribui na destinação de recursos do fundo de crédito e/ou na formação de mutirão com a associação, a fim de suprir demandas específicas da comunidade, a partir de suas reinvindicações.

> Ah, teve uns dois anos, a rua de cima passou uma semana inteira sem água. E o pessoal: rapaz tá sem água, tá sem água e tá sem água. Como é que a gente vai fazer? Manda ofício e liga e nada. Homi, vamos fechar o trânsito, fecha o trânsito. Fechamos a [avenida] Pedro II, num instante veio o coordenador, o diretor, veio o *escambau* a sete resolver o problema. Quem

> puxou isso? A galera do instituto: 'Ah eu vi vocês fazendo a formação lá no banco Palmas'. Fazemos parte do banco. O banco é pra isso também (Agente 04).

Dessa forma, constata-se, por um lado, a dimensão política institucional desse empreendimento solidário dentro da comunidade baseado na experiência pioneira do Banco Palmas, conforme metodologia da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006); por outro lado, o enraizamento no tecido social local, ou comunitário, a partir do mutirão apontado por França Filho (2002), quando implica na articulação das necessidades e saberes para mobilização no plano local. Ainda no tocante a essa dimensão política em nível externo, ou institucional, é sabido que o BCJB age atualmente com determinada importância na comunidade São Rafael. Nessa perspectiva, o Agente 03 exemplifica a relevância do BCJB nos dias atuais no fortalecimento da organização local:

> Com a enchente do rio, o banco contribuiu mais para as pessoas mais necessitadas, não só com a enchente do rio, mas também nessa epidemia, o banco conseguiu 15 mil toneladas de alimentos que conseguimos através das redes sociais, parcerias tudo, e distribuímos não só nessas duas comunidades mas nas outras comunidades por fora, porque foi tanto alimento. Foi tanta coisa, tanta doação de roupa, de móveis, que deu para as duas comunidades e ainda deu pra mais comunidades e nisso tudo o banco foi fundamental pra isso, porque sem o banco não tinha como movimentar isso (Agente 03).

A partir desses exemplos, assim como de outros já citados, revela-se a existência de ação pública direta do BCJB em sua forma de atuação na realidade local. Articulando-se enquanto rede, o BCJB está inserido em redes nacionais e estaduais, como a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; a Rede Paraibana de Bancos Comunitários; a Rede de Educadores Populares em Economia Solidária da Paraíba; o Banco Nacional das Comunidades; o Centro Público de Economia Solidária do Estado da Paraíba; o Programa Mesa Brasil; e a Casa Pequeno Davi. Por estar articulado como rede em consonância com o recomendado por Passos (2007), o Agente 03 aponta que "o banco é o centro de tudo, ele não só abrange a São Rafael como a Padre Hildon [Bandeira] [...] Então o banco pega as duas comunidades, as duas associações e desenvolve no geral" (Agt. 03).

Nesse sentido, tal empreendimento revela as indicações de Silva Júnior (2016), quando, nas experiências de BCDs, vê-se a preocupação com o território a que pertencem, extrapolando a comunidade específica. No nível interno, a democratização nos processos decisórios é identificada pelos Agentes 01, 02, 03, 04 e 05 como aberta a quem desejar participar, mas com direito a voto cada representação de instituição envolvida na gestão do BCJB. Eles explicam que o conselho gestor do BCJB é composto por seis representações institucionais, três internas e três externas à comunidade, sendo elas o IVP, a Igreja do Nazareno, a Assembleia de Deus e Missão, a AMAZONA, o ESSOR e o INCUBES/UFPB. Já o Comitê de Avaliação de Crédito

é formado também por essas seis representações e mais uma cadeira, a dos comerciantes locais. Desse modo, identifica-se que a estrutura de gestão do BCJB não obedece a recomendada por França Filho (2012), pois há membros do CAC que estão fora do Conselho gestor.

Os Agentes 01, 02 e 05 indicam que as reuniões do conselho gestor acontecem mensalmente e as do CAC, quinzenalmente. Para o Agente 01 e 02, essa diferença de regularidade das reuniões ocorre porque nas do conselho gestor pensa-se em política de crédito e ações mais estratégicas do BCJB, por isso, na visão deles, "não tem sentido ser tão frequente" (Agt. 01), diferentemente das reuniões do CAC, que "só se não tivesse empréstimo que a gente não fazia" (Agt. 02). Porém, sem sede física desde o final de 2019, as reuniões não têm acontecido com essa regularidade. Ainda assim, a Agente 04 frisa que informalmente "toda semana a gente conversa" (Agt. 04), revelando que, apesar de não ter a mesma frequência, as reuniões permanecem, mesmo sem todas as representações. Para exemplificar como elas acontecem, o Agente 02 menciona que

> No caso o conselho [Gestor], o conselho a gente delibera sobre determinado assunto e vota, o que a maioria eleger, a gente, por exemplo, vamos fazer uma linha de crédito, sei lá, para construção, a gente ainda vai debater sobre isso, se a maioria concordar, então está feito, se a maioria não concordar, então não se faz, então geralmente as decisões são tomadas assim, no conselho gestor, com aprovação de todos ou da maioria (Agente 02).

Dessa maneira, identificam-se as práticas de autogestão no interior do empreendimento que, conforme indicado por França Filho (2002) e por Nascimento (2011), assumem aqui a dimensão política de sua ação, por abordar a democracia direta sem hierarquia, organizada da base para a cúpula, em que o poder de voto é paritário, predominando o interesse da maioria. Quanto ao grau de comprometimento desses Agentes nos processos decisórios, é evidenciado, nos exemplos citados, que a participação é unânime. Nesse sentido, o Agente 03 relata que, ao se identificar determinada necessidade, ela é acolhida para discussão no CAC. Quanto a esse aspecto, essa agente diz o que sente: "então eu me sinto importante demais para o banco, tanto eu como os demais" (Agt. 03). Contudo, o Agente 01 expressa que, apesar da autonomia para tomada de decisão, esse parece não ser um processo fácil: "nem sempre a gente acerta, porque mesmo às vezes a gente achando que essa é a melhor ideia, às vezes não é" (Agt.01).

Portanto, é possível perceber que o BCJB conta com certa autonomia institucional, por se articular com instituições internas e externas à comunidade, quer sejam de fontes próprias, quer sejam reciprocitárias ou públicas, revelando a diversidade de suas formas de mobilizar recursos de fontes mercantis, não-mercantis ou não-monetárias. Além disso, quanto às potenciais influências desses recursos na gestão do BCJB, a Agente 05 relata que, como as

demais representações que apoiam as atividades do BCJB, a assessoria externa não tem direito a voto para tomada de decisão sobre as ações do Conselho gestor ou CAC. Dessa maneira, eleva-se o potencial interno de mobilização demonstrado por Ávila *et al* (2001), quando, no contexto urbano, é recomendado que a própria comunidade assuma os riscos para pôr em prática seus saberes na gestão de suas condições e qualidade de vida.

Em relação à dimensão de infraestrutura do BCJB para gestão, ela é apontada pelos Agentes como suficiente para a operação. O empreendimento conta com 1 birô, 1 computador de mesa, 1 cadeira de escritório, 1 impressora, 1 notebook, 1 telefone e acesso à internet, mas que, segundo eles, falta um cofre. Nesse sentido, o Agente 01 enfatiza o desejo da gestão do BCJB em adquirir um cofre para guardar o montante monetário. Questionado sobre de que forma o BCJB guarda o recurso monetário do lastro da moeda social, o Agente 01 é assertivo: "Fica numa caixa de sapato".

> Lógico, não tô dizendo, a maioria dos bancos comunitários é assim: Ah naquela caixa de madeira, naquela mochila, outro naquela pasta. [...] **Não tem conta corrente de ninguém não**. Isso ainda é uma coisa muito amadora dos bancos, **mas eu acho que isso é o que garante essa história da importância das pessoas saberem o papel do banco, porque se tivesse já oficializado nesse sentido, as pessoas iam achar que era um banco convencional, não iam dar tanto valor nesse sentido. [...] Então, essa história da gente ainda ser amador nesse sentido é ruim por uma parte, mas acaba sendo bom também porque as pessoas entendem a importância de, por exemplo, guardar bem o dinheiro, de ser responsável e tal**, porque se a gente tivesse essa burocracia de colocar em conta corrente e tal (Agente 01, grifos nosso).

Desse jeito, os agentes avaliam que alguns processos considerados "atrasados" são entendidos como mecanismos importantes para apropriar a comunidade com tais práticas de responsabilidade. Para eles, a adesão a alguns processos considerados tecnológicos e seguros por instituições financeiras tradicionais não atende aos interesses dessa organização de BCD, por ser considerados inadequados para legitimar uma organização que opera sob as bases da economia solidária, em acordo com Singer (2002a). Em vista disso, nota-se que os meios de produção e os serviços produzidos são de gestão, controle e propriedade coletivos, segundo os preceitos dos empreendimentos solidários (CONAES, 2006). No tocante ao espaço físico, os Agentes explicam que o antigo espaço também era um imóvel próprio, suficiente para trabalhar, mas não adequado às necessidades estruturais do BCJB, uma vez que as salas eram compartilhadas com o IVP, em suas atividades, como padaria e rádio, o que limitava a regularidade de algumas ações do Banco, como descreve o Agente 01, a seguir.

> Então, por exemplo, a gente funcionava numa casa, um quarto era o banco, um quarto era a rádio, um quarto era a parte de escritório né? A cozinha era a padaria, então você fazia reunião, você atendia a galera do banco, sentindo o cheiro do pão no forno. Era *punk*, era menor que esse aqui [Associação de Moradores]. Então assim, o espaço era minúsculo, porque eram quartos da casa, a sala e tal. Então, hoje a gente já está construindo um espaço que vai ser adequado, um espaço

> só para o banco, um espaço só para a padaria, para rádio, com um espaço de lazer, que isso para a gente foi muito importante (Agente 01).

Os agentes afirmam que, no novo espaço em construção, haverá sala exclusiva para o BCJB em terreno próprio do IVP. Quanto ao acesso aos meios de produção e controle do que é realizado pelo BCJB, os entrevistados enfatizam o uso de planilhas no *Excel*, do *software* Corais[54], de documentos escritos no *Word* e de aplicativos de celular, para os aspectos de registros qualitativos, quantitativos e comunicação. Nas planilhas, realizam o controle de entrada e saída das Orquídeas, o registro das trocas no câmbio da moeda social e os dados dos empréstimos realizados, aliadas ao uso do *software* Corais; no *Word*, escrevem projetos e contratos para o BCJB; nos aplicativos de celular, acessam o E-dinheiro para movimentação da moeda social de maneira digital; e utilizam o *WhatsApp* para comunicação.

No entanto, essas tecnologias operacionais ainda não são utilizadas por todos, como confirma o Agente 03, que, para realizar sua função de agente de crédito, "utilizava o mão-a-mão que era [...] a gente sempre andava com caderno, uma caneta para anotar as demandas e também para anotar o que a gente via, e o que a gente não via, para passar pra direção do banco" (Agt. 03). Assim, quanto ao conhecimento técnico desenvolvido para operação do BCJB, depreende-se, pelos testemunhos colhidos, que a habilidade técnica com algumas ferramentas digitais não foi assimilada por todos os Agentes – sem que isso, no entanto, venha a comprometer a atividade, como apregoa o próprio Agente 03:

> Porque a gente sempre tem que estar acompanhando tudo o que tá acontecendo, a gente tinha que ver o rendimento da moeda se estava bom, se estava ruim, pra botar no relatório, então era assim, era acompanhamentos de porta-a-porta mesmo, a visita era feita de porta-a-porta [...] E como seria a aprovação daquele crédito? É vizinhos, a gente utiliza os vizinhos e os comerciantes né, como? Rapaz, aquela pessoa é boa pagadora, vai ter o retorno? Não vai ter? Mesmo assim tem vez que a gente ainda dá uma oportunidade para vê né?! Graças a Deus sempre funcionou aqui, sempre deu certo (Agente 03).

Os fatos corroboram a ideia de que, mesmo sem fazer uso das plataformas digitais, há acompanhamento dos beneficiários de crédito, o que indica que o serviço de microcrédito exercido pelo BCJB perpassa as relações de vizinhança, proximidade e reciprocidade apontadas por Polanyi (2012), pela Rede (2006) e por Silva Júnior (2016), impondo um controle muito mais social que econômico sobre essas atividades. Em vista disso, o BCJB, por meio de seus representantes, afirma estar em conformidade com as funções operacionais discriminadas por França Filho (2012): o agente de crédito, no cadastramento e no levantamento da vida pessoal

[54] Disponível em: <Corais.org>, é plataforma de software livre (Agente 01). Acesso em 07 mai. 2021.

do tomador de empréstimo, avaliado sob o crivo do CAC; e o Conselho Gestor, nas tomadas de decisões gerais.

Na gerencia das ações, a habilidade técnica se manifesta com procedimentos de controle operacional como apontado pela Agente 05 de "número de pessoas que estavam frequentando semanalmente [o banco], porque que caiu, o que é que estava acontecendo" (Agt. 05), além da organização da memória de tudo que é realizado pelo BCJB através de *blogs* e redes sociais virtuais. O *software* Corais é tido como problema pelos Agentes 01 e 02, por não satisfazer as necessidades informacionais da instituição, dadas as especificidades de gestão de um BCD. Nesse sentido, eles apontam a necessidade de desenvolver um sistema informacional próprio quando "os bancos hoje não têm um programa específico para alimentar, né? O sistema, tipo assim, esse é o sistema do banco, tal, não tem não, é algo que precisa ser criado" (Agt. 02) Essa limitação é também apontada pelo Agente 01 como fragilidade para gestão, conforme seu testemunho a seguir.

> Essa história do software ainda é um problema para os bancos assim, porque esse controle de moeda, de empréstimos e a gente precisa desenvolver um software [...] um software simples, mas ele precisa ter para fazer esse controle, né? Então hoje, basicamente estou usando o Corais, que de novo, não é um software adequado pra isso, embora tenha movimentação de moeda social no sistema dele, armazenamento de planilhas e documentos e tal, mas ele ainda não é um software para isso, pra gestão (Agente 01).

Assim, a necessidade de um *software* específico para gestão é identificada como demanda informacional para o BCJB. Ainda na dimensão da gestão, relacionando ao conhecimento desenvolvido na formação sociopolítica dos Agentes envolvidos no interior do empreendimento solidário, observa-se que as práticas operacionais são permeadas pela cultura cooperativa, de reciprocidade e liderança. O cooperativismo se manifesta de distintas formas, como no revezamento do compromisso direto desses Agentes com o BCJB, a fim de manter suas ações em pleno funcionamento e na higienização do espaço em que são realizadas as atividades; "por exemplo, se eu chegasse de manhã limpava a sala do banco, era [outro] de tarde que limpava" (Agt. 01). Nessa reciprocidade, enfatiza-se a responsabilidade compartilhada desses Agentes com as ações do BCJB, mesmo quando é necessário dispor de recursos próprios, o que pode ser notado no trecho de fala a seguir.

> A galera ia, fazia currículo, não sabia fazer a gente montava o currículo pra pessoa, dava os primeiros/ a primeira formação dele: 'olha, a questão da entrevista geralmente rola assim, é bom você se comportar assim'. A gente entrava em contato também com empresas, jovens menores aprendizes, levava o adolescente, levava o jovem para participar dessas primeiras entrevistas, acho que é um dos braços do banco importante e que até hoje a gente faz, mesmo na nossa casa (Agente 04).

Nessa perspectiva, revela-se a reinvenção do movimento cooperativista apontada por Paul Singer (2002b), segundo o qual, na cooperação, há a existência de interesse e objetivos comuns, compartilhando-se esforços e capacidades, com o intuito de gerir a propriedade coletiva, os meios de produção, a partilha dos resultados e responsabilidades, aliando autogestão à dimensão econômica e à solidariedade. Assim, é a formação de liderança que se manifesta, assinalada em todas as falas registradas nesta pesquisa, por meio da influência que esses Agentes têm para mobilizar a comunidade São Rafael, combinando pautas do BCJB a reinvindicações diversas, como a permanente luta por moradia, geração de trabalho e renda, entre outras, conforme expõem os Agentes 01 e 02, a seguir.

> Os meninos não são só agente de crédito, eles são educadores sociais, aí às vezes eles estão dando aula para os meninos de música, de reforço, de letramento, contação de história, aí do nada tem que vir para o estúdio da rádio, aí do nada tem que estar numa reunião com a prefeitura e o governo do estado, aí do nada tem que estar numa reunião com outros moradores de associações para discutir questão de reforma urbana (Agente 01).

> Fazemos também as visitas aos comércios que também são fora da comunidade, porque o banco também trabalha com geração de trabalho e renda, então a gente, um exemplo, o banco traz um curso de como a gente trouxe um curso de [...] operador de caixa de supermercado, então aí o agente de crédito também visita supermercados que possa empregar ou estagiar as pessoas que fizeram curso (Agente 02).

Isso evidencia que a proposta financeira exercida pelo BCJB está de acordo com as indicações de Silva (2017), acompanhada por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização, fundamentadas em relações de confiança, com foco na valorização do potencial e na resolução das demandas locais. Sem deixar de lado as finanças de proximidade, ressaltadas por Silva Júnior (2016) e por Junqueira e Abramovay (2005), as funções desenvolvidas pelo agente de crédito revelam a proximidade moral, ressaltada por esses autores, entre a concessão do microcrédito e a pessoa candidata a credor, fato que pode ser detectado na fala do Agente 03, a seguir.

> Então: ‘eu não tenho nada para comer hoje’. Como eu já escutei de muitas mães com filhos e assim eu que sou pai e sei o que é isso, de eu estar conversando com a mãe aqui e o menino pedir uma bolacha e a mãe dizer que não tinha e não tinha da onde tirar. Então aquilo dali me doía bastante e eu chegava para a direção [e dizia]: ‘oh, o pessoal aí é da bolsa família eles não têm condição, está necessitando tal e tal’. E o banco ia, mandava chamar e eu chamava lá o pessoal, se sentava, conversava e liberava o recurso de 200, 300, não sei. Sempre liberava o recurso e dividia para pagar em parcelas de 25 reais, 30 reais, a parcela mais alta que a gente tinha era de 50 reais (Agente 03).

Percebe-se que essa experiência está voltada para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, o que difere finanças solidárias das demais práticas de microfinanças com microcrédito, por estar atenta às dinâmicas de sobrevivência das famílias, priorizando chegar em populações excluídas do sistema bancário tradicional, contribuindo não

somente para a inclusão financeira, mas prioritariamente para o desenvolvimento humano integrado e sustentável, ao garantir acesso de famílias em situações de maior vulnerabilidade a empréstimos de pequeno montante, tendo como alvo e principais beneficiários, populações de baixa renda e/ou microempreendedores (COELHO, 2003; PASSOS, 2007; SINGER, 2009 e SILVA, 2017). Em suma, compreende-se que esse empreendimento econômico solidário apoia-se nas três dimensões solidárias sugeridas por Reis (2005), apresentando limitações gerenciais apenas no aspecto do *software* para ferramentas de gestão. Contudo, é importante evidenciar que as diversidades dessas práticas assumem diferentes características. Por isso, a seguir, pretende-se contribuir para o entendimento de como ocorre outra iniciativa de BCD em um contexto diferenciado, marcado pelos aspectos rurais.

5.2 Rio Grande do Norte – Banco Comunitário de Desenvolvimento na comunidade de Tabua: possibilidade de permanência no meio rural.

O Banco Solidário de Gostoso está presente da comunidade de Tabua, localizada num distrito rural do município de São Miguel do Gostoso/RN. O município compõe o Território da Cidadania do Mato Grande e teve a emancipação do seu distrito-sede já com o atual nome em 1997, pois, até o início da década de 1990, pertencia ao município de Touros/RN (CADÓ, 2017). Desde então, sua divisão territorial vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, fato apresentado por Aragão (2001) e que pode ser comprovado em consulta ao histórico do portal oficial da prefeitura. Segundo o censo do IBGE de 2010, o município de São Miguel do Gostoso possuía como a caracterização territorial área de 343,5 km², dispondo de sede e mais 23 distritos rurais, dos quais dez são assentamentos[55].

Contudo, 26 propriedades privadas ocupam 45,19% da área total municipal, indicando uma forte presença de latifúndios (LIMA, 2003). Em 2017, o Atlas Brasil apontou que 57,37% do espaço geográfico de São Miguel do Gostoso é de cobertura vegetal natural e apenas 0,68% da população urbana residente tem o domicílio ligado à rede de abastecimento de água, com o IDHM (2010) de 0,591 – IDHM Baixo (entre 0,5 e 0,599) e renda média da população inferior a um salário mínimo[56]. Por conta disso, o município de São Miguel do Gostoso atende os

[55] Além da sede de São Miguel do Gostoso, o município engloba ainda os distritos rurais de Reduto, Tabua, Freijó, Umburana, Baixinha dos França, Baixinha dos Vieira, Angico Velho, Cruzamento, Mundo Novo, Fazendinha, Angico de Fora, Morro dos Martins, Morro dos Paulos e Baixio; e os assentamentos Paraíso, Arizona, Novo Horizonte, Boa Esperança, Nova Esperança, Santa Fé, Antônio Conselheiro, Canto da Ilha 1, Canto da Ilha 2 e Ouro Branco. Disponível em: < https://site.saomigueldogostoso.rn.gov.br/pages/historico>. Acesso em: 01 jun. 2021.

[56] Dados coletado do Atlas Brasil <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 07 jun. 2021.

critérios definidos como prioridades pela chamada pública da SENAES/MTE nº 03/2010, ao apresentar um volume expressivo de população de baixa renda e com baixo IDH (Anexo I).

Até início dos anos 2000, o potencial produtivo característico de São Miguel do Gostoso esteve centrado no cultivo da mandioca e do caju, trabalhados em dois grandes grupos associativos presentes nas comunidades de Tabua e Baixinha do França, com 61,72% dos habitantes municipais residentes em áreas rurais até então (LIMA, 2003). Em 2020, a população de São Miguel do Gostoso foi estimada em 10.362 habitantes, com renda salarial média mensal de 1,8 salários mínimos e economia municipal voltada para três pilares: agricultura, pesca e turismo[57]. Além desses pilares, há um volume cada vez maior de parques eólicos no município que, junto ao turismo, trouxeram novos arranjos para São Miguel do Gostoso nos últimos anos. Conforme indica Cinthia Matos (2019 p.86), as empresas desses seguimentos turísticos e eólicos têm relevância significativa para arrecadação municipal, gerando empregos e ações sociais, porém encarecendo o custo de vida e impactando diretamente na presença cada vez menor de nativos, uma vez que muitos "venderam suas propriedades e se mudaram para áreas mais afastadas".

Ainda segundo a autora, a maior parte dos residentes naturais de São Miguel do Gostoso ainda vive com renda de até um salário-mínimo, deslocando-se frequentemente para municípios vizinhos, como Touros, ou até para a capital Natal, em busca de produtos e/ou serviços mais baratos (MATOS, 2019). Além disso, o município de São Miguel do Gostoso não conta ainda com correspondente bancário de qualquer instituição financeira, o que dificulta a permanência dos moradores em São Miguel, impulsionando-os ainda mais a buscar outros municípios próximos diariamente. Esse fato justifica, por tanto, a relevância da tentativa anunciada no relatório de fomento aos BCDs no Nordeste, que apregoava com um dos principais propósitos do Banco Solidário de Gostoso o fato de ele, quando implementado, ser correspondente bancário do município em Tabua (Anexo II).

Localizada a 18 km a oeste do centro, Tabua[58] é composta por aproximadamente 120 famílias, totalizando cerca de 600 habitantes (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). A comunidade é consequência da junção de vários núcleos familiares advindo de outras localidades e tem em seu histórico de luta, a defesa da terra contra inúmeras ameaças de expulsão e destituição de

[57] Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel-do-gostoso/panorama>. Acesso em: 02 jun.2021.

[58] Também conhecida como povoado ou distrito de Tabua, é identificada em alguns mapas mais antigos como "Tabua do Reduto", mas a comunidade não reconhece esse nome porque Reduto se refere a uma outra comunidade. O nome "Tabua" vem de uma raiz muito presente na localidade, utilizada como matéria-prima para diversos tipos de atividade.

seus meios naturais e condições de vida, conforme relatado pela Agente 06, a seguir.

> A comunidade da Tabua tem seu histórico de existência o surgimento que se baseia em luta e resistência pela ocupação da área [...][de pessoas] que foram se juntando em seus núcleos familiares vindo de outras localidades que não havia condições de continuarem por falta de condições de gerar sua sobrevivência e nesta área era possível a pesca e o plantio da agricultura de subsistência. Estes moradores, com característica de comunidades indígenas, foram se organizando na comunidade e com o tempo passaram a sofrer perseguições por parte de fazendeiros e empresários que identificavam a área como potencial imobiliário para o grande negócio, com isso a comunidade foi buscando apoio de organizações sociais (Agente 06).

Desse modo, Tabua se constituiu na ocupação da terra pelas populações tradicionais locais, que enxergaram na comunidade a oportunidade de morar num espaço que possibilitava manter as condições dignas de vida, com acesso à terra para plantio e à água para pesca. Não obstante, as perseguições aos moradores, iniciadas na década de 1980, obrigaram a comunidade a compor uma organização coletiva para pautar seus interesses de maneira institucionalizada, aliando-se aos apoios de organizações externas que fortaleciam a resistência no território. Assim surgiu a AMJPT – Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua, como assinala pesquisa realizada sobre a comunidade: "chegou um gringo, um italiano aqui, comprou um pedacinho de terra, cercou tudo e quis expulsar todo mundo, daí que surgiu essa luta de terra. A gente fundou a associação para poder se organizar e trabalhar com doce" (CADÓ, 2017, p.81). Nesse sentido, o Agente 10 atesta que

> No início dos anos dois mil, por exemplo, teve uma resistência muito grande, porque alguns moradores da comunidade inclusive, queriam vender a terra, queriam vender a lagoa [...] Então a associação foi importante pra resistir e fazer enfrentamento e dizer que não, a lagoa era nossa, era da comunidade e não podia ser vendida. [..]É nesse sentido que a associação ela trabalha, de organizar as pessoas pra garantir seus direitos, não necessariamente o banco foi que fez essa transformação, o banco é uma estratégia dentro da associação, a associação é maior de que o banco (Agente 10).

A fim de dar cabo a esse intento, a AMJPT se articulou, desde antes de sua fundação, com instituições externas, como o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos e Comunitários; o Serviço de Assistência Rural – SAR; o Movimento Sem Terra; o Centro de Direitos Humanos; a Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC; o Centro de Estudo e Assessoria Herbert de Souza, entre outros. Foram essas instituições que, segundo a Agente 06, incentivaram organizações comunitárias por todos os assentamentos como estratégia de fortalecimento para diversos campos de luta. Nessa perspectiva, é notável que Tabua evidencia o enfoque de desenvolvimento local rural, destacado por Kageyama (2004) como exógeno e endógeno, por resultar da combinação de forças internas e externas à comunidade.

Assim, a AMJPT é consequência da hibridação de processos de organizações na luta pela terra a partir da década de 1990, consolidando-se em 2000 (CADÓ, 2017; Agt. 10). Nesse

sentido, o Agente 11 enfatiza que, por ter a AMJPT, a comunidade de Tabua está à frente das demais: “eu digo que tão um passo à frente das demais, que a comunidade Tabua tem uma certa organização [...] Que se organizando consegue melhorar as novas gerações”. Por sua vez, o Agente 10 indica que constituir a associação aliando-se a outras organizações locais foi fundamental para constituição do Banco Solidário de Gostoso:

> Desde sempre a comunidade se organiza em torno de pautas coletivas. No final dos anos oitenta a comunidade se organizou na luta pela terra e a partir daí dessa luta pela terra criou-se um contexto de organização [que] surgiu a associação, grupo de jovens isso na década de noventa, grupo de mulheres e em dois mil e um, [quando] mais precisamente, foi criado a Associação de Mulheres, Jovens e Produtores da comunidade de Tabua, a qual hoje é coordenadora é a gestora do banco [...] foi todo esse aprendizado de vários anos aí de luta e de organização, aprendendo, errando e construindo, mas acho que isso foi o norte assim (Agente 10).

Desse modo, a AMJPT se insere na defesa de um conjunto de pautas que objetivam a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem na Tabua, entre elas a agroecologia, a agricultura familiar e o desenvolvimento local (CADÓ, 2017). Para tanto, Cadó (2017) resgata que a associação atua ligada a empreendimentos solidários para geração de renda, como a produção de doce de caju, o artesanato, o cultivo do mel de abelha; e ao próprio Banco Solidário de Gostoso.

Em relação às atividades comerciais oferecidas na comunidade, um mapeamento realizado pelo Banco Solidário de Gostoso, em 2019, identificou que 29% estão voltados à comercialização de alimentos, 23% ao comércio de bebidas e cigarros, 20% à produção e venda de doces, 14% ao comércio de bazar/variedades, 7% à distribuição de gás/água e 7% ao comércio de combustível (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Segundo dados desse levantamento, a maioria dos empreendimentos produtivos é de responsabilidade das mulheres e há predominância do trabalho familiar. Quanto ao uso da agricultura em residências de Tabua, a pesquisa indica que 39% das famílias cultivam algum item, dos quais 23% dessa produção é voltada exclusivamente para a subsistência e 77%, para fins de comercialização (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Para a Agente 07, a produção para a comercialização não é maior porque há apenas um poço comunitário:

> No inverno tem feijão e milho, a horta é só para consumo. Porque para comercialização precisa ter um poço e aqui na Tabua só tem um poço comunitário. Não há poços individuais nas residências para irrigação do plantio, somente [eu] consigo trabalhar com horta para comercialização, as outras residências só produzem para consumação. Há também artesanato e o trabalho com doce, mas há muitos jovens parados [...] A internet na comunidade é boa (Agente 07).

Em relação a esse aspecto, atesta-se que o acesso à água e a processos de trabalho mais modernos, por meio da inclusão digital, é fundamental para continuidade de trabalhos ligados

à terra, como também um indicativo de permanência das novas gerações ligadas ao campo (CARNEIRO, 1998). Assim, 51% das fontes principais de renda das famílias residentes são provenientes da prestação de serviços domésticos e 42%, de benefícios previdenciários e/ou programas de transferências de renda (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Dessa maneira, mesmo sem a comunidade de Tabua estar diretamente ligada aos pilares econômicos do centro, o meio rural aqui não se resume à agricultura nem à pecuária, reforçando as afirmações Da Silva (1997) enquanto novo rural brasileiro.

A média mensal de renda familiar em Tabua é em torno de R$ 1.397,65. No entanto, esse dado esconde a realidade de 38% das famílias que sobrevivem com renda abaixo de R$ 500,00 (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Além disso, as condições de registros das moradias de Tabua revelam um quadro preocupante, em que a maioria das residências não possui títulos das terras. A presença cada vez mais recorrente, e mais próxima, das usinas eólicas em torno da comunidade remete que as ameaças antigas de expulsão da terra, podem continuar presentes na realidade local (NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Nesse contexto, a Agente 08 e os Agentes 10 e 11 apontam que a presença de parques eólicos em torno da comunidade já impactou diretamente a dinâmica natural de Tabua, seja provocando doenças, ao levantar poeira com o tráfego frequente de veículos de grande porte na comunidade, seja ofertando empregos. Essas circunstâncias dividem a opinião da Associação de Moradores sobre as consequências dessas empresas em torno da comunidade. O Agente 08 comenta esse processo: “Tabua é uma das rotas das eólicas, então tem até relatos das pessoas que já ficaram com problemas de garganta por conta da poeira e tudo” (Agt. 08). Os Agentes 10 e 11também destacam essa questão:

> Um grande empreendimento de um parque eólico, por exemplo, ele se instala próximo à comunidade e isso afeta de forma muito grande a toda vida ali da comunidade. Porque a quantidade de carros que começam a passar dentro da comunidade é enorme, isso afeta a saúde das pessoas, porque quanto mais carro passa na comunidade, mais levanta poeira por não ser asfaltado (Agente 10).

> Teve um atrito que parte da comunidade queria fechar a comunidade que a eólica não poderia passar, porque estava ocasionando muita poeira e tinha outra parte da comunidade que não queria que isso [...] tinha muitas pessoas da comunidade trabalhando na eólica e ia ser prejudicado, aí a associação tomou a frente, organizou a reunião e decidiu em conjunto (Agente 11).

Essas falas revelam a questão da pluriatividade e da multifuncionalidade dos espaços rurais apontada por Da Silva (1997) e por Schneider (2005), uma vez que, ao mesmo tempo em que a presença de atividades modernas provoca benefícios, como mudanças no sentido da terra, diversidade de empregos e estabilidade sazonais de fontes de renda para as famílias, ela também traz consequências negativas, como a apropriação em larga escala de terras, os impactos no meio ambiente e outros efeitos. Essas questões devem ser consideradas por esses Agentes

quando propõem analisar o desenvolvimento local sustentável no rural. Por isso, Martins (2014) chama a atenção para o fato de que, desde que essas inovações no meio rural não deixem de lado a sua sustentabilidade, a identidade local e as práticas saudáveis para as comunidades envolvidas, tais métodos podem ser considerados instrumento de afirmação ou ameaça à sobrevivência nesses espaços.

Mesmo tendo que se deslocar frequentemente para outros municípios para ter acesso a correspondente bancário e/ou buscar produtos e serviços mais baratos, a população de Tabua tem um volume significativo de suas compras provenientes de feiras e mercados em torno da própria comunidade. De acordo com o mapeamento realizado, 80% das famílias residentes em Tabua consomem em "feira livre da comunidade" e quase 40% em "mercados locais" (NASCIMENTO et. al., 2020, p.14). Ou seja, a comunidade de Tabua possui um potencial relevante para o consumo interno, fortalecendo o indicativo para constituição da rede de produtores e consumidores locais, destacado por Silva Júnior (2016) e por Rigo e França Filho (2017) como fundamental para o desenvolvimento endógeno da economia local.

No atual cenário, a comunidade conta ainda com os seguintes equipamentos sociais: duas praças, um poço de água, um posto de saúde da família, uma escola fundamental, um campo de futebol, uma quadra de areia e uma igreja, a qual é mencionada pelo Agente 09 como de uso público, por dar lugar a diversas formações para habitantes da Tabua. Além desses espaços, o Agente 11 enfatiza ainda que são de uso público a casa de farinha, a fábrica de doces e o espaço físico da associação, que também é um centro comunitário utilizado como ambiente para reuniões diversas e salão para festividades promovidas pela comunidade[59]. Atualmente, o espaço físico da AMJPT é onde funciona o Banco Solidário de Gostoso, que será melhor abordado no subtópico seguinte.

5.2.1 Banco Solidário de Gostoso – BSG: "[...] a gente era muito carente de dinheiro, muito, muito, muito, aí no que o banco chegou facilitou a nossa situação."

A opção por São Miguel do Gostoso enquanto município inaugural a receber o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte não foi por acaso. Nota-se que a escolha por esse município, bem como pela seleção da comunidade de Tabua, é permeada pela aderência local às práticas associativas e de educação popular, conforme indicada pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo (CADÓ, 2017). Aliado a isso, o relatório de

[59] Imagens do centro comunitário onde está a Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua, fábrica de doces e casa de farinha no Apêndice F.

execução das iniciativas de finanças solidárias no Nordeste indica que a ocorrência de um Fórum local que debate o desenvolvimento com os movimentos sociais de São Miguel do Gostoso mostrou ter sido outro fator decisivo para escolha do município (Anexo II). A partir do FOPP – Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso[60], em 2011, o Agente 09 aponta que foi definida a escolha por Tabua porque a AMJPT foi a única participante com CNPJ regularizado para ser entidade gestora do BSG, atendendo aos critérios legais definidos pela Chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 (Anexo I).

Por meio do FOPP, houve várias reuniões provocadas pela a AMJPT, mobilizando a comunidade para a implantação do Banco Solidário de Gostoso até o final de 2012, com o objetivo de promover a formação em economia solidária, definir o nome do banco, sua moeda social e as linhas de crédito. Entre as diversas reuniões realizadas nesse período, o Agente 11 salienta que foram decididos todos os detalhes do Banco Solidário de Gostoso em praticamente uma reunião para cada pauta, o que pode ser visto no trecho de fala a seguir.

> Foram várias reuniões, mas em cada reunião a gente decidia o que estava proposto na pauta [...] na verdade foi tudo votação, surgia vários nomes, todo mundo tinha a opção de dar o nome e vários nomes foram sugeridos [...] todo mundo falava um nome que achava que ficaria legal e depois todos os nomes foram colocados para votação. O que ganhou foi o Banco Solidário de Gostoso e o nome da moeda é igual, saiu vários nomes de moeda: moeda São Francisco; moeda Tabua e tal, ganhou foi moeda-solidária de Gostoso (Agente 11).

Desse modo, definiram-se o nome do Banco Solidário de Gostoso e a sua moeda social, que aqui assume outro conceito, agregando *solidária* ao invés de *social* ao nome da moeda de circulação local. A moeda solidária do Gostoso (G$) envolve um conjunto de elementos que resgatam características presentes no município, como registros territoriais, culturais, frutos locais e dados históricos – ver imagem no Anexo IV. O Banco Solidário de Gostoso foi fundado na Tabua em 2012 (Anexo II). Contudo, o diálogo em torno da economia solidária surge, pelo menos, dois anos antes, conforme afirma o Agente 09, enfatizando que as reuniões de formação não eram restritas à comunidade e envolviam "fazer formação com todo mundo da região" (Agt. 09).

Para tanto, as mobilizações locais compreenderam um "diálogo com os comércios, os proprietários na época para aderir a moeda, então houve uma apresentação sobre a economia solidária e o que era essa proposta" (Agt. 08). Nessa perspectiva, o Agente 11 enfatizou uma das estratégias para mobilizar a adesão de comerciantes locais à moeda social: articulando-se

[60] Criado em 2000, o FOPP é um espaço para as associações espalhadas no município se reunirem, a fim de debater dificuldades e organizar projetos de forma a gerar qualidade de vida para as comunidades envolvidas. A maioria das organizações presentes advém da área rural (LIMA, 2003). A Agente 08 afirma que essas reuniões acontecem geralmente toda terceira sexta-feira do mês, mas pode variar até hoje, 2021.

“promoções em alguns supermercados, isso aí é mais em diálogo mesmo que a gente conseguiu uma vez pegar essa promoção (Agt. 11). Aliado a isso, logo após sua fundação, o BSG ganhou expressiva repercussão local e até nacional[61], fato que é ressaltado pelo Agente 06: “[o BSG] tem um reconhecimento público, ele nasceu já com uma luz aí aparecendo bastante nas mídias, isso foi uma coisa que a gente percebe [...] ganha uma proporção midiática da moeda social, de um banco que é modelo” (Agt. 06). Para os agentes, o BSG tem certa influência na constituição e/ou ampliação das organizações econômicas locais em torno da Tabua.

A Agente 07 é uma das mais antigas moradoras e liderança atuante na comunidade da Tabua, que hoje preside a associação e é membro-fundadora do BSG. Ela explica como as informações acerca do Banco Comunitário de Desenvolvimento chegaram à comunidade: “era uma coisa nova [...] via que era uma coisa boa porque a gente assistiu um filme [...] que era o banco Palma” (Agt. 07). O fato evidencia a metodologia da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) adotada na implementação desse BCD, ao abordar a experiência pioneira no período formativo como modelo para a visualização empírica de sua própria experiência, conforme descrito na literatura. Nesse sentido, os Agentes 08 e 10 reforçam que “o banco nasceu para ser um braço econômico da comunidade, das associações, dos grupos organizados de São Miguel do Gostoso [...] desde o microcrédito até a questão de fazer oficinas de economia solidária” (Agt. 10).

O fundo de crédito foi constituído com recursos provenientes da arrecadação monetária junto à comunidade da Tabua recorrendo-se a bingos, rifas, torneios de futebol e doações – “algumas instituições doaram algum recurso mínimo para gente poder juntar o mínimo” (Agt. 10). Com isso, conseguiram, no início, mobilizar um fundo de R$ 1.911,00. Assim, “o que que era essa proposta [de economia solidária] e aí meio que depois ficou muito focado no de garantir a aplicação do crédito” (Agt. 08), pois “acima de tudo, pela exclusão do crédito, [...] a falta de acesso a serviços bancários que a comunidade tem” (Agt. 09) impulsionou a adesão local ao banco comunitário. Nessa perspectiva, a Agente 07 destaca o impacto que o BSG teve na comunidade a partir do acesso ao microcrédito:

> Quando o banco começou eu não tinha nem um filho meu trabalhando, eu não trabalhava a não ser na minha horta que sempre trabalhei na horta e na fábrica [de doces]. A gente era muito carente de dinheiro, muito, muito, muito, aí no que o banco chegou facilitou a nossa situação, a gente precisava de um dinheiro: vamos ali no banco. [risos] era bom demais [...] a gente fazia os empréstimos e ia pagando, como eu tinha meu bolsa família, eu fazia um empréstimo de 150

[61] A partir de 2013, diversos portais de notícias, jornais locais e nacionais de grande circulação noticiam a experiência com títulos de reportagens “Cidade do interior do RN cria moeda própria para incentivar economia local” (g1.globo); “ São Miguel do Gostoso cria moeda própria para incentivar economia local” (potiguar notícias); “Cidade do RN lança o dinheiro 'gostoso' para bombar economia local” (economia.uol), entre outras matérias.

> conto e ficava pagando três meses, em três meses eu pagava. Todo mês 50, todo mês 50 (Agente 07).

Tal testemunho enfatiza que essa experiência está voltada a um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas assistenciais e de políticas de distribuição de renda, que garantem o pagamento dos empréstimos e a baixa inadimplência. Assim, ainda que acesso ao crédito individual seja a principal motivação dessa experiência de microfinanças, não se resumem a ela. É identificado que essa proposta de microcrédito amplia a ideia inicial de microfinanças, por possibilitar acesso a crédito a pessoas em situação de maior vulnerabilidade, reafirmando o compromisso das finanças solidárias com o desenvolvimento humano integrado e sustentável (PASSOS, 2007 e SINGER, 2009).

Nesse sentido, o Agente 10 aponta que o Banco Solidário de Gostoso é consequência de outras organizações econômicas pré-existentes na comunidade da Tabua: “já tinha algumas outras atividades e o banco era uma ideia de contribuir um pouco mais com o desenvolvimento sustentável da comunidade” (Agt. 10); “surgiram junto com o banco a casa de farinha, a fábrica de doce, o grupo de mulheres que trabalha com a carnaúba, um grupo que trabalha com tábua, para ampliar porque é uma família que hoje desenvolve essa atividade então como ampliar essa atividade?” (Agt. 06). Uma das preocupações atuais é disseminar formação e/ou acesso ao crédito para ampliar essas atividades já realizadas na comunidade.

Cadó (2017, p.77) reforça a relevância que o BSG teve para mobilização de empreendimentos individuais e coletivos na Tabua, porém com a ressalva de que as condições materiais e políticas dos Agentes envolvidos comprometeram “a constituição mais robusta do fundo de crédito, dessa forma, inviabilizando o protagonismo dos empreendimentos solidários para o desenvolvimento local”. Essa assertiva é compartilhada por Tamires Costa (2019) em pesquisa realizada na comunidade, segundo a qual somente 20% dos empreendimentos locais aceitaram os Gostosos, comprometendo o fluxo da moeda social. Dessa maneira, apesar de determinada relevância municipal com a significativa publicidade em sua fundação, o Banco Solidário de Gostoso até o momento desta pesquisa não conta com qualquer subsídio governamental do município.

Tal fato contrasta com as orientações de Rigo e França Filho (2017), visto que, apesar da expressiva divulgação da experiência recomendada pela literatura, a mobilização interna do uso das moedas sociais em São Miguel do Gostoso e em torno da Tabua ainda não apresenta o intuito básico de aceitação dos Gostosos na maior parte dos empreendimentos comerciais. Baseado nessa literatura, a redução e/ou baixa circulação dos Gostosos pode ser consequência

da diminuição dos esforços tanto na divulgação da moeda internamente, como na utilização concentrada da moeda social em atividades específicas, pelo volume de acesso da população local a benefícios assistenciais e/ou previdenciários que não fazem uso da moeda social.

Além disso, outro fator que indica a baixa aderência aos Gostosos é o de que, apesar do significativo consumo apontado na "feira livre da comunidade" por Nascimento *et. al.* (2020), o BSG ainda não promove feira junto aos produtores locais. Dessa maneira, percebe-se que o BSG atende a três das quatro finalidades básicas para constituição de um BCD, conforme apontamentos de França Filho e Cunha (2009), quais sejam: capacitação em economia solidária; moeda social circulante; e fundo de crédito solidário, não contribuindo com a constituição de feiras com produtores locais, apesar do potencial de consumo interno.

O BSG, atualmente, conta com lastro para fundo de crédito de R$ 4.000,00, valor tido como insuficiente para manter as operações do banco, destinado exclusivamente para a oferta microcrédito. Para tanto, o valor correspondente em Gostosos fica num cofre localizado no interior do Banco Solidário de Gostoso, guardado somente em moeda social. O valor do lastro correspondente em reais fica numa conta bancária da Caixa Econômica Federal, como medida de segurança do empreendimento na comunidade da Tabua. Quanto aos serviços oferecidos, o Banco Solidário de Gostoso oferta: i) linhas de microcrédito; ii) acesso à plataforma E-dinheiro; e iii) capacitação em economia solidária e finanças solidárias.

No tocante às linhas de microcrédito, os Agentes explicam que são três: duas para consumo, concedidas exclusivamente em Gostosos, e uma para produção, ofertada tanto em Gostosos como em real. Para consumo, os microcréditos dividem-se em crédito-jovem – para pessoas de 16 a 24 anos – com valor de até G$ 50,00 e o crédito-mulher cujo montante é de até G$ 100,00, por pessoa. Para produção, a quantia é de até G$ 150,00, que pode também ser em reais, ou misto. Para exemplificar, a Agente 07 cita que

> Era o crédito jovem. Tinha o crédito [...] que a gente podia fazer para comprar alguma coisa que a gente tivesse precisando em casa, que eu até fiz uma vez pra comprar semente pra horta, pra pagar as minhas contas nas bodegas, eu fiz um assim. Tinha esse crédito aí e tinha pra fazer criação de galinha, de porco [...] pra oficina, quem quiser trabalhar com oficina (Agente 07).

O Agente 07 frisa que havia microcréditos para consumo, ao suprir necessidades das famílias, priorizando o seu acesso a mulheres e jovens, e para produção, seja para aquisição de animais produtivos, seja para empreendimento voltado para serviço, como oficina. Desse modo, apreende-se que as linhas de microcrédito estão atentas às dinâmicas de sobrevivência das famílias, na medida em que existe essa prioridade. Contudo, a fronteira do que seja consumo e investimento não é simples de ser definida. Dada a instabilidade de renda, percebe-se a

dificuldade em estabelecer o que seja o crédito destinado exclusivamente à produção e/ou ao consumo, conforme assinalado por Silva (2017), visto que as produções também podem ser para autoconsumo, exemplificado numa linha de microcrédito para ser utilizada na agricultura:

> Tinha pra trabalhar na terra, se a gente trabalhar com a terra, era pequeno o crédito, mas também porque nossas terras também é pequena. À medida que a gente fosse desenvolvendo ia crescendo não era? [...] eu não me lembro não do tanto de crédito que tinha. Tem, na verdade, é só (Agente 07).

Infere-se, com isso, que as práticas de microcréditos no Banco Solidário de Gostoso dirigem sua forma de atuação em consonância com os pressupostos dos BCDs, levantados por Junqueira e Abramovay (2005) conforme o seu público e o seu território. Porém, o Agente 11 ressalta a necessidade de atualizar essas linhas de crédito, revelando-se a face do novo rural brasileiro apontada por Da Silva (1997), quando as necessidades atuais não são as mesmas do passado e o recurso disponível do fundo de crédito não as acompanha na mesma proporção de crescimento conforme a demanda,

> Porque os anseios da comunidade mudaram, quando o banco começou há dez anos atrás era criação de galinha, era um plantio, era uma coisa mais pouca que o dinheiro dava pra resolver, hoje o pessoal tem mais novas demandas, as demandas cresceram e o recurso, o fundo do banco não, não cresceu na mesma proporção (Agente 11).

Esse fato ressalta a necessidade de se expandir o fundo de crédito bem como atualizar os valores das linhas de créditos conforme a realidade atual da comunidade. Do mesmo modo, o próprio uso da plataforma digital E-dinheiro parece não estar acompanhando o ritmo de acesso da população da Tabua, utilizado principalmente para quitar contas de energia, água e internet. Para os Agentes envolvidos, o uso do aplicativo de celular pela comunidade é ineficaz por não haver explanações periódicas sobre sua utilidade e confiabilidade, excluindo-se o ingresso de novos usuários. O Agente 11 reforça tal fato, argumentando que há muita resistência da população devido o sistema não emitir comprovante impresso, o que gera desconfiança e faz com que se dirijam ao centro ou a municípios vizinhos:

> Muitos ainda preferem enfrentar fila para ter o comprovante, sabe? Não acredita que se pagar pelo celular vai tá pago. Esse pessoal acaba sendo mais antigo, esse pessoal acha que não [vai funcionar] preferem ainda vir para São Miguel do Gostoso, pagar lá, porque vai receber comprovantezinho e vai ter a segurança que vai tá pago [risos] (Agente 11).

O fato de a plataforma digital E-dinheiro não apresentar volume significativo de usabilidade na comunidade rural de Tabua é reforçado pelos testemunhos dos Agentes 08, 10 e 11. Para eles, a resistência do tradicional frente à modernização ainda persiste nesse processo de adesão. No entanto, conforme Martins (2014), isso não deve ser visto como atraso ou

abandono da essência rural, mas como um processo contínuo de apropriação local por meio da inclusão digital para a comunidade envolvida.

Quanto às oficinas de capacitação em economia solidária e finanças solidárias, foi evidenciado que elas ocorrem desde antes da fundação do Banco Solidário de Gostoso, direcionadas para o público geral, priorizando moradores e comerciantes da região; especificamente as de finanças solidárias são "mais com o pessoal que ia receber o crédito" (Agt. 08). Desse modo, nota-se que a abordagem sobre finanças é auxiliada por atividades complementares de formação, capacitação e sensibilização fundamentais para relação de confiança, diferindo tais práticas do microcrédito e microfinanças convencionais (SILVA, 2017). Contudo, a Agente 08 explica que as formações ocorreram até meados de 2018, em parceria do BSG com um projeto do governo do estado do RN chamado "Geração solidária". Entretanto, com a mudança da sede do BSG para o centro de São Miguel do Gostoso, algumas atividades se desmobilizaram junto à população da Tabua.

Em 2015, o Banco Solidário de Gostoso migrou para o centro municipal, com o intuito de ser correspondente bancário de alguma instituição financeira para o município de São Miguel do Gostoso e ter mais segurança, conforme destaca o Agente 10: "a gente imaginou que o banco trabalharia nos seus primeiros três anos na comunidade Tabua e após isso iria para São Miguel do Gostoso" (Agt. 10). Mas essa decisão de mudança de sede parece não ter passado pelo conselho gestor, como indica a Agente 08, bem como não foi por unanimidade, conforme a Agente 07, que votou contra a proposta, aponta:

> De repente inventaram que a Tabua não tinha condição de ficar com esse banco [...] fui muito contra isso, eu lutei contra isso, muito, muito, debati em reunião, lá em São Miguel do Gostoso junto com a AACC, junto com a Rede Xique Xique, eu tava lá reclamando. Eu digo: 'Eu não acho de acordo isso'. Mas não valeu, a minha palavra não valeu (Agente 07).

Mesmo assim, o Banco Solidário de Gostoso é transferido para o centro de São Miguel do Gostoso, objetivando "viabilizar suas operações" (Agt. 10). Atribui-se o insucesso do BSG em ser correspondente bancário em Tabua a dois fatores: não ter espaço adequado e não possuir segurança física necessária na comunidade (Anexo II; Agt. 07). Devido a isso, buscou-se uma forma de migrá-lo para o centro municipal, estabelecendo-se na sede do SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar de São Miguel do Gostoso. Essa mudança trouxe pontos positivos no tocante à adequação às exigências para ser correspondente bancário, como a instalação de equipamentos de segurança e sala exclusiva para suas operações[62]. Porém, nem

[62] Imagens do BSG no espaço do centro de São Miguel do Gostoso no Apêndice G.

o Banco do Brasil nem a Caixa Econômica Federal aceitaram a filiação. Em tom de humor, a Agente 07 ressalta que essas instituições não queriam concorrência:

> Foi feito uns meios de segurança, botaram lá em São Miguel, aqui [em Tabua] não foi feito nada pra isso, mas lá em São Miguel foi, montava como se diz câmera, fez as coisas direitinho como tem lá no banco, lá no sindicato, foi feito. Se você for lá, você vê que tem o quartinho lá bem preparadinho, tem a janelinha da pessoa chegar e a pessoa guardada lá, tudo arrumadinho e não conseguiram fazer essa filiação ao banco. Não deu certo até hoje. Não sei se é possível ou se não é. O Banco do Brasil não aceitou. Até hoje não aceitou a gente não... [risos] eu acho que eles acham que é uma concorrência isso pra eles, talvez… [risos] eu acho" (Agente 07).

Na fala da Agente 07, o desejo em ser correspondente bancário remete ao retorno financeiro para o BSG, mas toca principalmente na oportunidade de acesso "para a gente poder pagar papel de luz e poder tirar nossos dinheiros" (Agt. 07) mais próximo da Tabua. Assim, evidencia-se diretamente o papel que as finanças solidárias tentam cumprir na superação desse quadro de exclusão financeira (COELHO, 2003). Contudo, a dificuldade ainda persiste. A pesquisa realizada por Cadó (2017) atribui esse insucesso ao fato de não se conseguir atingir um volume mensal de transações, necessário para mantê-lo como correspondente bancário no município de São Miguel do Gostoso. Assim, é elencado os pontos negativos dessa migração para o centro.

A Agente 06 afirma que o distanciamento desintegrou a comunidade da Tabua das ações do BSG, ocasionando "uma falta de comprometimento e integração das ações do banco em relação a comunidade [...] porque com a saída do banco lá de Tabua para ir pra São Miguel, as pessoas da Tabua não conseguem mais enxergar o banco como seu, como parte da comunidade" (Agt. 06). Para a Agente 07, o fato gerou maior dificuldade da população de Tabua em acessar os serviços do BSG: "aí quando foi pra São Miguel nem empréstimo mais ninguém fez mais, nem empréstimo ninguém fez mais [...] o povo daqui não, só se for de lá" (Agt. 07). Ela ainda ressalta que há obstáculos no deslocamento para o centro do único agente de crédito da época, morador de Tabua, o que resultou na indisponibilidade do colaborador para o serviço, uma vez que "horas nem tinha gasolina pra ir, horas nem tinha moto pra ir" (Agt. 07).

Diante desses acontecimentos, em 2019 o Banco Solidário de Gostoso retornou à Tabua, num processo que os Agentes chamam de "reestruturação", "reconstituição" ou "retomada" (Agt. 06, 08, 09, 11). Nesse retorno, com o objetivo de mobilizar mais uma vez a comunidade, foi feita a pintura da associação e o mapeamento de consumo e produção da Tabua, que não havia sido realizado desde a sua fundação. Para tanto, o atual conselho gestor do BSG convocou

parcerias tanto externas à comunidade, por meio do SAR, da INICIES/UFRN e do IFRN[63], como internas, com "o apoio das lideranças da comunidade para tocar a coisa, conduzir a comunidade junto com os voluntários essa aplicação de questionários [que] nos deu condições de chegar até 35 famílias e aí esse diagnóstico a gente teve informações sobre as demandas e as produções da comunidade" (Agt. 06). Aliado a isso, há unanimidade entre os agentes no sentido de que a maior prioridade do Banco Solidário de Gostoso atualmente é regularizar a associação, o que pode ser conferido nos trechos de fala a seguir.

> Atualmente a prioridade mesmo assim que eu vejo é de fazer com que a associação de Tabua que é a Unidade Gestora, né? Ela se regularize, tenha lá seu corpo de diretoria, né? Pra poder o banco conseguir projetos, né? (Agente 08).

> O banco só tem vida se a associação tiver funcionando, o grupo de apicultura que existe na comunidade só vai ter vida, voltar a ter vida se a associação tiver funcionando, o grupo de artesanatos só vai voltar a ter vida se a associação tiver funcionando e o grupo de produção de bolos, doces, só vai ter vida se a associação tiver funcionando, porque nenhuma desses acredito que funciona individualmente, tem vida sozinho e o banco consequentemente também (Agente 10).

Percebe-se, portanto, a centralidade que exerce a Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua nas organizações econômicas de Tabua. Todavia, é importante ressaltar que, desde 2019, em seu retorno às atividades na comunidade da Tabua, o Banco Solidário de Gostoso está com a oferta de microcrédito suspensa por não ter, até o momento desta pesquisa, um agente de crédito disponível para manter as operações de empréstimos do banco. Desse modo, é necessário entender as dimensões solidárias que permeiam a atual estruturação do banco, no sentido de se tentar investigar como suas operações se sustentam, para, finalmente, aprofundar-se no entendimento sobre qual a perspectiva de desenvolvimento podem assumir. Em vista disso, examinar-se-ão essas dimensões solidárias, para a continuidade do empreendimento do Banco Solidário de Gostoso.

5.2.2 Dimensões solidárias do BSG: "[...] uma das grandes contribuições não é econômica que o banco ganha, é nesse sentido da relevância para cidade de São Miguel do Gostoso, para o município."

Quanto às dimensões solidárias do Banco Solidário de Gostoso, no tocante à dimensão econômica observa-se que o BSG se constitui com fundo monetário destinado exclusivamente à oferta de microcrédito, composto por recursos provenientes de fontes internas e externas oriundos de atividades de arrecadação junto à comunidade da Tabua e de doações monetárias e

[63] A UFRN, por intermédio da incubadora INICIES/UFRN, e o IFRN, por meio do IFSol (NASCIMENTO et. al., 2020).

não-monetárias das “instituições parceiras da associação, da comunidade, é doaram essa contribuição e além do próprio projeto da SENAES” (Agt. 10). Auxiliados por essas fontes não-mercantis, conseguiram mobilizar, no início, um fundo de crédito de quase dois mil reais – até esta presente pesquisa, esse valor estava em torno de quatro mil reais. Com isso, o BSG surge aliado a fontes não-mercantis e não-monetárias, com subsídio governamental federal da SENAES/MTE, por meio da incubadora universitária ITES/UFBA, e não-governamental, mediante a AACC e a AMJPT, a fim de iniciar suas atividades contando com trabalho geralmente voluntário.

Colaborando com essa assertiva, o Agente 11, que é agente de crédito desde a fundação do BSG, afirma que o trabalho foi remunerado somente no primeiro ano por intermédio do projeto de implementação do BCDs da SENAES/MTE: “fui remunerado por um ano, mas depois só voluntário mesmo” (Agt. 11). Ele diz que, atualmente, “não tem remuneração não, através do banco” (Agt. 06). É somente por meio de apoios externos que os Agentes 06 e 09 são remunerados indiretamente na execução de suas atividades profissionais junto ao BSG, no qual “sou educadora e ai no banco eu represento o SAR [que] me dá as condições de desenvolver o meu trabalho, mas pelo banco não” (Agt.06). Por sua vez, o Agente 09 ressalva que “é uma atividade que eu faço, sou remunerado como professor, mas oficialmente não tá na minha carga horária fazer assessoria pra eles [o BSG]” (Agt. 09). Desse modo, nota-se que o BSG se mantém devido a recursos não-monetários, com o trabalho voluntário sendo o responsável pela maioria das ações desenvolvidas pelo BSG.

Nesse sentido, evidenciam-se, nos testemunhos de outros Agentes, os valores que permeiam esse voluntariado: “a gente faz mesmo um trabalho de militância” (Agt. 08) para “ver o desenvolvimento da gente daqui da comunidade” (Agt. 07). Por outro lado, o desejo em ter remuneração pelas atividades desenvolvidas também é notado como preocupação coletiva, quando o Agente 11 revela que, sob a lógica do mercado, o BSG não consegue manter-se, pois, apesar dos juros de 2% ao mês na oferta dos microcréditos, o BSG não tem receita suficiente para cobrir os próprios custos:

> O banco vive de doações e de eventos que faço que arrecada dinheiro, porque tipo os juros que é cobrado nos microcréditos não dá sustentabilidade ao banco, tipo tem o trabalho voluntário, algum outro que venha trabalhar enquanto é voluntário, porque os juros que é cobrado no microcrédito não sustenta, não sustenta o banco (Agente 11).

Apreende-se que, mesmo taxando os empréstimos com juros, a oferta do seu principal serviço não consegue manter os custos operacionais e remunerar seus colaboradores. Aliado a isso, a adesão local no uso dos Gostosos ainda é baixa, não há percentual na destinação do

câmbio das moedas sociais ao fundo do BSG pelos comerciantes. O pouco uso do aplicativo E-dinheiro revela outra fragilidade de arrecadação monetária: a taxa de 1% das operações realizadas por meio da plataforma não é suficiente para a concentração de recursos no BSG. Ou seja, sob a perspectiva de mercado enunciada por Polanyi (2012) em seu sistema de trocas, o BSG utiliza somente dois tipos: a decisória, na arrecadação das movimentações apropriativas de trocas com uma taxa fixa de 1% no uso da plataforma E-dinheiro; e a integradora, a partir de uma taxa negociada na oferta de microcrédito.

Contudo, os Agentes enfatizam que o montante proveniente dessas atividades ainda não satisfaz a manutenção do pleno funcionamento do banco, remunerando, por exemplo, seu principal colaborador, o agente de crédito. Com isso, o Banco Solidário de Gostoso continua mantendo-se basicamente com a fonte de recursos não-mercantis e não-monetárias, com os subsídios governamentais e não-governamentais, trabalhos voluntários, práticas de reciprocidade e redistribuição de recursos.

As fontes de recursos não-mercantis são provenientes tanto da mobilização de recursos monetários – a partir de estratégias já demonstradas de campanhas de arrecadação em torno da comunidade de Tabua, como rifas, bingos etc. –, como da participação em projetos do governo estadual norte-rio-grandense, aliada a apoios de instituições não-governamentais, como SAR, Rede Xique-Xique, INICIES/UFRN e IFRN, que colocam à disposição o elo não-monetário, dispondo de voluntários para ofertar algumas atividades com o BSG. Da mesma maneira, as práticas de reciprocidade e redistribuição mantêm esse empreendimento solidário no sentido de tentar dar visibilidade social a suas ações, seja distribuindo cestas básicas e máscaras gratuitas durante a pandemia, seja mobilizando recursos para a reforma da casa de farinha e para a manutenção e religamento da energia da associação de Tabua, por exemplo. Nesse caso, a finalidade das finanças solidárias segue no sentido apontado por Abramovay (2004) de integrar o crédito a um conjunto variado de serviços necessários para as famílias, baseando sua existência no incentivo local que recebem pela adesão de seus participantes e colocando em campo a dimensão política desse empreendimento solidário.

Em nível interno, evidencia-se que na dimensão política não há regularidade nas reuniões do Comitê de Avaliação de Crédito, mas há na do Conselho gestor. As do CAC acontecem somente quando há demanda de crédito, conforme testemunhos, não se obedecendo a uma frequência regular. Esse Comitê é composto por cinco Agentes: três representações da comunidade, o presidente da AMJPT e o agente de crédito, “cinco pessoas que avaliavam aquela consistência do crédito, se o credito tinha perspectiva de ser pago ou não, qual era

realmente a necessidade da família, da pessoa, daquele usuário ali que buscava o crédito e era definido por maioria ou unanimidade, sempre assim" (Agt. 10). Já as reuniões do Conselho gestor ocorrem mensalmente; caso necessário, há reuniões extraordinárias. Nesse sentido, importante ressaltar que, mesmo no contexto da pandemia, as reuniões do Conselho gestor mantiveram-se com certa regularidade por meio virtual. Ele tem em sua composição o CAC e mais duas representações externas à comunidade, uma vez que "se sugere que sejam representantes de organizações e não pessoas individuais" (Agt. 09).

Demonstra-se, com isso, que a composição da gestão e operação do BSG está em acordo com a estrutura funcional sugerida por França Filho (2012). Além dessa estrutura, o BSG também conta com assessoria externa, que não tem poder de voto. Desse modo, a participação ativa desses Agentes nos processos decisórios é evidenciada pela sua diversidade de interesses, uma vez que cada um(a) tende a representar uma instituição interna ou externa à Tabua, "aí um dá a opinião e o outro não aceita, aí a gente ia decidindo vendo qual era a melhor forma até chegar num senso comum" (Agt 09). Ainda na dimensão política interna, percebe-se forte presença da relação familiar no interior do empreendimento solidário, a exemplo: a Agente 07 é mãe de dois Agentes; o Agente 11, sua esposa e sua irmã compõem o Conselho Gestor e o CAC desde a fundação do BSG. Tais fatos reforçam, portanto, a percepção de que há forte ligação parental, que pode indicar a baixa rotatividade das representações de moradores no banco que não sejam de um mesmo ciclo familiar. Porém, as áreas rurais são normalmente permeadas pela baixa densidade populacional, em que a presença de empreendimentos familiares é predominante, como acontece em Tabua (CAMPANHOLA e SILVA, 2000; NASCIMENTO *et. al.*, 2020). Com isso, essa relação familiar exerce determinada influência no trabalho do único agente de crédito. Por conta dessa proximidade de relação, ele afirma que acaba conhecendo toda a comunidade:

> A pessoa vem solicita o crédito, eu vou faço o acompanhamento desse crédito, se a pessoa que solicitou esse crédito tem disponibilidade [...] vejo se ela é uma boa pagadora na comunidade, geralmente já conheço todo mundo que mora aqui na comunidade há muito tempo, se criei aqui, nasci aqui, a comunidade é pequena eu conheço todo mundo, então eu sei mais ou menos quem é uma boa pagadora, quem não tem fama de bom pagador na comunidade, aí eu coloco isso no meu relatório e levo para o CAC e o CAC decide se esse crédito vai ser aprovado ou não. É basicamente isso, aí depois eu fico, eu faço a cobrança. Aí é como se fosse um agente de crédito normal (Agente 11).

Os testemunhos colhidos reforçam o fato de o agente de crédito ser o responsável por garantir a concessão e a cobrança do microcrédito, baseadas na relação de vizinhança e domesticidade e avaliadas sob o crivo do CAC, que leva em conta, evidentemente, a pessoa candidata a credora, utilizando-se, para isso, as redes sociais e comunitárias como forma de

obter informações sobre os potenciais beneficiários, em acordo com as práticas de finanças de proximidades cuja referência central aqui é a unidade doméstica (REDE, 2006; POLANYI, 2012; JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005). Contudo, em 2020, a maior dificuldade de se manterem as reuniões e as atividades do BSG foi em virtude das campanhas políticas, nas quais a maioria desses Agentes esteve direta, ou indiretamente, envolvida.

Nesse sentido, a Agente 06 revela que "as eleições prejudicaram muito mais [que a pandemia], porque as lideranças estavam presas [às campanhas] por não poderem realizar atividades" (Agt. 06). O fato evidencia a dimensão política em nível externo desse empreendimento solidário, uma vez que esses Agentes, reconhecidos como lideranças, compõem candidaturas a cargos políticos dentro do município de São Miguel do Gostoso por ter suas trajetórias envolvidas tanto com o Banco Solidário de Gostoso, quanto com as demais redes das quais o Banco faz parte.

> Meio que com o trabalho que a gente já faz aqui no Sindicato, com a Rede Xique-Xique e o banco também**, então a gente quer que isso a gente faz tenha ajuda e que seja criado políticas públicas para poder fortalecer isso que a gente faz. [...] O próprio [Agente 10] já tinha se candidatado, eu também anteriormente, e aí a gente tá tentando, conseguimos agora, né? Com [o Agente 10] chegar na vice [da prefeitura municipal] para poder fortalecer essa pauta que a gente debate, né? Que é inserir o, a classe trabalhadora na gestão assim municipal e pensar numa gestão municipal também com a nossa cara, né? De comunidade**, de gente que vem do interior, que traz a pauta dessa economia sustentável (Agente 08 - Grifos nosso).

A Agente 08 e o Agente 10 compunham diretamente candidaturas para a representação de cadeiras para vereadora e vice-prefeito de São Miguel do Gostoso respectivamente, tendo somente o segundo sido eleito. Conforme relatado pelo próprio Agente 10, "o banco também passou e foi uma das pautas nossas no palanque e que pensamos em construir, mas não só isso, também isso contribuiu para nossa chegada a gestão municipal, ocupando a cadeira também de vice-prefeito" (Agt. 10). Isso revela que seu percurso ligado ao BSG colaborou para sua eleição. A partir desse pleito, há perspectivas interessantes de intervenções municipais por meio do BSG, como um projeto de lei que tramita na câmara para que os funcionários públicos da prefeitura recebam parte dos salários em Gostosos e a criação de uma escola de economia solidária no município, "tendo como ponto-chave o banco comunitário, né? Atrelando essas ações da escola ao banco comunitário" (Agt. 10).

Em âmbito de comunidade da Tabua, as ações públicas do BSG estão no sentido de atender aos interesses dos moradores. A Agente 06 afirma que as linhas de crédito vão "se estruturando a partir de uma necessidade que a comunidade apresenta" (Agt. 06) e em torno do fortalecimento da associação, quando, "nesse período da pandemia deu uma melhorada na

estrutura da casa de farinha, né? Então foi feito uma reforma, isso está dentro das ações do banco, mas isso não foi discutido com o conselho [gestor]" (Agt. 06). Desse modo, percebe-se que apesar de tentar atender o interesse da comunidade, algumas ações realizadas em nome do Banco Solidário de Gostoso não passam pelo crivo do conselho gestor, comprometendo, assim, a legitimidade coletiva de alguns processos decisórios. Essa percepção é reforçada por outras Agentes, quando, no processo de mudança da sede, pela dificuldade em reunir o conselho gestor da época, a Agente 08 destaca que essa ação foi resultado de uma decisão mais individual que coletiva:

> E aí o [Agente 11] ele estava fazendo uma parceria, ele, [enfatiza o Agente 11], estava com uma **dificuldade de reunir, né? Todo Conselho gestor que antes era grandíssimo mais de dez representantes de organizações** que nem estava mais atuando aqui no município e aí ele tinha dificuldade de reunir todo mundo, então ele, **acredito eu que ficou cansado e tal, e começou a fazer as coisas da maneira dele, né? E aí quando a gente foi, eu fui percebendo e vi, participei de uma atividade que nem estava sabendo, nem tinha sido convidada, quando eu fui participar aí vi que era isso, então assim, quem ia fazer parte é, vamo dizer assim, quem ia organizar o banco não seria mais a comunidade de Tabua, não seria mais nós das organizações que construiu o banco** [...] Ia começar tudo novo, então assim, esse pessoal que foi da universidade, lá, mas ele tem família aqui também, tem umas ONG aqui, uns primo e tal, eles veem a potencialidade que o banco tem, né? E aí queriam fazer uma proposta do jeito deles pra, vamos dizer assim, para o povo dele, pensando na cidade, né? Então eu relatei isso com o próprio [Agente 10], falei com o [Agente 11], com a própria dona [Agente 07], e a gente chamou depois todo mundo para conversar (Agente 08 - Grifos nosso).

Isto posto, é possível perceber, por um lado, o fato de haver ações do BSG que não são decididas coletivamente; por outro, que as instituições externas que corroboram com a manutenção desse empreendimento solidário, ainda que não possuam poder de voto no conselho gestor, têm influenciado a sua gestão. Nesse sentido, é evidente a fragilidade dos processos decisórios do BSG, pois nem sempre passam pela avaliação coletiva. Apesar da indicada regularidade das reuniões, essa influência externa pode ser resultado da dependência que o BSG tem dos incentivos externos recebidos, principalmente no tocante a sua infraestrutura.

Quanto a esses suportes recebidos na infraestrutura, o BSG conta atualmente com 1 computador de mesa, 1 *notebook*, 1 gravador de DVD, 1 cofre, 1 birô, materiais de escritório, 1 impressora, 1 armário, 1 bebedouro, 8 cadeiras, 1 *nobreak* e 2 ventiladores. Todo esse material adquirido foi graças a projetos governamentais federais e/ou estaduais, doações de ONGs e das empresas eólicas. A aceitação de apoio desta última fonte divide opiniões do Conselho Gestor. Por exemplo, enquanto a Agente 06 afirma não estar de acordo com o recebimento de incentivos provenientes de instituições que não dialogam com os interesses comunidade, pela a ausência de comunicação com as representações das empresas eólicas, os Agentes 09, 10 e 11 apontam

não ver problema na iniciativa: “a depender da forma, pode prejudicar, mas eu acho que o banco só deve fazer parcerias que respeitem sua autonomia” (Agt.09).

É importante ressaltar que o apoio das empresas eólicas em torno de Tabua ao Banco Solidário de Gostoso, mesmo dividindo opiniões, ainda não foi discutido no Conselho Gestor, uma vez que “o banco ele não fechou essa discussão” (Agt. 06). Esse fato revela a fragilidade da autogestão nos processos decisórios do BSG, visto que a decisão deve ser coletiva, decidida por todos os participantes envolvidos (CONAES, 2006). Desse modo, não é identificado a solidariedade orgânica presente na formação desse empreendimento, identificada por Santos (2000) como indispensável para continuidade da instituição enquanto rede.

Atualmente, o BSG compõe a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária[64], a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a Rede Potiguar de Bancos Comunitários e o Fórum de Participação Popular nas Políticas Públicas de São Miguel do Gostoso. Contudo, apesar de estar articulado em rede conforme as orientações estratégicas de Passos (2007) e de França Filho (2008), no sentido de expressar uma via alternativa e sustentável para o seu desenvolvimento local, constata-se que essa estrutura de gestão não está obedecendo a uma lógica de discussão coletiva das pautas para decisões, fragilizando a autonomia institucional do BSG nesses processos decisórios também no uso de suas ferramentas.

Nesse aspecto, as ferramentas empreendidas na dimensão de gestão são realizadas com o auxílio do sistema *Windows*, do pacote *Office* e principalmente das planilhas *Excel*, para controle da numeração das células Gostosos: “cada real que saía, cada moeda social que saía é o agente de crédito ia lá na planilha e notava a moeda, [exemplo] o número era o trezentos e vinte saiu dia tal e quando ela ia voltar, retornar ao banco, voltou dia tal, então tinha esse controle” (Agt. 10). Já o *World* é utilizado para relatar dados dos microcréditos realizados, liberados não autorizados. O Agente 11 explica que as anotações servem para requisições posteriores:

> Porque tipo, como o recurso é pouco não dá pra liberar pra todo mundo, libera só pra tipo dois ou três por vez, **porque se a gente liberar pra todo mundo de uma vez, no próximo que vier solicitar não tem, não tem crédito, não tem, não tem moeda pra liberar e tipo se liberar tudo em crédito vim algum supermercado trocar, precisar de trocar o gostoso pelo real, aí a gente não vai estar com o real, então a gente sempre deixa essa margem, não libera todo o dinheiro pra crédito não, sempre tem uma porcentagem que a gente libera e que a gente não pode liberar pra todo mundo que pede,** aí tipo se o crédito não foi aprovado hoje, porque teve outros créditos que a demanda era mais urgente, mas no próximo mês ou na próxima vez

[64] A Rede de Comercialização Solidária é fruto de amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que, atuando em diferentes áreas, luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, com núcleos em quatro regiões potiguares. Mais informações: < http://redexiquexique.blogspot.com/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

aquele crédito pode ser liberado e o outro não (Agente 11 - Grifo nosso).

A partir disso, o agente de crédito revela a estratégia de manter um fundo fixo mínimo para manutenção da oferta de crédito e das trocas em moedas sociais. Além dessas ferramentas, utilizam o celular, seja pelo aplicativo de comunicação do *Whatsapp* para agendar reuniões presenciais ou virtuais, seja para registros fotográficos de eventos promovidos pelo BSG, com dados históricos: "essas coisas estão tudo digitalmente salva" (Agt.11). Porém, o Conselho Gestor diz fazer pouco, ou nenhum, uso de mecanismos de controle das respetivas reuniões nas atas, pois "tem essa dificuldade da anotação mesmo, do que assim foi realizado no decorrer [desses anos] às vezes ninguém ficava responsável para fazer relatório, a gente faz a reunião, mas não faz o relatório" (Agt. 08); tudo "está mais na cabeça mesmo das pessoas que acompanham o banco" (Agt.11). Da mesma forma acontece com a plataforma digital E-dinheiro, que é utilizada com pouca frequência por esses Agentes e seus familiares na comunidade.

Assim, mesmo que os meios de produção e os serviços oferecidos sejam de controle, gestão e propriedade coletiva dos Agentes envolvidos, em conformidade com as orientações da CONAES (2006), a habilidade produtiva e gerencial das ações executadas não é praticada por todos os envolvidos. É notável que as ferramentas, digitais ou manuais, não são utilizadas pela maioria desses Agentes nas rotinas de trabalho junto ao BSG. Com isso, a habilidade técnica produtiva é empregada basicamente pelos Agentes 06, 08 e 11, em suas atividades. Talvez, por consequência disso, a habilidade gerencial também seja restrita e centralizada, pois somente o Agente 11 é tido como o único que realiza o controle das operações e tem acesso a determinadas informações: "o controle que eu sei que tinha era dessa parte de propriedades [...] quantos comerciantes tem, de quantas pessoas foram atendidas pelo crédito que foi aplicado, essa parte aí eu sei que tem porque [o Agente 11] tinha planilha que ele fazia isso" (Agt. 08).

No tocante ao conhecimento desenvolvido pelas práticas operacionais de formação geral observadas nesse empreendimento solidário, identifica-se que o BSG atua junto a lideranças locais de mulheres, a juventude, a sindicato e a associações não só de Tabua, mas de fora da comunidade também. O cooperativismo se manifesta em distintas escalas e com distintos interesses, social e de capital, que em alguns casos apontam conflitos. Assim, é percebido que os Agentes atuam com motivações diferentes, fragmentando a manutenção do BSG em torno de, pelo menos, dois pontos distintos que nem sempre estão em consonância com as estratégias comuns: um, quanto ao recorte local de público alvo das ações do banco; o outro, na lógica priorizada para sua função socioeconômica.

Quanto ao primeiro ponto, nota-se que há discordância entre os atores envolvidos. Se por um lado as Agentes 06 e 07 defendem que o BSG deve, primeiramente, "se estruturar para que o banco volte a funcionar como na origem, fortalecendo a comunidade da Tabua" (Agt.06), para poder, desse modo, dar conta de outras comunidades, por outro os Agentes 08, 09, 10 e 11 indicam que o BSG tem que priorizar todo município de São Miguel do Gostoso e, consequentemente, satisfazer Tabua:

> Morria de dizer 'não dá o banco não tem como sair da Tabua ainda' [...] Do jeito que a gente começou dava para está ainda. Mas simplesmente acharam que o lugar não tinha desenvolvimento tanto que nem o povo vinha pra aqui pra Tabua, vinha os turistas visitar aqui a Tabua, aí os grandes que quiseram se engrandecer e acharam que a Tabua não tinha muita coisa pra mostrar [...] se o povo de Santa Fé quiser, isso é que já existe essa conversa desde que foi fundado o banco [...] tem que o povo de Santa Fé, Frejó, Antônio Conselheiro, toda essa região se aliar ao banco (Agente 07).

> O banco tem uma, tem uma dinâmica e tem uma relevância muito grande pra São Miguel do Gostoso, né? Tudo que muitos turistas aqui vêm para São Miguel do Gostoso querem receber, querem conhecer a moeda, querem ver, querem saber como surgiu, eu acho que uma das grandes contribuições não é econômica que o banco ganha, é nesse sentido da relevância para cidade de São Miguel do Gostoso, para o município, acho que um dos grandes ganhos é esse [...] para o turismo e para a cultura do município (Agente 10).

Identifica-se, por tanto, uma disputa de narrativas acerca do recorte local que o Banco Solidário de Gostoso deve priorizar em atender. Do mesmo modo, nota-se o segundo ponto de conflito acerca da função socioeconômica do BSG, quanto ao fato de assumir – ou não – uma ação prioritariamente social ou econômica. Ao mesmo tempo em que as Agentes 06, 07, 08 e 10 ressaltam a importância que o BSG tem para desenvolver ações não-mercantis e não-monetárias visando compor espaços de cultura, de educação, de capacitação e de formação, para, posteriormente, firmar práticas com fontes econômicas. Os Agentes 09 e 11, por sua vez, indicam a urgência de o BSG primeiramente se fortalecer economicamente, para manutenção de suas operações financeiras e remuneração de seus colaboradores. A Agente 08 expõe sua divergência com o Agente 11:

> Assim eu não vejo o banco como uma empresa, né? Como uma empresa do sistema capitalista, né? Não vejo. E lá atrás naquela outra conversa queriam transformar o banco de uma forma como se fosse uma empresa que iria funcionar dentro do sistema capitalista, para fortalecer o sistema capitalista, então foi essa discussão que fez até eu me engarfo um pouquinho [com o Agente 11] porque ele pensa o banco quanto dinheiro, dinheiro e dinheiro, apenas dinheiro, né? Dessa forma tem que ele fala até assim: 'tem que entender que nós estamos em um sistema que é capitalista! '. Sim, mas a gente não vai entrar dentro para estar fortalecendo o sistema, a gente pode pegar o que o sistema desenvolve e faz e a gente trazer de benefício para agente enquanto economia solidária (Agente 08).

Dessa maneira, revela-se que os respectivos grupos sociais locais e suas pluralidades de interesses marcam as estratégias distintas para frentes de atuações empreendidas pelo BSG, na

medida em que, mesmo em âmbito comunitário, conforme apontado por Santos (2000), nem sempre há acordo em torno de interesses comuns. Assim, o Banco Solidário de Gostoso não satisfaz as dimensões solidárias sugeridas por Reis (2005), com fragilidades nos seguintes aspectos: político, quanto aos processos decisórios; de gestão, no desuso de ferramentas de produção e gerência; e econômico, pela dependência de recursos externos. Em vista disso, é o próprio debate em torno da percepção de desenvolvimento adotada que entra em questão, pois, não havendo acordos quanto às estratégias assumidas pelo BSG, isso poderá influenciar a continuidade de suas ações.

6. COMPARATIVO DAS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO: BCJB *vs*. BSG

A partir dos indicadores levantados, o breve capítulo que se inicia tem por objetivo realizar a análise comparativa das perspectivas de desenvolvimento local sustentável e solidário adotadas nas realidades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento investigadas. Para isso, no primeiro tópico observam-se os modelos de desenvolvimento geral priorizado em sua dimensão basilar no que tange o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a satisfação das necessidades básicas. No segundo tópico, o foco é o local empreendido nas experiências, considerando o recorte priorizado nas respectivas ações e concepções comunitárias. No terceiro tópico, investiga-se a perspectiva sustentável admitida na localidade de cada experiência e como ela se reverbera em suas práticas. Por fim, trata-se, no quarto tópico, da perspectiva solidária, assumindo as dimensões que norteiam a finalidade das experiências de BCDs ora apresentadas. Em vista disso, a Tabela 2, a seguir, revela o cenário comparativo que norteia o capítulo que se apresenta.

Tabela 2 - Categorias e subcategorias das perspectivas de desenvolvimento praticadas.

Categorias	Subcategorias	BCJB	BSG
Modelos de desenvolvimento	**Crescimento Econômico**	Coletivizado	Pessoalizado
	Sustentabilidade ambiental	Ecodesenvolvimento	Desenvolvimento sustentável
	Necessidades Básicas	Social e humano (liberdades substantivas)	Humano (liberdades instrumentais)
Local	**Comunitário**	Comunidade	Município
	Endógeno	Interno	Externo
	Sustentável	Longo prazo	Curto prazo
	Solidário	Consolidado	Fragilizado

Fonte: Elaboração própria.

6.1 Modelos de desenvolvimento adotado: marxista vs. liberalismo moderno

Considerando os modelos de desenvolvimento adotado em quase uma década de experiências, comparam-se as perspectivas empreendidas pelos Bancos Comunitários Desenvolvimento nos respectivos contextos em que estão inseridos, no que se refere a suas subcategorias, a fim de fomentar i) o crescimento econômico; ii) a sustentabilidade ambiental; e iii) a satisfação das necessidades básicas. Tal ação leva em conta o fato de esse campo ser multidimensional, nos quais os processos de desenvolvimento se interseccionam ancorados nos direcionamentos de Santos *et. al.* (2012), com o intuito de se entender como eles ocorrem no Banco Comunitário Jardim Botânico e no Banco Solidário de Gostoso a partir dos indicadores revelados nas dimensões solidárias.

Quanto ao crescimento econômico, nota-se que as duas experiências têm por objetivo atender à hibridação de formas econômicas para se manter com fontes mercantis, não-mercantis e não-monetárias, mas, até o momento, somente as duas últimas fontes oferecem oportunidades de manutenção das atividades. Enquanto o BCJB consegue mobilizar recursos monetários e não-monetários de fontes internas e externas à comunidade São Rafael, o BSG é percebido como dependente de fontes externas não só da comunidade da Tabua, mas também do município de São Miguel do Gostoso. Desse modo, ainda que tenham a preocupação comum visando o crescimento econômico desses BCDs em encontrar formas de viabilizar a manutenção de suas operações e o aumento do lastro das moedas sociais, as experiências apresentam estratégias distintas para tal crescimento que permeiam as suas práticas operacionais locais, sustentáveis e solidárias.

Essas diferenças vão desde a forma como os fundos monetários são armazenados até os critérios adotados em sua aplicação, tanto para a distribuição da oferta nas linhas de microcréditos como para a destinação do recurso à comunidade envolvida. Nesse sentido, o BCJB concentra o valor correspondente ao fundo monetário em moedas sociais e reais armazenados conjuntamente no interior do empreendimento solidário, aplicando-o tanto na oferta de microcrédito, quanto na viabilização de soluções estruturais identificadas para toda a comunidade São Rafael – não somente para os Agentes envolvidos direta ou indiretamente com o banco. Já o BSG, por sua vez, armazena o montante em reais em conta bancária de uma instituição financeira convencional, cujo valor correspondente em moedas sociais é armazenado num cofre existente no interior do empreendimento solidário, destinando-o exclusivamente para oferta de microcrédito a potenciais credores que tenham contato com a associação.

Com isso, infere-se que o BCJB se propõe atender propostas mais democráticas com os recursos monetários disponíveis, por articular a função constituída do fundo de crédito com atenção às carências imediatas identificadas em São Rafael, obedecendo a uma perspectiva de crescimento econômico que se ancora na lógica marxista, com base na coletivização e na justiça social. Quanto ao BSG, ao resguardar o fundo de crédito para finalidade constituída, ele revela uma disposição pessoalizada de acesso ao crédito, priorizando dispor a oferta de maneira personificada a mulheres e a jovens de São Miguel do Gostoso, fato esse revelador de que sua proposta de crescimento econômico está mais pautada no liberalismo moderno, centrada no indivíduo (SANTOS *et. al.* 2012).

Contudo, ressalva-se que os contextos locais em que esses BCDs estão inseridos influenciam em sua disposição econômica, pois, se no espaço urbano as fontes econômicas de recursos são mais diversificadas, apesar das limitações impostas ao acesso periférico, no rural as formas de arrecadações monetárias são identificadas como restritas, com dificuldades para mobilização e, consequentemente, para a reposição do montante, caso o fundo de crédito seja destinado a outra finalidade. Á vista disso, o BCJB já chegou a contar com fundo monetário quase quatro vezes maior que o que o BSG possui atualmente. Assim, é o debate em torno da sustentabilidade ambiental dessas experiências que entra em campo, quando se alia à perspectiva econômica adotada para esse crescimento a questão dos incentivos acolhidos para expansão desses fundos monetários e a sua relação com a natureza das comunidades envolvidas.

Sobre a sustentabilidade ambiental, considera-se que as duas comunidades investigadas, envolvidas com as experiências de BCDs, são diretamente afetadas por projetos ou programas globais de "objetivos de desenvolvimento sustentável", a exemplo, a urbanização com o Programa João Pessoa Sustentável e a ruralidade com empresas eólicas de energia. Dessa maneira, é observada em ambas as localidades a aderência municipal as ações da Agenda 2030 em desacordo com as pretensões de seus Agentes locais. Com isso, quando questionados se recebem ou receberam apoio financeiro de alguma instituição que explore os recursos naturais em torno da comunidade (Apêndice B), os Agentes do Banco Comunitário Jardim Botânico são uníssonos na decisão de que "não deve aceitar [...] porque vai totalmente contra o que a economia solidária construiu ao longo desse tempo" (Agt. 05). Assim, a Agente 04 explica que há projetos de financiamento ao banco pelo governo municipal que ameaçam a natureza da comunidade São Rafael, por quem os recursos monetários provenientes dessa fonte não foram aceitos:

> Um projeto de João Pessoa sustentável vai afetar diretamente a gente, e a gente tem experiências de outros lugares que a Prefeitura chegou bancando de um milhão: "olha, tem dinheiro pra vocês" e o retorno pra comunidade não foi legal, que a comunidade se apagou, fechou praticamente. Você conta nos dedos as casas que tem, se isso acontece com a gente, no que isso vai ser bom? Dinheiro vai ter, mas a comunidade vai sumir (Agente 04).

Esses dados revelam que a visão de sustentabilidade ambiental geral não dialoga com a perspectiva comunitária sustentável. Apesar de o programa ter sido batizado como João Pessoa Sustentável[65], ele ameaça a permanência dessas famílias na comunidade, fazendo dessa experiência de BCD mais um instrumento de organização ao enfrentamento estrutural do espaço urbano. Nesse ínterim, cabe notar que há projetos de sustentabilidade ambiental sendo tocados pelo próprio BCJB, objetivando seu autofornecimento de gás e energia por meio do "biodigestor que a comunidade quer trazer pra cá e outra coisa também que vai ser de extrema importância que o banco quer trazer pra cá [...] através da luz solar, sem precisar do gasto de energia" (Agt. 03). Assim, aborda-se a tentativa de harmonização de objetos sociais, ambientais e econômicos propostos pelo ecodesenvolvimento (SACHS, 2008).

De mesmo modo, foi exposto que, na trajetória de construção do BSG, a resistência contra ameaças externas é também objeto da responsabilidade ambiental proposta em suas ações no rural, quando sua fundação surge como braço econômico da associação local e no fortalecimento do trabalho na comunidade da Tabua, intentando-se viabilizar a permanência nesse espaço. Contudo, os fatos indicam que essa discussão ambiental não é uma prioridade na pauta do Conselho Gestor do BSG. Os Agentes revelam existir divergência antiga e explícita em torno da adesão, ou não, de apoios oriundos das empresas de energia eólica, que estão influenciando a dinâmica natural da comunidade. Com isso, apesar de os Agentes 06, 08, 10 e 11 admitirem impactos ambientais negativos ainda não avaliados coletivamente pelo conselho gestor, o BSG já acolhe incentivos provenientes dessa fonte, o que pode ser inferido nos depoimentos a seguir.

> Recurso dessas empresas que vem com um discurso de desenvolvimento, mas na realidade é de destruição [...] nós já colocamos que nós não concordamos em receber esse recurso. Nós não somos a favor de recursos que venham dessa forma [...] eles simplesmente passaram a máquina no meio da comunidade. Não respeitaram a cultura do lugar. Passam com carros aí do jeito que querem, não respeitam que tem crianças que moram naquela comunidade. E por aí vai. Vão destruindo lá, construindo na beira dos riachos lá onde o pessoal pesca, e isso está dificultando a produção do peixe, né. Questões ambientais (Agente 06).

> Já tivemos [recursos] de empresas, né? Geradoras de energia eólica na comunidade que apoiou três ações do banco comunitário, [...] com estrutura pra o funcionamento do banco e também

[65] O Programa João Pessoa Sustentável tem o objetivo de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade por meio da redução das desigualdades, da modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços e da administração pública e fiscal. Disponível no portal da prefeitura:< https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/produrbis-2/>. Acesso em 05 ago. 2021.

> foram três projetos e também um outro apoio financeiro pra o grupo de artesanato, então essas empresas que de alguma forma trabalham e executam projetos ao redor da comunidade, que mexem com a natureza, no nosso caso em específico [...] da comunidade de Tabua, em São Miguel do Gostoso, onde consequentemente vai ter projetos de energia eólica, o que a gente pode trabalhar pra acontecer é isso que as empresas compensem de alguma forma essa ação e no social seria dentro da comunidade, seria isso (Agente 10).

As evidências apontam que há impactos ambientais relacionados à presença das empresas eólicas em torno não só da comunidade de Tabua, mas do município, que devem ser considerados, na opinião desses Agentes. Por esse prisma, eles defendem a ruptura com esse apoio ou contrapartidas, incentivando-se iniciativas de organizações sociais e econômicas locais, entre elas o BSG, que, nesse sentido, revela estar em acordo com o desenvolvimento sustentável levantado por Veiga (2008), longe de uma medida consensual de sustentabilidade ambiental, mas compreendendo que o controle social deve ser priorizado para as medidas transformadoras almejadas. A partir disso, destaca-se a perspectiva social e humanizada do desenvolvimento, realizada por essas experiências no tocante à satisfação das necessidades básicas.

Nesse ínterim, observa-se que, mesmo o BCJB estando em espaço urbano com maior acesso a instituições financeiras, conserva práticas consideradas mais tradicionais para manutenção do seu fundo e destina parte do montante monetário acumulado para além da oferta de crédito, na satisfação das demandas estruturais da comunidade, atendendo à lógica de desenvolvimento social (CASTRO, 2000) e humano na promoção das liberdades substantivas (SEN, 2000). Desse modo, é evidenciado que o BCJB objetiva suprir, de maneira direta, a condição de sobrevivência dessas famílias para que tenham a autonomia de suas escolhas sociais, demonstrando se preocupar tanto com erradicação da pobreza, por via de promoção de emprego, com a inserção da comunidade no mercado trabalho e formalização dos comércios locais para acessar mercados institucionais, bem como com a garantia de acesso a itens básicos para a população residente em espaço urbano, na aplicação do fundo monetário em necessidades imediatas identificadas em São Rafael.

Por outro lado, o BSG ainda que localizado em comunidade rural sem acesso a agências bancárias no município, utiliza mecanismos considerados mais seguros para manutenção do lastro das moedas sociais, mantendo o seu fundo de crédito em conta bancária, destinando-o exclusivamente para a oferta de microcrédito e viabilizando facilidades econômicas e oportunidades sociais para pessoas candidatas a credoras excluídas do sistema bancário convencional, por meio de linhas de crédito que beneficiam prioritariamente mulheres e jovens, no que seja para produção ou consumo. Esse fato, revela a noção de desenvolvimento humano levantada por Sen (2000), priorizando estabelecer a garantia de transferência, facilidades

econômicas e segurança protetora por meio das liberdades instrumentais as populações excluídas.

Desse modo, evidencia-se que se o modelo de desenvolvimento para o Banco Comunitário Jardim Botânico denota a coletivização do fundo monetário; o ecodesenvolvimento com desenvolvimento social; e o humano à práxis das suas atividades. No Banco Solidário de Gostoso, é expressa a prioridade em pessoalizar o fundo de crédito, visando ao desenvolvimento sustentável e humano para a garantia da continuidade de suas operações em torno da comunidade. Assim, é notado que a localidade dessas experiências influencia, de certo modo, nas escolhas de modelos de desenvolvimento praticados. Por isso, é fundamental entender como esses BCDs dialogam com as respectivas comunidades para concretização desses objetivos.

6.2 Enfoque local: comunidade *vs.* municipalidade

Sob a ótica local desses modelos de desenvolvimento, aprofundar-se-á neste subtópico a investigação que ora se apresenta, levando-se em conta, inicialmente, os aspectos comunitários e endógenos que a constituem, considerando as singularidades de cada campo de atuação, quais sejam, o espaço urbano e o rural, para o contexto local da iniciativa empreendida. Nesse sentido, quanto ao desenvolvimento comunitário, enfatiza-se que ambas as experiências de BCDs ocorrem ligada as respectivas associações comunitárias. Porém, as funções estruturais de atuação junto à comunidade são distintas. Enquanto o Banco Comunitário Jardim Botânico exerce um papel central, articulando as organizações locais em torno do apoio a São Rafael e a comunidades vizinhas, como ferramenta principal de disposição socioeconômica que concentra suas ações para as comunidades. O Banco Solidário de Gostoso exerce uma função auxiliar para todo o município de São Miguel do Gostoso, que, algumas vezes, não está vinculada a atividades vigentes na comunidade da Tabua. Essa diferenciação influencia na lógica de atuação destas experiências, quando, em nível local, as suas funções estão condicionadas a distintos recortes comunitários que impactam no resultado de suas operações.

Analisando os fatos sob essa perspectiva, o BCJB concentra suas ações, desde sua implantação, no atendimento aos propósitos sinalizados na comunidade São Rafael, estendendo-se, quando possível, as comunidades vizinhas, como a denominada Padre Hildo Bandeira. Já o BSG vem priorizando atender as necessidades de todo município de São Miguel do Gostoso para, posteriormente, ater-se a comunidade de Tabua. Ou seja, apesar de esses BCDs terem suas implementações diretamente ligadas às entidades gestoras que os fundaram,

as perspectivas de desenvolvimento comunitário assumido obedecem sentidos que condicionam seus respectivos processos de desenvolvimento endógeno.

Apoiado nos apontamentos de Amaral Filho (2001) e de Bava (2004) quanto à mobilização de forças para emancipação socioeconômica local das comunidades envolvidas, o BCJB revela maior potencial de desenvolvimento interno que o BSG, uma vez que atua com um maior volume de organizações e intervenções ativas dos Agentes na dinamização da economia local, aliando acesso a mercados de trabalho e a manutenção de estabelecimentos comerciais na comunidade, o que fortalece o potencial endógeno. Quanto ao BSG, ele é subsidiado principalmente por instituições externas à comunidade, fato que indica maior dependência exógena para o seu desenvolvimento, desconectado dos potenciais internos.

Desse modo, é notado que essa diferenciação pode ser resultado dos respectivos processos de mapeamentos de produção e consumo, recomendado pela Rede (2006), como impulsionador desse progresso endógeno pois, se o BCJB já realizou esse mapeamento duas vezes, o BSG realizou somente uma. Tal fato é identificado como determinada influencia para atendimento a ações locais articuladas com demandas internas. Todavia, ainda que as buscas por resoluções para problemas locais obedeçam a estratégias diferentes, ambas as experiências criaram uma nova relação da sociedade local com a política, elegendo e inserindo representações internas das comunidades envolvidas com as experiências dos BCDs dentro do Estado: como anteriormente citado, um Agente do BCJB já foi candidato a vereador e fez parte da gestão estadual; e dois dos Agentes do BSG foram candidatos a cargos políticos e estão atualmente compondo a gestão municipal.

Essa estratégia de inserção política dentro do aparelho do Estado nos respectivos municípios revela a mudança paradigmática da noção de desenvolvimento local assumida no século XXI por Buarque (1999), ao indicar que, por meio da distribuição de responsabilidades entre as esferas de governos, a predominância das políticas públicas passa a ser assumida pelos governos subnacionais sobre a visão local. Durante o período corrente de recuo das políticas públicas do governo central desde 2016 discriminados por Silva (2018) e impactadas nas experiências aqui apresentadas, esses Agentes parecem assumir o protagonismo político local para poder subsidiar as respectivas ações para a manutenção dos BCDs. Para isso, indicam reconhecer a importância de assumirem determinados cargos políticos estratégicos para continuidade dos BCDs sob a égide de políticas públicas, consoante com as proposições de Bava (2004), segundo o qual essa concepção de desenvolvimento resgata o protagonismo de Agentes coletivos locais.

Em consonância, esses BCDs indicam articular demandas internas a partir de um pressuposto comum, articuladas com apoios externos concebidos, independentemente dos espaços em que essas experiências ocorrem, revelam que a hibridação de forças internas e externas se manifesta como aliada no contexto urbano ou rural, em conformidade com o exposto pela literatura (MAX-NEEF; 1991; ÁVILA *et. al.*, 2001; KAGEYAMA, 2004). Concomitantemente a isso, nota-se que as características espaciais do ambiente em que são vivenciadas as experiências dos BCDs influenciam suas dinâmicas de compreensão em torno da perspectiva de desenvolvimento local empreendidas onde é o próprio enfoque local que é subjetivo na implementação dessas experiências. Silva Júnior (2016) preconiza o fato de essas iniciativas de BCDs se preocuparem com o território ao qual pertencem, que pode ser uma pequena comunidade, um bairro, ou até um pequeno município, assumindo recortes distintos e evidenciando que esse conceito local abordado nos BCDs assumem uma noção de comunidade estabelecida mais nas relações socioeconômica, na qualidade de território, do que como recorte geográfico previamente definido.

6.3 Sustentabilidade na comunidade: longo prazo *vs*. curto prazo

No quesito *sustentabilidade local*, destaca-se que, quando avaliadas se são sustentáveis em suas respectivas comunidades (Apêndice B), as duas experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento ora investigadas utilizam esse conceito de "sustentabilidade" exclusivamente na perspectiva econômico-financeira. Nesse sentido, tanto o Banco Comunitário Jardim Botânico quanto o Banco Solidário de Gostoso indicam ser sustentáveis em suas respectivas comunidades, porém, quanto ao BSG, os entrevistados ressalvam que ele é sustentável se for pensado para a comunidade de Tabua, uma vez que para o município de São Miguel do Gostoso tal fato não procede. Ou seja, para Tabua, se for pensar "sustentabilidade como uma demanda da sociedade, ou daquela comunidade, por aquele serviço, ele é sustentável sim" (Agt. 09); mas, para São Miguel do Gostoso, "futuramente a gente quer que se torne sustentável com os pagamentos dos boletos, com o pessoal recebendo parte do seu salário em moeda social, mas por enquanto não é sustentável não" (Agt. 11).

Com isso, buscando avaliar a sustentabilidade local dessas experiências a partir dos três grandes conjuntos de características apontadas por Buarque (1999), compararam-se os objetivos centrais das duas entidades aqui pesquisadas. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é pré-requisito fundamental e fator condicionante decisivo:

a) Quanto aos objetivos centrais, para a elevação da qualidade de vida e para a equidade social: é identificado que o BCJB compreende a sustentabilidade na elevação da qualidade de vida a longo prazo, por viabilizar acessos a produtos e/ou a serviços considerados essenciais para população mais vulnerável com equidade sociai ao oferecer juros do microcrédito normalmente zero, faz da atividade desenvolvida uma ferramenta para garantia da permanência dos moradores em São Rafael, mediando oportunidades de renda, fortalecendo processos formativos profissionais, políticos, educativos e organizativos destinados a jovens e adultos desempregados; quanto ao BSG, reflete a sustentabilidade para qualidade de vida pensando a curto prazo, na tentativa de viabilizar a satisfação financeira de maneira imediata, procura atender as demandas econômicas identificadas como prioridade para preservação do banco junto à comunidade onde cobra juros na oferta de microcrédito primando pela a equidade social, ao garantir linhas de crédito exclusivas para mulheres e jovens.
b) Como pré-requisitos fundamentais para a eficiência e para o crescimento econômico: nota-se que o BCJB é um eficiente mobilizador econômico local quando, mesmo priorizando o desenvolvimento de ações não remuneradas a curto e médio prazo, conta com a adesão dos moradores para seu crescimento econômico e permanência de suas atividades na comunidade; por outro lado, o BSG mostra-se ineficiente quanto a sua prioridade em garantir retorno econômico imediato, pois em quase dez anos ainda não conseguiu esse feito mesmo contando com significativa visibilidade municipal que também não se materializou em forma de apoio para assegurar seu crescimento econômico mais sólido.
c) Na condicionante decisiva, a conservação ambiental: evidencia-se que o BCJB está preocupado com o meio ambiente em suas ações, mantendo-se alinhado a estratégias de defesa da conservação ambiental e negando incentivos provenientes de fontes que não respeitem os anseios da comunidade envolvida; o BSG, por sua vez, mesmo se revelando preocupado com as gerações futuras, não está priorizando a conservação ambiental pois ainda que seja fundado junto a organizações locais que atuam em defesa da terra e do meio ambiente, está acolhendo incentivos de instituições que parecem ameaçar os anseios naturais da comunidade.

Assim, depreende-se que, apesar de interpretações comuns sobre o conceito sustentável, o desenvolvimento local desses BCDs ocorre de maneira distinta nos pontos elencados por Buarque (1999), na medida em que, principalmente nos pré-requisitos fundamentais e na condicionante decisiva, o BSG revela um cenário alarmante, quando as ações adotadas no presente podem comprometer as perspectivas de desenvolvimento futuras, ao contrário do BCJB, que indica estar em maior consonância com os indicadores propostos, pois, sob essa ótica local, a compatibilização entre os objetivos sociais, econômicos e ambientais torna-se possibilidade concreta para a interação do BCD com as dinâmicas da economia, da estrutura social e dos ecossistemas em torno da comunidade (BUARQUE, 1999).

Nesse sentido, a fase de reestruturação é ponto-comum no estágio que essas experiências apresentam em seus respectivos processos de renovação junto às comunidades: o BCJB, na construção de uma nova sede; e o BSG, na reconciliação de suas atividades. Atualmente, as duas indicam estar em maior diálogo com as organizações locais e com os interesses sociais, fator evidenciado de modo coeso em ambas as iniciativas. Não obstante, a importância da integração participativa desses Agentes na vida política e social local enquanto lideranças políticas é evidenciada como fator fundamental para sustentabilidade desse desenvolvimento local, segundo Buarque (1999) e Bava (2004).

A partir das ações executadas em suas trajetórias, é notável que essas experiências possibilitam acesso a oportunidades econômicas, sociais e políticas das comunidades envolvidas, evidenciado principalmente na garantia da equidade, uma vez que que tanto o BCJB quanto o BSG estão voltados para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social e exclusão financeira. As iniciativas assumem estratégias relevantes para operar em diálogo com o mercado local. Assim, evidencia-se que, mesmo que inviável financeiramente até o momento, esses BCDs objetivam satisfazer as respectivas manutenções econômicas sob a ótica mercantil, objetivando ser experiências transformadoras e democratizantes nas localidades em que estão inseridas, como previsto por Bava (2004), para quem a solidariedade em rede deve estar no cerne desse processo de desenvolvimento, a fim de não atender exclusivamente a esse poder hegemônico de mercado. Para tanto, é sob essa ótica solidária que se irá investigar comparativamente no próximo tópico.

6.4 Solidariedade: consolidada vs. fragilizada

Quanto às redes de solidariedade que as experiências aqui relatadas compõem, percebe-se que os BCDs são reflexo das redes de organizações locais anteriormente constituídas, das

quais as iniciativas surgem aliadas a parcerias internas e externas às respectivas comunidades, municípios e estados. Entretanto, de um lado tem-se o BCJB como fator aglutinador de incentivos internos e externos a São Rafael, atuando direta e indiretamente com redes que potencializam suas ações em diferentes frentes, quais sejam, educacional, alimentar, comercial e econômico-solidária, o que indica uma diversidade na forma de incentivos que as consolida, com variadas maneiras de angariar recursos, colaborando, desse modo, para a assertiva da economia plural. Do outro lado há o BSG, que, apesar de também ser composto por redes municipais, estaduais e até nacionais de movimentos sociais e campos econômicos solidários, a sua experiência indica que não consegue mobilizar parcerias suficientes para garantia do pleno funcionamento com autonomia de suas ações, seja para comunidade da Tabua ou município de São Miguel do Gostoso.

Logo, ainda que estejam em redes, em sintonia com as orientações de França Filho (2008) quanto à relevância desses BCDs se organizarem principalmente em redes de economia solidária, os impactos nas composições dessas iniciativas de BCDs são as seguintes: o BCJB indica a possibilidade de manutenção de suas operações aliado ao fortalecimento potencial de promoção ao desenvolvimento endógeno em São Rafael; e o BSG não demonstra capacidade de manter suas atividades junto à comunidade, fragilizando o potencial local de promover o desenvolvimento endógeno junto ao seu público e ao seu território.

Visto que na dimensão política o interesse comum que essas experiências assumem é a inclusão do maior volume de pessoas ou representações sociais possíveis nesse processo de desenvolvimento, são reveladas estratégias diferenciadas de recrutar moradores para colaborar com as iniciativas. Com isso, enquanto no BCJB o critério enfatizado de a população participar das atividades do banco é residindo na comunidade São Rafael, no BSG a forma de os habitantes acessarem os projetos do banco e se beneficiarem de suas ações é filiando-se à Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua. Ou seja, se o BCJB conta com a autonomia para recrutar seus Agentes colaboradores e beneficiários a partir do próprio Conselho Gestor, as inserções de novos Agentes para o BSG são condicionadas à deliberação da AMJPT. Esse fato revela que a maneira dos moradores participarem dos BCDs impacta nas formas de se acessar as linhas de crédito.

Assim, o BCJB assume, portanto, prática mais enraizada na solidariedade, partindo do pressuposto de que se a pessoa necessitar de crédito, mas não possui bens ou recursos monetários para quitar o empréstimo, é possível realizar outras formas para pagamento da dívida, como prestação de serviço, por exemplo, conforme aponta o Agente 02: “precisa pintar

o banco, precisa pintar a sede, quanto é o serviço? É tanto, pronto, você faz o serviço, ele vai ter a necessidade dele sanada, suprida, faz o serviço que seria o valor que ele iria pagar" (Agt. 02). Em contrapartida, no BSG a concessão do empréstimo está diretamente ligada ao reconhecimento associativo e à "capacidade de pagamento daquele crédito" (Agt. 10). Tal potencial é medido em função da renda que essa pessoa candidata ao crédito tenha regularmente, baseando-se principalmente nos benefícios assistenciais e/ou previdenciários destinados à população, pois "não podemos liberar crédito nesse estilo das pessoas que não pode pagar, agora o banco solidário fala o contrário, a palavra é o contrário, solidário" (Agt. 07). Para notabilizar as consequências dessas ações, apresenta-se aqui a "grelha de categorias de referência" indicada por Gouveia (2009, p.74), comparando os BCDs entre si, em torno das dimensões solidárias expostas.

Sob o prisma da visão sistêmica do desenvolvimento local sustentável e solidário, enquanto o BCJB se preocupa em satisfazer tanto as necessidades materiais, como imateriais, das famílias residentes, partindo de uma resolução de problemas coletivos para os individuais, o BSG demonstra prioridade em atender essas necessidades a partir da resolução de problemas individuais, para impactar no coletivo. No que diz respeito à atividade econômica plural para a cooperação solidária levantada Gouveia (2009), é tida como mais sólida no BCJB, ao se admitir maior diversidade de fontes e ofertas de produtos e/ou serviços oferecidos para população que mantém as regularidades das ações; concomitantemente, a do BSG é avaliada como temporária, por ser dependente de fontes majoritariamente externas, que oscilam as ofertas de atividades.

Em relação à coesão social e à solidariedade cultural, percebe-se que, se no BCJB elas são primadas pela ação pública, em colaboração com atuações e reinvindicações que transcendem a finalidade exclusivamente financeira, como, por exemplo, na ativa participação na luta por moradia e na construção do CCECOSOL. No BSG são permeadas pela centralidade, cujas ações estão vinculadas tão somente a AMJPT e pouco diálogo com os interesses de outras organizações locais, de outras comunidades do município, por exemplo, o que restringe a capacidade de articulação do banco ao interesse exclusivo dos Agentes diretamente envolvidos. No tocante ao planejamento estratégico, considerado aqui em torno da aplicação do mapeamento de consumo e produção nas comunidades para diagnóstico do plano de ação local dos BCDs, no BCJB ele é percebido como regular, pois já foi realizado, pelo menos, em duas oportunidades, enquanto no BSG é apontado como tardio, visto que só foi aplicado uma única vez, em 2019.

Quanto às diferentes fontes de financiamento, o BCJB conta exclusivamente com fontes públicas; já o BSG recorre a fontes públicas e privadas, com a finalidade de subsidiar suas operações. Porém, nos últimos anos ambas as experiências revelam dispor principalmente da capitalização de recursos não-monetários, com trabalhos predominantemente voluntários. Desse modo, ao passo que o BCJB se mantém essencialmente com fontes monetárias e não-monetárias, de origem especialmente não-governamental, por meio do terceiro setor e das instituições de ensino, o BSG demonstra sustentar-se com as mesmas fonte monetárias e não-monetárias – mas por via do setor privado e não-governamental: as empresas eólicas, assim como do terceiro setor e das instituições de ensino. Aliado a isso, esses BCDs revelam estratégias interessantes para mobilizar fontes de financiamento futuras: no BCJB, recorrendo-se à oferta de energias renováveis; no BSG, por intermédio da articulação com o poder público municipal. Importante ressaltar aqui que essas ações ainda não foram postas em prática.

Na abordagem *bottom-up* de governança local, as iniciativas integram espaços de mobilizações populares. Contudo, enquanto no BCJB as ações se interagem com as discussões presentes no seu território, o BSG apresenta dificuldade em acolher debates locais com o seu Conselho Gestor, culminando em interferências em suas práticas decisórias – nem sempre transparentes a todos os Agentes. Com isso, a globalização da solidariedade em cada experiência ora relatada se diferencia entre si, uma vez que, no BCJB, obedece a uma lógica de dentro para fora da comunidade São Rafael, enquanto no BSG, ela atende a uma proposta de fora para dentro da comunidade de Tabua, que reverbera significativamente nas perspectivas de desenvolvimento local sustentável e solidário assumidas.

Nesse ínterim, a preocupação em torno da atração de desenvolvimentos exógenos, exposta pelo ex-secretário da SENAES Paul Singer e reforçada na chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010, está presente nas duas experiências investigadas na presente análise, podendo ser percebida, ao mesmo tempo, como ameaça, mais para o BSG, ou como instrumento de reivindicações endógenas, mais presente no BCJB. Com isso, essas diferenciações em seus respectivos processos de desenvolvimento indicam ser reflexo do "empoderamento popular" (ver Anexo I), na medida em que seus Agentes vão se apropriando dessa tecnologia social gradativamente. Porém, os apontamentos aqui levantados podem ser cruciais para a consolidação dessas experiências ou para a sua extinção, uma vez que a adesão local revela singularidades em seus processos internos de compreensão que reverbera nas perspectivas de desenvolvimento adotadas.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados nesta pesquisa se diferem, em diversos aspectos, daqueles propostos como um objetivo comum levantado na implementação de tais práticas de Bancos Comunitários de Desenvolvimentos realizados por meio da chamada pública nacional (Anexo I), já sinalizados como distintos na execução pelo relatório de fomento às finanças solidárias no Nordeste (Anexo II) e pela literatura, comprovando-se a complexidade desta heterogeneidade na presente análise comparativa. Se por um lado, as comunidades beneficiadas pelas experiências de finanças solidárias estão de acordo com todos os requisitos estabelecidos, como populações vulneráveis com baixo IDH, entidade gestora feita por organizações associativas locais legalmente constituídas e contato anterior das comunidades com a economia solidária, por outro, as características espaciais, sociais e organizacionais das comunidades permitem indicar que o "desenvolvimento local sustentável e solidário" é compreendido de distintas formas, chegando a haver, em alguns sentidos, perspectivas conflitantes com os propostos para a implementação dessas experiências nas respectivas realidades das duas comunidades.

Um primeiro achado relevante acerca dessa visão geral de desenvolvimento é em torno do crescimento econômico, observando-se que, mesmo as duas experiências permanecendo desde sua fundação priorizando a pluralidade de recursos, as escolhas definidas para manutenção e crescimento apoiam-se em estratégias diferentes de mobilização econômica, na medida em que o BCJB atende a um projeto de ascensão coletiva e o BSG dá prioridade à atenção individual. Esse fato influencia, além da dimensão estritamente econômica, principalmente a política das dimensões solidárias, observadas quando as escolhas das ações executadas seguem – ou fogem – do poder decisório do Conselho Gestor desses empreendimentos. Com isso, essa evidência inicial se reverbera na proposta de sustentabilidade ambiental, de satisfação das necessidades básicas e de compreensão local dessas experiências.

Na sustentabilidade ambiental, nota-se a relação comum às comunidades envolvidas, no que diz respeito à conservação do meio ambiente, quando as localidades têm suas naturezas tradicionais e permanências residenciais ameaçadas por interesses externos sob as localidades, por projetos, ou programas, de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, no que seja para um programa urbano de sustentabilidade ou projetos de energia limpa no rural, mas em desacordo com a sustentabilidade local sugerida pelas experiências pois impactam diretamente nas comunidades envolvidas com os BCDs.

Assim, as iniciativas são tidas como mais um instrumento na defesa da permanência das comunidades em suas localidades. Porém, demonstram prioridades distintas no debate em torno

da temática ambiental: enquanto o BCJB discute e busca informação acerca dos impactos ambientais de determinadas fontes de recursos monetários e não-monetários para o banco; o BSG não debate a temática e já sofre com as consequências, acolhendo incentivos oriundos dessas fontes que já estão influenciando a vida natural da comunidade.

Quanto ao atendimento das necessidades básicas, ambos os BCDs evidenciam em suas práticas a prioridade para redução das desigualdades por meio do desenvolvimento humano. Contudo, enquanto o BCJB se apoia na disposição em satisfazer, além das liberdades substantivas, também o desenvolvimento social; o BSG privilegia exclusivamente as liberdades instrumentais para esse processo desenvolvimento, revelando que, apesar de o banco compor um conjunto de organizações que atuam na comunidade, as atividades executadas não acompanham as pautas da localidade, sem atualizações de suas atividades desde a fundação.

Um segundo achado importante trata da concepção local para esse desenvolvimento. Enquanto recorte de atuação, para o BCJB o entendimento local se refere prioritariamente a comunidade de São Rafael e, quando possível, as ações do banco estendem-se a comunidades vizinhas. Para o BSG, tal recorte é reconhecido para todo o município de São Miguel do Gostoso e, mais recentemente, acolhe a comunidade de de Tabua – como foi em seu início, na implementação. Essa evidência implica significativamente na lógica de apropriação comunitária dessas experiências, demonstrada na dimensão política e na de gestão, pois enquanto a percepção endógena é percebida no BCJB de dentro para fora da comunidade, no BSG o sentido é inverso, de fora para dentro. Essa diferenciação na percepção local culmina na oferta das atividades desenvolvidas e/ou na mobilização de recursos, impactando, assim, nas dimensões solidárias que os sustentam.

Por conta disso, afirma-se que a visão de sustentabilidade local apesar da interpretação comum nas duas experiências sob a ótica de manutenção financeira, ela é empreendida com cronologias diferenciadas. Para o BCJB, o aspecto sustentável local é evidenciado a longo prazo, a partir de atividades que garantem fidelidade de acesso ao seu público mesmo não sendo capaz de garantir o retorno financeiro de imediato, viabiliza a sustentabilidade econômica por adesão continua da comunidade envolvida. Quanto ao BSG, tal aspecto é percebido a curto prazo, na medida em que suas ações priorizam a sustentabilidade financeira imediata – que nem sempre está em consonância com os anseios dos Agentes envolvidos – mesmo assim, não consegue manter economicamente suas atividades.

A partir dos cenários apresentados pelas categorias de análise, a dimensão solidária no BCJB demonstra estar consolidada em suas práticas, uma vez que transcendem a perspectiva

econômica, ao tentar suprir ativamente carências identificadas na comunidade beneficiada, que, em algumas ocasiões, não configuram nas propostas operacionais do banco, quando da sua implementação. Por seu turno, as ações do BSG revelam que a solidariedade, no âmago de sua organização, encontra-se fragilizada, seja por não priorizar demandas presentes na comunidade, seja por agir com passividade quanto à tomada de decisão a respeito de vulnerabilidades recorrentes no espaço em que se insere e na população que visa atender.

Desse modo, infere-se que o objetivo geral desta análise comparativa foi atingido, principalmente por ter havido contribuição substancial para a compreensão tanto das semelhanças e das diferenças nas ações empreendidas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento das comunidades de São Rafael/PB e Tabua/RN. Bem como, das singularidades empreendidas nestas experiências, considerando limitações e potencialidades em ambos os cenários. Contudo, ressalva-se que o contexto evidenciado nesta análise não se limitou à espacialidade dos BCDs conforme previsto, mas se refere também às estruturas organizacionais e sociais locais que permeiam suas práticas. Desse modo, das duas hipóteses de pesquisa levantadas, somente uma foi confirmada, se refutando a outra quando:

a) A participação quantitativa da comunidade envolvida na gestão não impacta na perspectiva endógena de desenvolvimento local adotada nas experiências de BCDs;
b) As características espaciais das comunidades envolvidas influenciam na perspectiva de desenvolvimento exercidas nas iniciativas de BCDs.

A primeira foi refutada pois, enquanto no BCJB que atende à proposta mais endógena desenvolvimento conta somente com quatro representações de moradores da São Rafael, das sete cadeiras totais dispostas no conselho gestor e CAC. O BSG, que apresenta uma proposta mais exógena de desenvolvimento, é composto por um quantitativo maior de representações de moradores de Tabua, quando cinco das sete cadeiras somadas do conselho gestor e o CAC são da comunidade.

A segunda hipótese foi confirmada no qual, o BCJB revela a adoção de práticas operacionais que atendem a uma proposta de superação da exclusão periférica urbana na questão da garantia do acesso estrutural a moradia digna longe do centro, com destinação de recursos para construções sanitárias e espaço de lazer, espaços de formação voltado para o mercado de formalização comercial, industrial e empreendedor, característicos do espaço urbano; o BSG indica a adesão a ações que contribuem tanto para maior incentivo à permanência no campo, com fundo de crédito exclusivo no que seja para o potencial de consumo e/ou produtivo, como

na tentativa de superação da exclusão bancária próprias do espaço rural quando, além disso, o desuso das moedas sociais e do E-dinheiro também são consequência de apropriação temporal diferente neste espaço que esbarram na resistência a adesão comunitária pela relação de confiança com essas ferramentas digitais alternativas, onde as práticas tradicionais envolvidas devem ser considerada nos processos formativos, adaptadas às singularidades dessa população.

Em vista disso, a premissa comparativa da pergunta de pesquisa perseguida trouxe respostas que excedem nosso campo de investigação, indicando que é necessário o estudo mais amplo e profundo dessas experiências no cenário brasileiro, aliando semelhanças e diferenças a outras comunidades tradicionais e/ou vulneráveis, contempladas pelos BCDs por todo o país. Assim, considera-se que, ainda que este não tenha sido o objetivo dessa investigação, a análise apresenta um diagnóstico das políticas públicas de economia solidária, pioneiras nacional e internacionalmente, fundamentais para os processos de implementação de BCDs.

Por tanto, os resultados contribuem para a visualização plural dessas experiências, ressalvando-se que, no contexto de pandemia em que foi coletada a maior parte dos dados, podem ser tendenciosos pelas circunstâncias atípicas em que se encontraram os BCDs pesquisados. Contudo, as evidências levantadas também permitem conferir como permaneceram atuantes, ou não, nesse cenário de calamidade pública. Apesar das diferentes estratégias, as motivações destas experiências partem de lugares comuns: as comunidades empobrecidas, que, mesmo contando com incentivos semelhantes para sua adesão local, apresentam distintas capacidades de articulação e de organização comunitária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro**. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2003a.

_____. (Org.). **O futuro das regiões rurais**. Estudos rurais - Porto Alegre: UFRGS, 2003b.

_____. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Anablume, 2004.

_____. **Para una teoría de los estudios territoriales**. Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios, p. 51-70, 2006.

ALENCAR, Joana L. O.; SILVA, Sandro P. **Participação social em políticas públicas de economia solidária**: o que dizem os membros do Conselho Nacional de Economia Solidária? Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 54, p. 93-100, 2013.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel. **Raízes e prática de economia solidária**: articulando economia plural e dádiva numa experiência do Ceará. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, p. 587-604, 2009.

AMARAL FILHO, J. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23 ,jun 2001.

ARAÚJO, Herton; SILVA, Frederico. **Economia solidária**: um novo paradigma de política pública? Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 28, p. 29-37, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S.. **Políticas sociais no Brasil**: descentralização em um estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS. Vol. 14. nº 40, junho, 1999.

ARKEL, Henk ; ALBUQUERQUE, P. P; D., RAMADA, C., e; PRIMAVERA, H.. **Onde está o dinheiro**. Pistas para a construção do movimento monetário Mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

ÁVILA, V. F. de.; CAMPOS, I. M. M.; ROSA, M. W. C.; FERRO, R DE F. F. C.; PAULITSCH, R. J.. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

ARAGÃO, Wilson Honorato. **São Miguel do Gostoso**: Um município construído a muitas mãos e uma história contada a muitas vozes. Natal: Natal Editora. 2001.

BAILEY, Conner. **Local solutionstoinequality**: Stepstowardfostering a progressive social movement. Rural Sociology, v. 78, n. 4, p. 411-428, 2013.

BALTHAZAR, Ubaldo Cesar; CARDOSO, Venusto da silva. **A isenção de ICMS incidente sobre a saída de bens e produtos nos Empreendimentos Econômicos Solidários como fator de desenvolvimento econômico e social**. Revista de Direito, v. 8, n. 2, p. 217-238, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 3. ed., 2001.

BAVA, Silvio C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, p. 103-16, 2004.

BENINI, Édi A.; BENINI, Elcio. **Políticas Públicas e Economia Solidária**: elementos para a agenda de uma nova rede de proteção social. In: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al.] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto M. A. **Vinte anos de economia popular solidária**: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BORDA, O. F. **Aspectos teóricos da pesquisa participante**: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BORGES, Cláudia Moreira. **Desenvolvimento Local e Avaliação de Políticas Públicas**: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. (Dissertação) FEA-RP/USP. São José do Rio Preto, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011**: desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. Brasília: MP, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/541/PPA_2008_2011_PL_Vol_I_MensagemPresidencial.pdf?sequence=5>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015**: plano mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação. Brasília: MP, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa1/2012/mensagem_presidencial_ppa-2.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2016-2019**: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Brasília: MP, 2015. Disponível em: <<https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_brasil_0577.pdf>>. Acesso em: 15. Ago. 2020.

_____. Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017. **Política Nacional de Economia Solidária e Sistema Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. **Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais**. Projeto Áridas (mimeo.), dezembro de 1994.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília, 1999.

CADÓ, Emanoel Nazareno. **A economia solidária e os bancos comunitários de**

desenvolvimento: a experiência de São Miguel do Gostoso. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Serviço Social) - CCSA/UFRN. Natal, RN. 2017.

CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Revista de administração pública, v. 16, n. 1, p. 4-16, 1982.

CAMPANHOLA, Clayton; DA SILVA, José Graziano. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 17, n. 1, p. 11-40, 2000.

CAMPOS, Márcia M. da Cruz E. **Processos de Desenvolvimento Local**: Uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente. (Dissertação) Mestrado Profissional da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. 20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. **Cáritas Brasileira**, 2003.

CARNEIRO, M. J.. **O ideal rurbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F.C.T.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (Org.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARVALHO, Daniel dos Santos Simon de. Banco Palmas: **Uma abordagem sociológica de sua instituição e seus critérios de liberação de crédito**. Dissertação (Mestrado) - UFG/FCS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2016.

CASTRO, José Luiz. **Rede Social, Ministério do Trabalho e Solidariedade**, Lisboa. 2000.

COELHO, Franklin D. **A História das Finanças Solidárias**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

CONAES. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

_____. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Anais. Brasília: SENAES/MTE, 2010.

CORDEL/BNB. **Sondagem das experiências de moedas alternativas em curso no Brasil**. Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – Banco do Nordeste do Brasil (CORDEL-BNB). Convênio CORDEL/BNB/FASE 32.2007 – Relatório de Pesquisa. Setembro, 2008.

COSTA, Tamires L. C.. **Moeda Social e Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: Análise de dois circuitos monetários alternativos no Piauí. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA). Salvador, 2019.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Políticas Públicas de Economia Solidária enquanto ressignificação das relações Estado-Sociedad**e: alguns elementos teóricos e empíricos. In: Anais do Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2007.

DA SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia. v. 7 n. 1. 1997.

DE MELO, Fernando Afonso Marques; MAZZA, Willame Parente; DE SOUSA ARAÚJO, Rafael. **Constituição Econômica e desenvolvimento**: a atuação do município na economia local por meio das moedas sociais. Revista Jurídica da UFERSA, v. 4, n. 7, p. 154-172, 2020.

DE SOUZA, André Ricardo; JÚNIOR, Fausto Augusto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 7, p. 8-25, 2020.

EID, Farid. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas**: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. In: Experiências de Formação do Programa Integrar da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. [S.I.]: [s.n.]. 2003.

FARIA, Maurício Sardá de F.; SANCHEZ, Fábio. **A Economia Solidária no Governo Federal**: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al.] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

_____. **A problemática da economia solidária**: um novo modo de gestão pública?. Cadernos Ebape. Br, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

_____; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

_____. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários**. In: Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2. 11 p. Ceará, 2007.

_____. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**. Organizações & Sociedade, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

_____; CUNHA, E.V..**Incubação de redes de economia solidária**, In: Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha (Orgs.), Dicionário Internacional da Outra Economia, Editora Almedina, Coimbra-São Paulo, 2009.

_____; SILVA JR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento** (BCD). In: CATTANI, Antonio David et al. Dicionário Internacional da Outra Economia: Edições Almedina, 2009, p. 31-37.

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento** (BCDs) como expressão de finanças solidárias: por uma abordagem da inclusão financeira. SENAES M.T.E, Brasília, 2012.

_____. **Economia e desenvolvimento**. Salvador: UFBA. Escola de Administração, Superintendência de Educação à Distância (SEAD/UFBA), 2019.

FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ªed - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOUVEIA, Pedro M. Luz. **Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local**: caminho possível para um "outro" desenvolvimento. Dissertação de Economia. Instituto Universidade de Lisboa. ISCTE-IUL. 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, José Manuel. **Local Development in Poverty III**, in EuropeanthematicevaluationofPoverty III Programme, CEC. Brussels, 1994.

IBGE, Instit. Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOÃO PESSOA. Lei nº 12.263, de 12 de janeiro de 2012. Autoriza o Poder Executivo Municipal, criar uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, na Comunidade São Rafael no Bairro do Castelo Branco. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jcarb>. Acesso: 28 de set. 2018.

JUNQUEIRA, Rodrigo; ABRAMOVAY, Ricardo. **A sustentabilidade das microfinanças solidárias**. Revista de Administração da USP, v. 40, n. 1, 2005.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceito e medida. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

LEAL, L. P.; RIGO, A. S.; ANDRADE, R. N. **Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento**: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil. Mercado de Trabalho - conjuntura e análise, nº 60. Brasília: Ipea. 2016.

LEFEBVRE, Henri. . Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Adriana T. de. **Gênero e participação**: a intervenção das mulheres nos conselhos de gestão das políticas públicas de São Miguel do Gostoso/RN. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LIMA, Adriana Rosado Maia de. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável DLIS**: um olhar sob a perspectiva dos agentes implementadores. João Pessoa, 2006.

LIMA, João Paulo Santos. **A Contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias**: uma contribuição à democratização da gestão. In: Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares Da Universidade De São Paulo. (Org.). A gestão da autogestão na economia solidária. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

LIMA, Luciana L.; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LIMA, Leandro de Castro. **Os usos do território e a economia solidária no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado) - UFRN/PPGE. Natal, 2015.

LUCENA, Sarah Araújo de. **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento**: um estudo sobre o processo organizativo comunitário. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/CCSA - João Pessoa, 2013.

MACHADO, Viviane A. **A atuação da ONG amazona – Associação de prevenção à AIDS junto á comunidade São Rafael**: o (des)fazer juntos à luz da educação em direitos humanos. Dissertação (Mestrado) UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A modernidade do "passado" no meio rural**. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

MATOS, Cinthia Monayra Barbosa de. **Agentes, atores e a política cultural**: um olhar sobre o processo de inclusão e exclusão na cidade de São Miguel do Gostoso/RN. 2019. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

MATURANA, André V. K.; COSTA, Luiza G. da; KOHLER, Romualdo. **Moeda social como instrumento de desenvolvimento local**: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. Anais do XXVI Seminário de Iniciação Científica da Unijuí, SC, 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10536>. Acesso em: 23 mar. 2021.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Nayfi, 2003. p. 183-314.

MAX-NEEF, Manfred. **Human scale development**: conceptions, applications and further development. Contributions from Antonio Elizalde, Martin Hopenhayn. New York: Apex Press, 1991.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres – Ricas Soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Trânsitos África-Brasil**: entrevista com Kabengele Munanga. Revista Observatório Itaú Cultural. N. 21. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o "novo cooperativismo"**. In: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al.]

(organizadores).-- 1.ed.--São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NASCIMENTO, S. A. M.; SILVA, R. M. A. ; GERALDO, A. F. ; SILVA, A. R. P. E. . **A imersão e a emersão na comunidade rural**: mapeamento de consumo e produção na comunidade Tabua para o Banco Solidário de Gostoso/RN. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS - 2020, On-line. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020.

NESOL - USP, Núcleo de Economia Solidária. **Finanças Solidárias** (Caderno de Finanças Solidárias). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Lina Y. Q. de; BORGES, Pedro P.. **O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 739-755, out./dez. 2018.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório em bancos comunitários:** conceito, características e sustentabilidade. Núcleo de Pós- Graduação em Administração da Escola de Administração - UFBA. 2007.

PETITINGA, Carolina Santos. **Desenvolvimento local**. Recuperado em, v. 10, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução por Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 215, 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**: Gradiva. Lisboa, Portugal, 1998.

RAGIN, C. **Case-OrientedComparativeMethods**. In: The ComparativeMethod: movingbeyondqualitativeandquantitativestrategies". Los Angeles/London, Universityof California Press. 1987.

RAPOSO, Jaciara Gomes. **Banco Comunitário Jardim Botânico**: gestão social comunitária para o desenvolvimento local. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/CCSA. João Pessoa, 2014.

RAPOSO, Jaciara G. e FARIA, Mauricio S. de. **Banco Comunitário e Moeda Social**: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local. Revista Organizações em Contexto. Vol. 11, n. 22, jul.-dez. 2015.

REDE, Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Banco Comunitário**: serviços financeiros solidários em rede. Fortaleza: Instituto Palmas, 2006.

REIS, Tatiana Araújo. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária**: pluralidade e interconexão de dimensões. 2005. 201 f. Dissertação(Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q. **Cidade, nação e mercado**: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). Brasil. Um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.132-161.

RIGO, Ariádne S. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações,

teóricas e práticas. 344 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

_____; FRANÇA FILHO, Genauto C. de; LEAL, Leonardo Prates. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias**: Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições. Editora Unijuí.Ano 13, n. 31. jul./set. 2015.

_____; FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **O paradoxo das Palmas**: análise do (des)uso da moeda social no "bairro da economia solidária". Caderno EBAPE.BR, v. 15, nº 1, Artigo 10, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2017.

RUIVO, Fernando. Local e Política em Portugal. **O poder local na mediação entre centro e periferia**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, no. 30, pp.75-95. 1990

SACHS, Ignacy. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Garamond, 3 ed., 2008.

SANTANA, Clarissa Almeida De. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o apoio a promoção do Desenvolvimento Local**: O caso do Banco Ilhamar. Dissertação NPGA/UFBA. Salvador, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo S.; BRAGA, Alexandra M. da Silva. **Desenvolvimento**: um conceito multidimensional. Revista DRd – Desenvolvimento Regional em debate. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Políticas Públicas de Economia Solidária** – breve trajetória e desafios. In: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al.] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHMITT, Claudia Job. **Redes, atores e desenvolvimento rural**: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 2, p. 82-112. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro**. In: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. 168 p: il.5. n. 17, 2005.

_____. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Rev. Econ. Polit. vol.30 no.3. São Paulo, 2010.

SENAES/MTE. **Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento**. I Conferência Nacional de Economia Solidária, Documento Final, 2007.

SENAES/MTE. **Avanço e Desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010**. 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão

técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Pobreza e Fomes** - Um Ensaio Sobre Direitos e Privações. 355 p., ISBN 972-710-244-1. Terramar, 1999.

SIES. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013. Disponível em: sies.ecosol.org.br/atlas. Acesso em: 14 abr. 2020.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Utilidade social e finanças solidárias**: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2016.

SILVA, Almir Cléydison Joaquim da et al. **Desenvolvimento Territorial e Indicadores Sociais: um estudo do Banco Comunitário Jardim Botânico**. In: Congresso emm Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimento, 4., 2014, Montes Claros-MG. Anais eletrônicos... Montes Claros: UNIMONTES, 2014. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT06/06_GT_06.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SILVA, Roberto M. A..**Políticas públicas de economia solidária no Brasil Conquistas de direitos e desafios institucionais.** Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo v.1 n. 1, p.1-199. 2016.

SILVA, Sandro P. **A economia solidária e os desafios da gestão pública**. Revista Outra Economia, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Ipea: 2016.

SILVA, Sandro Pereira. **Economia Solidária e Finanças de proximidade**: Realidade social e principais características dos Empreendimentos de Finanças Solidárias no Brasil. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **Crise de paradigma**? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019. mercado de trabalho. IPEA, 2018.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. **Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental**: uma análise processual das conferências nacionais de economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SILVA, S. M.; SOUZA, J. W.; COSTA, A. P. B..**O constructo economia plural nos estudos relacionados com a economia solidária**: revisão sistemática no período 2000-2016. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 54, N. 3, p. 317-327, set/dez 2018.

SINGER, P. I. **O que é Economia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1a edição, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **A América Latina na crise mundial**. Estudos Avançados, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. In: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al.] (organizadores).-- 1.ed.-- São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SMITH, David Horton. **Four Sectorsor Five**? RetainingtheMember-Benefit Sector. NonprofitandVoluntary Sector Quarterly. V. 20 N. 2, pp.137-50. Summer, 1991.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2006.

SOUZA, Caio M. de; Costa, Paula P. da; CANDEIA, Bruna A.; LIMA, Ana C. A. G, de; **Geoprocessamento aplicado ao diagnóstico urbano da comunidade São Rafael de João Pessoa** – PB. Anais: II Congresso Internacional de Gestão e Tecnologias / COINTER – PDVGT 2018.

UFBA – ITES. **Projeto Básico Rede Nordeste de bancos comunitários de desenvolvimento**. (Edital de Chamada pública de Parceria SENAES/MTE n. 03/2010). Salvador, 2010.

VEIGA, J. E. D.. (1984). **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. **Desafios a formalização legal de empreendimentos solidários**. TCC (Graduação) - Curso de Direito Faculdade de Pindamonhangaba, São Paulo, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, São Paulo; 1ª edição, 2001.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso** – Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - DPP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS - PPEUR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE COM AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ E/OU REGISTRO DE IMAGENS (FOTOS E/OU VÍDEOS)

Conforme Resolução nº 510/2016-CNS

Este termo traz informações para sua concordância e participação na pesquisa de campo para dissertação de mestrado sobre as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, que tem como pesquisador responsável SHESBY ANDRÉ MEDEIROS DO NASCIMENTO, orientado pela professora JOANA TEREZA VAZ DE MOURA (DPP-UFRN). A pesquisa tem como objetivo geral compreender como é percebido o desenvolvimento das iniciativas de Bancos Comunitários em comunidades com diferentes situações. Assim, pretende analisar duas experiências: a primeira localizada na comunidade de São Rafael em Joao Pessoa/PB, com o Banco Comunitário Jardim Botânico; e a segunda, presente na comunidade de Tabua, com o Banco Solidário de Gostoso, no município São Miguel do Gostoso/RN.

O particpante tem o direito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para ele. Portanto, este termo visa afirmar sua aceitação voluntária em participar, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer prejuízo por isso, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Os dados que o participante irá fornecer serão confidenciais e divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de qualquer dado pessoal que possa identificá-lo. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por esta pesquisa em local seguro.

Caso decida participar, a pesquisa tem um roteiro de questões que serão abordadas para nortear a entrevista a ser aplicada, dividida em três eixos-base: I) Perfil do(a) agente entrevistado(a); II) Dimensão econômica solidária; e III) Perspectiva de desenvolvimento. Para

auxiliar no processo de análise do conteúdo, será utilizado um bloco de notas e gravador de voz. Portanto, solicita-se sua autorização para efetuar a gravação de voz e/ou o registro de fotos e/ou vídeos, concedida mediante o compromisso do pesquisador acima citado com os seguintes direitos:

1. Ter acesso às fotos e/ou vídeos e/ou à gravação e transcrição dos áudios;

2. Ter a garantia que as fotos e/ou vídeos e/ou áudios coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;

3. Não ter a identificação revelada em quaisquer das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para esse fim (tarjas, distorção da imagem, distorção da voz, entre outros).

4. Ter as fotos e/ou vídeos e/ou áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;

5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse das fotos e/ou vídeos.

Após ter esclarecidas as condições para a participação neste estudo, _____ autoriza o uso de:

( ) Imagens (fotos e/ou vídeos)

( ) Voz

( ) Imagens (fotos e/ou vídeos) e voz

Portanto, o participante não é obrigado(a) a permitir o uso das suas fotos, vídeos e/ou áudios, porém, caso aceite, será de forma gratuita, mesmo que imagens sejam utilizadas em publicações de livros, revistas ou outros documentos científicos. Este documento foi impresso em duas vias; uma ficará de posse do participante e a outra, com o pesquisador responsável.

(Cidade), dia mês e ano.

_____

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Impressão datiloscópica do participante

APÊNDICE B

Roteiro base para entrevistas semiestruturadas

Nome do BCD:

I. Perfil da(o) agente entrevistado(a)

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Que gênero se identifica (mas/fem):
4. Escolaridade:
5. Profissão:
6. Local de moradia atual:
7. Tempo de atuação no Banco:
8. Qual a sua função no Banco:
9. Seu trabalho no Banco é remunerado, de que forma:

II. Dimensão econômica solidária

10. Na sua opinião, o que levou a comunidade X a querer o Banco Comunitário?
11. Quais as dificuldades que a comunidade apresenta hoje?
12. Quantos colaboradores no total atuam diretamente no Banco:
13. Destes colaboradores, de que forma são remunerados:
14. Quais são as atividades executadas pelo Banco:
15. Quais são as fontes dos recursos para as atividades desenvolvidas pelo Banco:
16. Atualmente, qual é o lastro da moeda social do Banco:
17. O Banco recebe algum tipo de apoio que não seja financeiro, qual(is):
18. Dos apoios recebidos, o Banco conta com alguma ajuda dos governos municipais/estaduais:
19. Com que frequência ocorrem reuniões no Banco para tomada de decisão:
20. Como são tomadas as decisões pro Banco, cite um exemplo:
21. Sobre as decisões tomadas para o Banco, como você participa:
22. De que forma você vê que o Banco está atendendo as necessidades da comunidade:
23. Quais as redes que o Banco faz parte:
24. Como está chegando as contribuições de apoio externas ao Banco:
25. Quais equipamentos/máquinas/materiais disponíveis para as atividades do Banco:

26. Como é feito o controle do que é realizado pelo Banco:
27. O espaço físico onde está localizado o Banco é suficiente para executar as atividades, porque:
28. Na função que executa no Banco, como é realizada a atividade:
29. Quais ferramentas utiliza para ajudar sua função no Banco:
30. De que forma você vê que a sua função junto ao Banco está contribuindo na comunidade:

III. Perspectiva de desenvolvimento

31. Qual(is) a(s) prioridade(s) do Banco atualmente:
32. Para o Banco se desenvolver, o que é necessário fazer:
33. Caso o Banco comece a fazer um volume cada vez maior de dinheiro, como esse recurso deve ser direcionado:
34. Se esse grande volume de recurso (dinheiro) que o Banco receber for de apoio financeiro de alguma instituição, ou empresa, que explore os recursos naturais em torno da comunidade e município - como por exemplo no uso de água, da terra ou até do ar – influenciando de alguma forma na natureza da comunidade ou vizinhança, o que o Banco deve fazer:
35. No caso de uma pessoa ou família que solicite empréstimo ao Banco por estar em situação de vulnerabilidade social (passando por necessidades básicas, como fome por exemplo) sem ter condições de pagar, o que o Banco faria:
36. O Banco atua na resolução de problemas/necessidades locais, como:
37. Na emergência de ajuda para resolução de problemas urgentes em torno da comunidade, o Banco conta com algum apoio, quem:
38. O Banco é sustentável na comunidade, como:
39. De que maneira é possível a comunidade participar do Banco:
a) para ter acesso aos serviços:
b) para colaborar na produção das atividades do Banco:

Sugestão de melhoria deste roteiro?

APÊNDICE C

Imagem frontal da Associação de Moradores da Comunidade de São Rafael.

APÊNDICE D

Imagens da construção do Centro Comunitário de Economia Solidária Paul Israel Singer.

APÊNDICE E

Imagens do espaço onde é realizada a feira na comunidade de São Rafael.

APÊNDICE F

Imagens do centro comunitário de Tabua onde está a sala atual do Banco Solidário de Gostoso, a Associação de Mulheres, Jovens e Produtores de Tabua, a fábrica de doces e casa de farinha.

APÊNDICE G

Imagens do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Miguel do Gostoso/RN onde operou o Banco Solidário de Gostoso no centro do município.

ANEXOS

ANEXO I – Chamada pública SENAES/MTE nº 03/2010 (SENAES/MTE).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES

DEPARTAMENTO DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA – DEFES

COORDENAÇÃO GERAL DO COMERCIO JUSTO E CREDITO - CGCJC

Chamada Pública

SENAES/MTE n.º 03 / 2010

Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento*

Ação de fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários

Brasília

2010

ANEXO II – Relatório de execução da implementação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Nordeste.

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Ministério do Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE PARCERIA E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO E DO RELATÓRIO

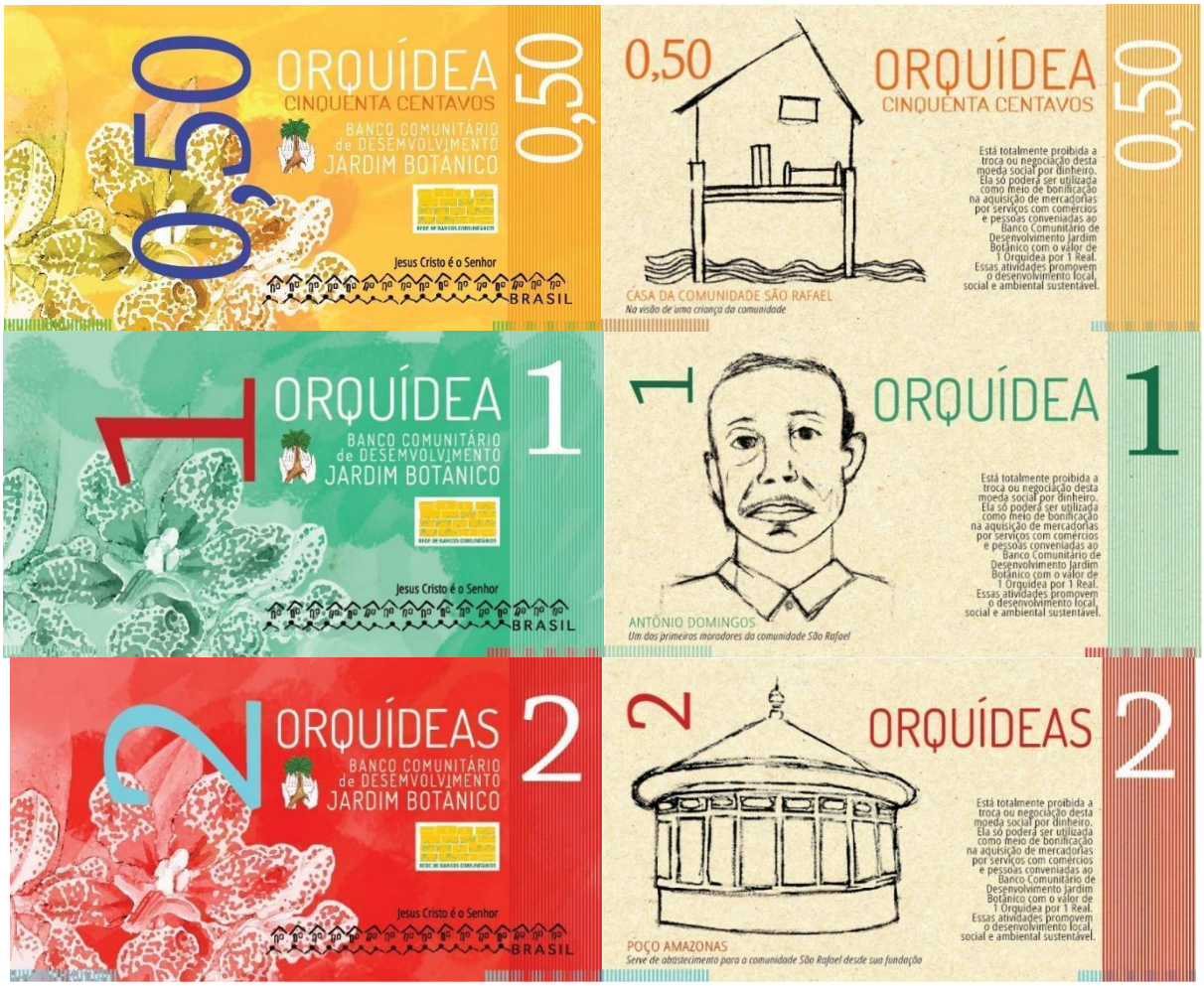
1.1. Identificação do Convênio:

Título do Projeto: **Rede Nordeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento**	
Número do Convênio (SICONV): 749331/2010	Nº Processo (CPRODWEB):
Nome da Entidade Convenente: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	
Objeto do Convênio: Apoio ao processo de consolidação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) da Região Nordeste, enquanto práticas de finanças solidárias voltados à geração de trabalho e renda e promoção do desenvolvimento de comunidades através do apoio a 26 BCDs já existentes, além da constituição de 6 outros.	
Início da Vigência: 29/10/2010	Término Vigência: 06/12//2015
Nome do Responsável Técnico do Projeto: Genauto Carvalho de França Filho	
Telefone contato: (71) 3283-7346	E-mail: francafilhogenauto@gmail.com, ites@ufba.br , itesadmfin@gmail.com
Endereço da Convenente: Avenida Manoel Dias da Silva, nº 1.784, Ed. Comercial Pituba Trade	
Município: Salvador	Estado: Bahia
Email: webmaster@fapex.org.br	Tel.: (71) 3183-8400

1.2. Dados do relatório de execução:

Nome(s) do(s) responsável(is) pelo relatório: Genauto Carvalho de França Filho Leonardo Prates Leal Diogo Ferreira de Almeida Rêgo Bruno Silva Fraga Débora Dourado do Nascimento Magno Williams de Macêdo Farias
Período a que se refere o relatório: **29/10/2010 à 06/12/2015**

ANEXO III – Logo e moedas sociais do Banco Comunitário Jardim Botânico.



Disponível em: <https://cpcc.webnode.com.br/bcd-jardim-bot%C3%A2nico/bcd-jardim-bot%C3%A2nico/>. Acesso em: 08.jul 2021.

ANEXO IV – Logo e moedas sociais do Banco Solidário de Gostoso.

Disponível em: <http://aaccrn.blogspot.com/2013/01/primeiro-banco-comunitario-do-estado-do.html> Acesso em: 08.jul 2021.